



Programa H

Manual para a resignificação
das *masculinidades*



Programa H: Manual para a ressignificação das masculinidades / Instituto Promundo; Alberto Luis Araújo Silva Filho...[et al]. - Rio de Janeiro, RJ : Instituto Promundo, 2025.

162 p. : il., color.

Outros autores: Bruna de Oliveira Martins, Fernando Pessoa de Albuquerque, Matheus da Rocha Viana, Miguel Fontes, Rafael da Silva Magalhães

Bibliografia

ISBN 978-65-995731-3-2

1. Masculinidade - Aspectos sociais 2. Relações de gênero 3. Igualdade de gênero 4. Violência de gênero
I. Silva Filho, Alberto Luis Araújo II. Instituto Promundo

25-4287

CDD 305.31

FICHA TÉCNICA

AUTORIA E ORGANIZAÇÃO:

Alberto Luis Araújo Silva Filho

Mestre em Sociologia/UnB
e especialista em Gênero e
Masculinidades

Bruna de Oliveira Martins

Antropóloga/UnB e Especialista em
Inclusão e Diversidade na Sociedade e
Organizações

Fernando Pessoa de Albuquerque

Doutor em Saúde Coletiva/USP

Matheus da Rocha Viana

Mestre em Antropologia Social/UnB

Miguel Fontes

Doutor em Saúde Pública / Johns
Hopkins University

CO-AUTORIA

Rafael da Silva Magalhães

Doutor em Saúde Pública pela
Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ/RJ

INSTITUTO PROMUNDO

Conselho Deliberativo

Alysson Barbosa Camargo: Conselheiro
Deliberativo

Bianca Cristina Piassava Bonassi
Barros: Vice-presidente do Conselho
Deliberativo

Izabel Portela: Conselheira Deliberativa
Odilon Schwerz Burtet: Presidente do
Conselho Deliberativo

Conselho Fiscal

Álvaro Antônio Nunes Viana:
Conselheiro Fiscal

Edson Kenji Kondo: Presidente do
Conselho Fiscal

Ludmilla Renata Almeida da Silva:
Vice-presidente do Conselho Fiscal

Diretor-Executivo

Miguel Barbosa Fontes

Diagramação e Design

Gabriel Felipe Moreira Medeiros

su- má- rio



p.03

Ficha Técnica

p.04

Sumário

p.06

Sobre o Promundo

p.08

Introdução

p.10

Gênero e Políticas de
Igualdade

p.22

Masculinidades

p. 32 *De que masculinidades
estamos falando?*

p.36

Masculinidade e as
diferentes fases da vida
humana

p.47

Masculinidades Brancas

p.52

Masculinidades Negras

p.61

Masculinidades de povos
tradicionais e seus territórios

p.68

Masculinidade e
Espiritualidade

p.85

Masculinidades Gays e
Bissexuais

p.116

Masculinidades, Programa H e
a PNAISH

p.91

Masculinidades Trans

p.123

Masculinidade e Sexualidade

p.97

Masculinidades Atípicas e
Homens com Deficiência

p.132

Violências Baseadas em
Gênero e Masculinidades

p.102

Masculinidades e as diferentes
políticas públicas

p.141

Metodologia SEPA - Atividades

p.109

Masculinidade e saúde

p.158

Glossário





Sobre o Promundo

Fundado em 1997, o Promundo é uma organização não governamental brasileira, sem vínculos institucionais com organizações estrangeiras, que atua em diversas regiões do Brasil e outros países do mundo buscando promover a igualdade de gênero e a prevenção da violência com foco no envolvimento de homens e mulheres na transformação de masculinidades.

Nossas ações buscam gerar transformações em diversos níveis, tais como intervenções em grupos com homens e mulheres, campanhas, metodologias educativas e diálogo com instituições e governos para influenciar políticas e ampliar programas que proporcionem mudanças sociais.

Atualmente, nossas metodologias já foram adaptadas por outras organizações em mais de 22 países. Grandes organizações, incluindo a Organização das Nações Unidas, o Banco Mundial, a Organização Mundial de Saúde e governos nacionais já apoiaram nossa causa, trabalhando como parceiros em nossas iniciativas ou adotando nossos programas e implementando-os em inúmeras comunidades em todo o mundo.

O Promundo é uma organização que existe há 28 anos e que tem atuado junto à meninos, rapazes e homens para que estes sejam sensibilizados e se tornem aliados de meninas, moças, mulheres e a população LGBTQIAPN+ na redução das violências baseadas em gênero.

Ele vem atuando fortemente para a promoção da equidade racial, trabalhando com populações negras e indígenas no processo de empoderamento, assim como com os profissionais operadores da política pública para atendimentos não racistas e que contribuam para o desenvolvimento pleno das crianças, adolescentes e famílias negras e indígenas.

Além disso, também atua junto a governos no Brasil e no exterior para o desenvolvimento de paternidades e masculinidades cuidadosas e equitativas, assim como na criação de materiais metodológicos que apoiem governos, e organizações sociais. O Promundo participa, também, de redes nacionais e internacionais com foco na sua missão. No Brasil e no mundo, é reconhecido como uma organização de referência nas temáticas de Masculinidades e Paternidades, trabalhando com organismos como UNICEF, Banco Mundial, dentre outros.

Nossas pesquisas, programas e ações para influenciar políticas públicas (advocacy) mostram que a promoção de noções positivas sobre o que significa ser homem ou mulher proporciona melhorias para suas vidas.





Introdução

O PROMUNDO é um dos principais precursores de pesquisas, programas e promoção de trabalhos relacionados a masculinidades e paternidades no mundo. Fundado em 1997, o PROMUNDO trouxe para a área acadêmica, de políticas públicas e de programas contribuições significativas para o fortalecimento de novas perspectivas sobre gênero. Sabe-se hoje que desigualdades e iniquidades de gênero são determinantes sócio-normativos que estão diretamente relacionados a taxas elevadas de violência, diversas doenças crônicas e pobreza. Neste contexto, estes trabalhos são imprescindíveis para que os sistemas de saúde, assistência social, justiça e educação sejam sustentáveis. Ou seja, representam um investimento fundamental para as finanças públicas (e privadas) e a melhoria da qualidade de vida da população.

Nos seus primeiros anos de vida, o PROMUNDO focou em questões relacionadas ao HIV/AIDS em função das graves ameaças que a pandemia representava para o segmento de jovens no Brasil. Durante pesquisas realizadas pelo Instituto em diversas comunidades do Rio de Janeiro e Brasília, verificou-se que os com-

portamentos de risco (como o não uso de preservativo) estavam associados às expectativas de performance sexual que os jovens recebiam de seus pares. Portanto, estas expectativas estavam relacionadas a normas rígidas de gênero que associavam métodos de saúde reprodutiva como algo não masculino.

A partir destas evidências, o PROMUNDO criou o projeto *De Jovem para Jovem*, uma iniciativa de grupos reflexivos de jovens do sexo masculino sobre igualdade de gênero e sexualidade. O sucesso evidenciado deste programa, após estudos avaliativos de impacto, serviu como base para sua sistematização e criação de uma nova Tecnologia Social: **o Programa H.**

Desde então, o Programa H se tornou referência no Brasil e em diversos países do mundo sobre como implementar estratégias de sensibilização de profissionais da área da saúde, ações de mobilização comunitária, participação de homens jovens em grupos autorreflexivos e avaliações de impacto.

Entretanto, nas últimas décadas, verifica-se que o tema das masculinidades e suas relações com a desigualdade de gênero se estende não somente a outras questões de saúde e sociais (como violência baseada em gênero, violência interpessoal, doenças crônicas etc.), como também em todo o ciclo de vida dos homens, começando até mesmo na primeira infância.

É com base nestas evidências que o PROMUNDO está lançando uma nova versão da Tecnologia Social do Programa H.

Nesta nova versão, tratamos de forma ampliada as teorias, conceitos, pesquisas e práticas sobre Masculinidades. Isso porque não há como se limitar a apenas um segmento etário específico ou a temas de saúde reprodutiva. Os estudos sobre masculinidades avançaram e é necessário reconhecer não somente as diversas formas de expressão dessas masculinidades, como também como uma visão única de masculinidade hegemônica traz consequências devastadoras para os sistemas de saúde, justiça, assistência social, economia e educação.

Temos certeza de que esta nova versão trará reflexões e práticas fundamentais para o desenvolvimento de planos de ação ainda mais efetivos para o alcance de políticas e programas de igualdade de gênero.

Mais uma vez, o PROMUNDO se adapta a novos contextos sociais, econômicos e políticos para oferecer à sociedade um vasto leque de opções para que a igualdade de gênero se torne realidade no Brasil e no mundo.



GÊNERO E POLÍTICAS DE IGUALDADE



A perspectiva de gênero nos ajuda a entender como a sociedade organiza as relações entre os sexos. Mais do que uma diferença biológica, gênero é uma construção social que define o que se espera de homens e mulheres. Como explica Joan Scott (1995, p. 73), trata-se da “criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres”. Essa construção orienta comportamentos, atitudes e até a forma como usamos e percebemos nossos corpos.

Gênero também é uma maneira de expressar relações de poder. As desigualdades entre homens e mulheres ganham sentido justamente nesse campo simbólico. E como gênero é uma categoria relacional, não faz sentido estudar o feminino ou o masculino de forma isolada. Mudanças em um afetam o outro, reorganizando constantemente as relações sociais (SCOTT, 1995, p. 72).

Esse olhar contrasta com o determinismo biológico, que naturaliza as diferenças sexuais. Para Judith Butler (2003), o gênero é uma forma cultural de organizar o corpo, e as ideias sobre ele estão sempre em transformação. Butler propõe que gênero é uma “performance”, ou seja, um conjunto de atos repetidos que acabam gerando a impressão de uma identidade fixa. Assim, tornar-se homem ou mulher seria uma adaptação contínua a expectativas históricas (BUTLER, 1990, p. 300).

Connell (1997) reforça essa visão ao afirmar que o gênero é uma prática social que envolve os corpos, mas vai além deles. Ele molda posturas, movimentos, habilidades e até a forma como experimentamos tensões físicas (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 189). Márcia Thereza Couto (2016) destaca que o corpo é a ponte entre o mundo interno e externo: é por meio dele que percebemos, sentimos e interagimos com o mundo.

A construção dos corpos, portanto, não é neutra. Cada sociedade molda os corpos conforme suas necessidades ideológicas e materiais, como já havia apontado Reich (1988). Por isso, o que parece natural — como a forma de andar, se vestir ou demonstrar afeto — é, na verdade, resultado de normas sociais. Como diz Rabelo (2010, p. 171), o gênero “é algo tão presente que parece natural, mas envolve, na realidade, um enorme esforço social”.

Nesse contexto, masculinidades e feminilidades são mais do que identidades: são formas de poder que moldam comportamentos e expectativas sociais (ALMEIDA, 2018a; LOURO, 2018). Assim, os estudos de gênero têm como objetivo central questionar concepções naturalizadas sobre o que é ser homem ou mulher (COUTO, 2016; RUBIN, 1993).

Esses questionamentos não são novos. Já nos anos 1920 e 1930, antropólogos como Malinowski e Mead mostraram que os papéis de gênero variam entre culturas. Suas pesquisas revelaram que os padrões europeus de masculinidade e feminilidade não eram universais, abrindo espaço para pensar o gênero como construção social e cultural.

Esse debate se intensificou com os movimentos feministas a partir dos anos 1960. Os estudos de gênero, originados nos chamados Women's Studies (FIGUEIREDO, 2008; SCOTT, 1995), buscaram desconstruir a ideia de uma “essência feminina” e denunciar os papéis sociais que limitavam as mulheres (NICHOLSON, 2000). Mais tarde, com a ascensão do movimento gay, surgiram novos questionamentos sobre a identidade masculina. Heilborn e Carrara (1998) apontam que essas transformações abriram caminho para que as masculinidades também se tornassem objeto de estudo, rompendo com a ideia do homem como padrão universal da humanidade.

A partir dos anos 1980, o enfoque de gênero começou a se expandir para os estudos sobre saúde, especialmente no campo da saúde dos homens. No início, a maioria dessas pesquisas — vindas dos Estados Unidos — tratava o tema a partir de um modelo biomédico e individual, focado nos chamados papéis sexuais. Mas na década de 1990, essas abordagens passaram a considerar as relações de poder e as interseções entre gênero, raça, sexualidade, classe, religião e geração (SCHRAIBER; GOMES; COUTO, 2005).

Nessa mesma década, na América Latina, surgiram programas voltados à saúde sexual masculina. Deixando de ser vistos apenas como parte do problema, os homens começaram a ser reconhecidos como sujeitos centrais na construção de soluções para os desafios da saúde pública.

Essa nova fase dos estudos sobre o masculino, segundo Figueiredo (2008, p. 40), é marcada justamente pela incorporação da perspectiva de gênero como chave analítica. Em vez de entender os homens a partir de uma essência, busca-se compreender como as masculinidades são socialmente construídas. Essa virada conceitual amplia significativamente o escopo dos estudos de gênero.

Segundo Schraiber, Gomes e Couto (2005), os estudos sobre masculinidades e saúde se concentram em três grandes temas:

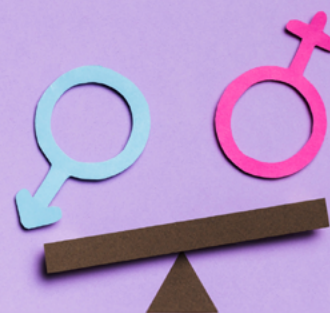
1. **Saúde sexual e reprodutiva**, considerando, por exemplo, os efeitos da violência doméstica sobre a saúde;

2. **Violência e gênero**, destacando que o espaço doméstico também pode ser fonte de sofrimento para os homens;
3. **Morbimortalidade masculina**, com foco em doenças relacionadas ao trabalho e causas externas de morte.

Esses estudos buscam integrar saúde, cidadania e direitos humanos, ampliando o olhar sobre o cuidado e as políticas públicas. Dois exemplos ilustram bem essa abordagem. Primeiro, os estudos sobre HIV/Aids, que passaram a considerar a dinâmica das relações afetivo-sexuais na transmissão do vírus, sobretudo entre casais heterossexuais. Segundo, as discussões sobre paternidade, que ganharam força quando os papéis tradicionais de provedor começaram a ser questionados, abrindo espaço para novas formas de vivenciar a masculinidade. A reconfiguração das relações de poder entre homens e mulheres impacta diretamente no que significa “ser homem” hoje.

DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE IGUALDADE DE GÊNERO: PERSPECTIVAS, INTERSECCIONALIDADES E BOAS PRÁTICAS

A promoção da igualdade de gênero é uma prioridade da Organização das Nações Unidas (ONU) desde sua fundação. Ao longo das últimas décadas, a ONU tem elaborado diretrizes, políticas e metas específicas com o objetivo de eliminar a discriminação baseada em gênero, promover a equidade e assegurar o empoderamento de mulheres e meninas em todas as esferas da vida social, política e econômica.



1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Igualdade de Gênero

Em 2015, a ONU lançou a Agenda 2030, composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dos quais o ODS 5 é inteiramente dedicado à igualdade de gênero. Este objetivo visa “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, com metas que incluem:

- Eliminar todas as formas de violência de gênero, incluindo o tráfico e a exploração sexual;
- Reconhecer e valorizar o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado;
- Garantir a plena e efetiva participação das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão;
- Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e aos direitos reprodutivos.

Além do ODS 5, a igualdade de gênero é transversal a outros objetivos, como o ODS 1 (erradicação da pobreza), ODS 4 (educação de qualidade), ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) e ODS 10 (redução das desigualdades), reforçando a noção de que o desenvolvimento sustentável só será possível com justiça de gênero (ONU, 2015).

2. Perspectiva de Gênero nas Políticas da ONU

A ONU adota a perspectiva de gênero como eixo transversal em todas as suas ações e programas, reconhecendo que as relações sociais de gênero afetam de maneira diferenciada homens, mulheres, pessoas trans e não binárias. Essa abordagem é baseada no entendimento de que as desigualdades de gênero não são naturais, mas construídas historicamente e reproduzidas por estruturas de poder desiguais.

A Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW) e a ONU Mulheres (UN Women), estabelecida em 2010, são organismos centrais no desenvolvimento de estratégias para incorporar a perspectiva de gênero em políticas públicas e programas de cooperação internacional. A ONU Mulheres trabalha com governos e sociedade civil para integrar a análise de gênero nos processos legislativos, orçamentários, institucionais e administrativos.

A principal estratégia para fomento da igualdade de gênero, proposta pela ONU na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (1995), busca garantir que todas as políticas e programas considerem o impacto diferenciado que terão sobre mulheres e homens, e que promovam ativamente a igualdade de gênero (ONU Mulheres, 2023).

3. A Importância da Igualdade de Gênero para o Desenvolvimento de Políticas Sociais

A igualdade de gênero é um componente estratégico para a formulação de políticas sociais eficazes, sustentáveis e justas. Diversos estudos e organismos internacionais apontam que a promoção da igualdade de gênero tem efeitos positivos amplos sobre a saúde, educação, economia e coesão social.

4. Eficiência e eficácia das políticas sociais

Segundo relatório do Banco Mundial (2012), sociedades com maior igualdade de gênero apresentam melhores indicadores sociais e econômicos. Investir na igualdade de gênero nas políticas sociais — como saúde, educação, previdência e assistência social — significa:

- Reduzir a pobreza, especialmente a pobreza feminina;
- Melhorar os índices de desenvolvimento infantil;
- Aumentar a participação econômica das mulheres;
- Reduzir a violência doméstica e de gênero;
- Tornar os programas sociais mais eficazes, ao atingir quem mais precisa.

Por exemplo, estudos sobre programas de transferência de renda, como o Bolsa Família no Brasil, mostram que beneficiar diretamente as mulheres potencializa os efeitos positivos da política sobre os filhos e sobre a segurança alimentar da família (Lindert et al., 2007).

5. Justiça social e direitos humanos

A igualdade de gênero é também uma exigência de justiça e de respeito aos direitos humanos. Como destaca Nussbaum (2000), políticas públicas devem permitir que todos os indivíduos tenham dignidade e agência sobre suas vidas. Isso inclui o acesso à educação, saúde reprodutiva, segurança e representação política.

Incluir a perspectiva de gênero nas políticas sociais é, portanto, garantir que os programas não apenas neutralizem as desigualdades, mas também não as reproduzam ou agravem. Por isso, a ONU recomenda avaliações de impacto de gênero em todas as fases das políticas públicas — diagnóstico, formulação, implementação e monitoramento.

6. Transformação estrutural

Além de atender às necessidades imediatas, políticas sociais que promovem a igualdade de gênero têm potencial transformador. Elas contribuem para a redistribuição de poder na sociedade e para a mudança de normas e papéis de gênero. Iniciativas como creches públicas, licença parental compartilhada, educação sexual nas escolas e políticas de combate à violência doméstica e ao machismo são exemplos de como o Estado e a sociedade podem atuar para modificar estruturas desiguais. Segundo Esping-Andersen (2002), o bem-estar social moderno deve ir além da simples proteção social e atuar como mecanismo de promoção da igualdade e da autonomia. E a igualdade de gênero é central para esse modelo.

6. Igualdade x Equidade de Gênero: Uma Diferenciação Necessária

Embora os termos igualdade e equidade sejam frequentemente utilizados de forma intercambiável, é fundamental compreender suas distinções para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes.

- **Igualdade de gênero** refere-se ao tratamento idêntico de mulheres, homens e pessoas de outros gêneros diante da lei e das políticas públicas. Pressupõe os mesmos direitos, deveres e oportunidades para todos.
- **Equidade de gênero**, por outro lado, reconhece que diferentes grupos enfrentam barreiras específicas que exigem ações diferenciadas. Trata-se da aplicação de políticas compensatórias ou corretivas que visam alcançar a justiça de gênero, oferecendo às pessoas o que elas necessitam para atingir condições equitativas.

Portanto, políticas de equidade são fundamentais para superar desigualdades estruturais e promover condições para que a igualdade de fato seja atingida. A equidade, nesse sentido, é o caminho para alcançar a igualdade real (SILVA, 2020).

7. Igualdade e Equidade de Gênero nas Políticas Sociais: Consensos e Dissensos

No campo das políticas públicas e sociais, os conceitos de igualdade e equidade ocupam posições centrais, mas frequentemente são alvo de debates conceituais e ideológicos. Embora ambos almejem a justiça social, partem de pressupostos e estratégias distintas.

7.1. Conceitos

Há certo consenso teórico de que a equidade é necessária para atingir a igualdade real. Autores como Amartya Sen (2000) e Martha Nussbaum (2000) argumentam que a justiça social requer considerar as *capacidades* efetivas dos indivíduos, ou seja, o que de fato podem ser e fazer, e não apenas a igualdade formal de direitos. Essa abordagem enfatiza que a equidade cria as condições para que a igualdade seja alcançada. Para Sen, “uma sociedade justa precisa remover as privações substanciais das pessoas, não apenas garantir igual tratamento legal” (Sen, 2000, p. 12).

Por outro lado, há dissensos ideológicos e políticos sobre o uso da equidade nas políticas públicas. Autores vinculados a perspectivas liberais ou conservadoras questionam políticas de ação afirmativa ou redistributiva com base na equidade por considerá-las uma violação à neutralidade estatal e à livre concorrência. É por isso que grupos conservadores nomeiam pejorativamente como “ideologia de Gênero” as políticas de promoção da equidade de gênero.

Além disso, há debates sobre quem define os critérios de equidade e sobre o risco de se criar políticas que reforcem estigmas ou a dependência de grupos vulnerabilizados, como advertido por Fraser (2002), que propõe a articulação entre redistribuição (econômica) e reconhecimento (cultural) como forma de evitar reducionismos.

Dessa forma, a literatura contemporânea sugere que políticas de igualdade de gênero devem ser equitativas, reconhecendo as diferenças e desigualdades concretas entre os gêneros, sem, no entanto, cristalizar identidades ou subalteridades (Fraser, 2002; Young, 2006).

8. Interseccionalidade como Ferramenta de Análise e Transformação Social

O conceito de interseccionalidade, introduzido pela jurista e ativista Kimberlé Crenshaw (1989), tem sido cada vez mais utilizado pela ONU e por instituições internacionais para compreender como as opressões se sobrepõem e se inter-relacionam. Mulheres e meninas não são um grupo homogêneo, e suas experiências são moldadas por fatores como raça, classe social, etnia, idade, orientação sexual, deficiência e nacionalidade.

Ao incorporar a interseccionalidade, a ONU reconhece que políticas de igualdade de gênero devem atender às especificidades de mulheres indígenas, negras, migrantes, com deficiência, entre outras. Essa abordagem é fundamental para desenvolver políticas eficazes que não apenas busquem igualdade formal, mas que combatam desigualdades estruturais e históricas.

A interseccionalidade está presente em documentos como o relatório “*Turning Promises into Action*” (2018), da ONU Mulheres, que destaca como as desigualdades interseccionais afetam negativamente o alcance dos ODS para mulheres marginalizadas (UN Women, 2018).

9. Boas Práticas em Políticas de Igualdade de Gênero

9.1. Iniciativas Governamentais

Diversos países têm implementado políticas públicas baseadas nas diretrizes da ONU com resultados significativos:

- **Islândia:** Repetidamente classificada pelo Fórum Econômico Mundial como o país mais igualitário em termos de gênero, a Islândia implementou leis de transparência salarial, licenças parentais equitativas e a obrigatoriedade de empresas com mais de 25 funcionários comprovarem que não há disparidade salarial de gênero (WEF, 2023).
- **Brasil:** A criação do Ministério das Mulheres e programas como o “Mulher, Viver sem Violência” são iniciativas que visam o enfrentamento da violência de gênero e o fortalecimento das políticas intersetoriais com recorte interseccional (BRASIL, 2023).

9.2. Iniciativas Não-Governamentais

- **HeForShe:** Criada pela ONU Mulheres, essa campanha global mobiliza homens e meninos como aliados na luta pela igualdade de gênero. Empresas,

universidades e governos aderiram ao movimento, assumindo compromissos públicos em favor da equidade (UN Women, 2023).

- **Girl Up:** Iniciativa da Fundação das Nações Unidas que capacita meninas e jovens mulheres ao redor do mundo a se tornarem líderes e defensoras de políticas públicas baseadas na igualdade de gênero (Girl Up, 2023).

Dessa forma, observa-se que o Programa H, desenvolvido pelo Instituto Promundo, está em plena consonância com as diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU) para a promoção da igualdade de gênero, especialmente no que se refere ao engajamento de homens e meninos como agentes de transformação. Não obstante, o Programa H atua diretamente sobre as normas culturais que sustentam a desigualdade de gênero, promovendo reflexões críticas sobre os padrões tradicionais de masculinidade e estimulando práticas mais equitativas nas relações afetivas, familiares e comunitárias.

A importância de iniciativas como o Programa H reside no seu potencial transformador. Ao incluir homens e meninos nos debates sobre gênero, o programa amplia o alcance das políticas de equidade, abordando os impactos das masculinidades hegemônicas tanto na vida das mulheres quanto na dos próprios homens. Através de metodologias participativas e baseadas em evidências, o Promundo contribui para a desconstrução de estereótipos de gênero e promove uma cultura de cuidado, respeito e corresponsabilidade. Essas ações não apenas se alinham aos princípios da equidade de gênero defendidos pela ONU, mas também demonstram como estratégias locais, enraizadas em contextos específicos, podem gerar impactos globais na luta por justiça de gênero (PROMUNDO, 2022; ONU Mulheres, 2023).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018a.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONNELL, Raewyn W.; MESSERSCHMIDT, James W. Repensando a masculinidade hegemônica. *Cadernos Pagu*, Campinas-SP, n. 30, p. 265-293, 2013.

CONNELL, Raewyn W. *Gênero em termos reais*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1997.

CONNELL, Raewyn W. *Masculinities*. Berkeley: University of California Press, 1995.

COUTO, Márcia Thereza. Gênero, corpo e saúde: elementos para a reflexão sobre a diferença sexual na medicina. In: COUTO, M. T.; GOMES, R.; SCHRAIBER, L. B. *Homens, saúde e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016. p. 25-48.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *Why We Need a New Welfare State*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

FIGUEIREDO, Wagner dos Santos. *Masculinidades e cuidado: diversidade e necessidades de saúde dos homens na atenção primária*. 2008. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FRASER, Nancy. *Redistribuição ou reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HAYEK, Friedrich. *Direito, Legislação e Liberdade*. São Paulo: Visão, 1976.

HEILBORN, Maria Luiza; CARRARA, Sérgio. Sexualidade, gênero e sociedade: uma perspectiva antropológica. In: PARKER, R. (Org.). *Políticas, instituições e práticas: sexualidade e saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, IMS/UERJ, 1998. p. 35-60.

LINDERT, Kathy et al. *The Nuts and Bolts of Brazil's Bolsa Família Program: Implementing Conditional Cash Transfers in a Decentralized Context*. World Bank Social Protection Discussion Paper, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

NUSSBAUM, Martha. *Women and Human Development: The Capabilities Approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

RABELO, Maria Cecília de Souza. A masculinidade como questão de saúde. In: COUTO, M. T.; GOMES, R.; SCHRAIBER, L. B. (Org.). *Homens, saúde e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 169-181.

RAWLS, John. *Justiça como Equidade: Uma Reformulação*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. In: JUNQUEIRA, Rogério (Org.). *Diferenças e preconceitos: ensaios de crítica cultural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 71-104.

SCHRAIBER, Lilia B.; GOMES, Romeu; COUTO, Márcia T. Homens e saúde na pauta da saúde coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 961-970, mai./jun. 2005

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WORLD BANK. *World Development Report 2012: Gender Equality and Development*. Washington: The World Bank, 2012.

YOUNG, Iris Marion. *Justice and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2006.



**MAS
CULI
NIDA
DES**

Historicamente, os debates de gênero têm se concentrado nas experiências das mulheres de tal modo que atualmente a associação direta dessa palavra se dá com o público feminino, como se falar de políticas de gênero fosse falar de políticas para as mulheres. Porém, já desde a década de 1970, os estudos e mobilizações políticas que tem a categoria “gênero” como central passaram a focar também nos homens e em suas masculinidades, as quais, como veremos ao longo deste material, são diversas. Essa incorporação histórica ajudou a refletir a noção de que o homem é igualmente atravessado por construções sociais – afinal, não se nasce homem, torna-se um. Para profissionais da assistência social e da saúde que trabalham com populações vulneráveis, essa perspectiva é especial, na medida em que entender como as normas e expectativas ligadas à masculinidade influenciam comportamentos e vulnerabilidades ajuda a produzir intervenções mais efetivas junto a esse público-alvo. Dessa forma, esta introdução apresenta brevemente os significados de ser homem na sociedade contemporânea, abordando a pluralidade dos homens e os desafios enfrentados por eles em uma sociedade sexista, além de expor os principais conceitos dessa discussão e contextualizar a importância do tema para a prática profissional.

O significado de “ser homem” vai muito além de determinações biológicas, envolvendo um conjunto de expectativas que são geradas desde antes do nascimento de uma criança. Afinal, quando se descobre, durante o ultrassom, se um bebê é menina ou menino, criam-se demandas e representações sobre quais são os brinquedos, as roupas e os objetos apropriados para aquela/e que vem ao mundo. Diante disso, pode-se dizer que a identidade masculina é resultado de um processo de aprendizagem social e cultural que prega a rigidez; processo esse que pode resultar na tentativa de separar a emoção e a razão na vida dos homens (Nolasco, 1995)¹. Conforme a perspectiva de uma autora fundamental para analisar os dilemas enfrentados por esse público, Raewyn Connell (2005), a masculinidade pode ser lida como uma configuração de práticas associadas à posição dos homens na estrutura das relações de gênero – ou seja, algo definido nas interações e hierarquias, e não uma essência fixa. Isso significa que os comportamentos, valores e atitudes considerados “masculinos” são ensinados desde cedo e reforçados ao longo da vida em sociedade, com o objetivo de que os sujeitos cumpram papéis específicos.

¹ Como argumenta o psicanalista Sócrates Nolasco (1995), o rígido papel masculino imposto por uma sociedade sexista acaba sendo “mutilador” para o homem e limitando as suas possibilidades existenciais.

Foto de Andrew Schwartz



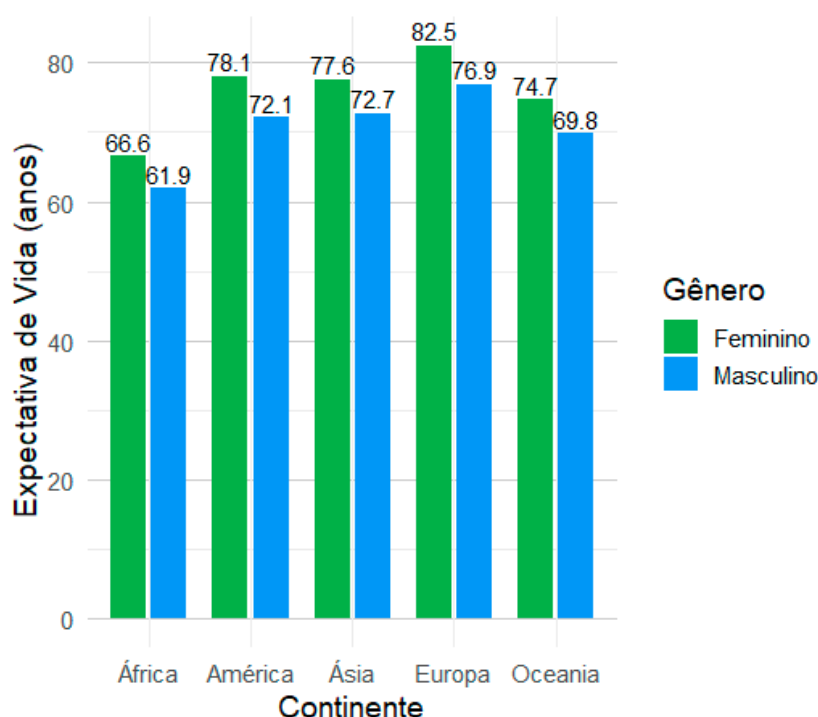
Contudo, embora se projete, ao longo da vida de meninos/homens, como eles devem ser – ativos, corajosos, fortes, viris e resistentes – não é possível falar em uma masculinidade no singular (única e universal), mas sim em masculinidades, marcadas por multiplicidades. A forma de ser homem varia conforme o contexto histórico e de acordo com uma série de circunstâncias econômicas, regionais e sociais (Vigoya, 2018). Por exemplo, Michael Kimmel (1998) observa que as experiências e expectativas de masculinidade podem diferir amplamente entre homens de origens distintas, ainda que todos estejam sujeitos, em alguma medida, às pressões de um ideal masculino dominante. Esse ideal dominante, conheci-

do como masculinidade hegemônica (Connell, Messerschmidt, 2013), seria aquele que ocupa posição de maior prestígio e poder nas hierarquias de gênero de uma dada sociedade, servindo como referência pela qual o conjunto dos homens é avaliado. A existência desse modelo como ideal na trajetória dos homens faz com que exista uma busca por provar que se é macho o suficiente, especialmente para os seus semelhantes de gênero.

É possível afirmar que os padrões dominantes de masculinidade trazem vantagens sociais aos homens em termos de poder e *status*, mas ao mesmo tempo geram custos e tensões para eles próprios (Connell, 2015; Connell, Pearse, 2016). Uma das principais desvantagens está na repressão da expressão de vulnerabilidade (o clássico “homem não chora”), o que dificulta a exposição de sentimentos e a busca por ajuda em momentos de fragilidade, contribuindo para índices elevados de problemas de saúde mental e suicídio. Além disso, a pressão para demonstrar

sua força a todo momento pode levar a comportamentos de risco e violência. Não por acaso, os homens figuram majoritariamente tanto entre perpetradores quanto entre vítimas de agressões e mortes violentas, refletindo como o próprio ideal de machismo pode ser prejudicial. Como parte dos indicadores mais evidentes dessa vulnerabilização, está a menor expectativa de vida dos homens como tendência nacional e internacional, a qual mostraremos em dois gráficos abaixo. No primeiro, que utiliza dados do Banco Mundial de 2022, é possível observar que na comparação entre as taxas médias dos cinco continentes, o público feminino está à frente quando o tema é expectativa de vida.

Gráfico 01 – Expectativa de vida média por gênero e por continente (2022)



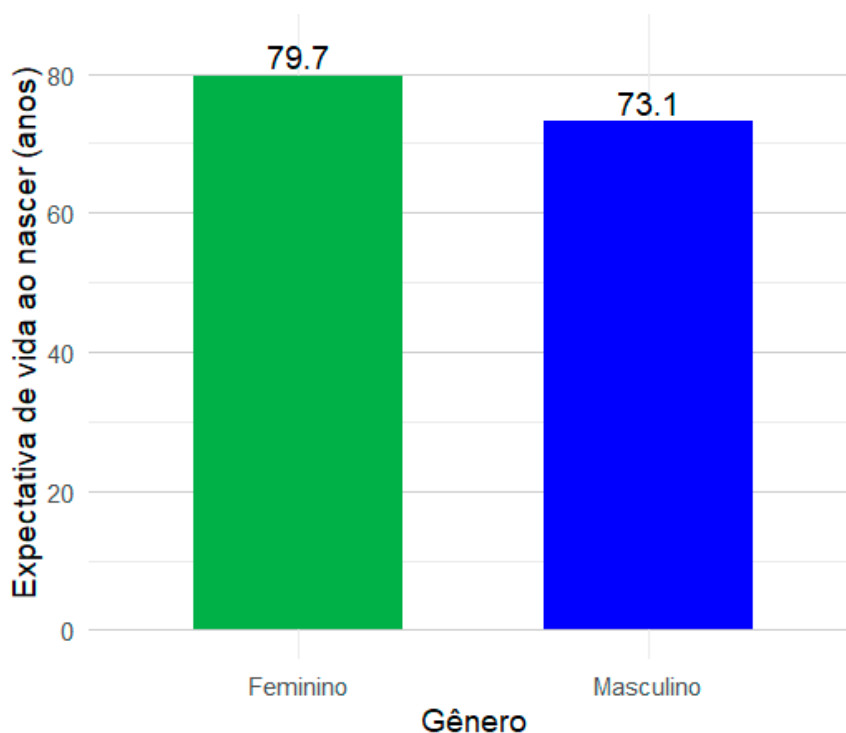
Fonte: Banco Mundial (2022)

Embora com diferenças nos padrões gerais de mortalidade entre as regiões (Europa com maior expectativa de vida média, refletindo maiores índices de desenvolvimento humano – IDH –, e África com menor expectativa de vida média), mantém-se uma tendência: mulheres vivem mais, independentemente do contexto. Ao longo da vida, eles estão mais expostos do que elas a fenômenos como acidentes de trânsito, acidentes de trabalho, crimes violentos, doenças crônicas evitáveis e conflitos bélicos, em países nos quais acontecem disputas militares.

² Os dados utilizados foram extraídos e agregados por meio do pacote WDI na linguagem R, que acessa diretamente a base *World Development Indicators* do Banco Mundial via API pública.

Com relação ao mesmo dado apenas para o caso brasileiro (Gráfico 02), e cuja fonte são as Tábuas de Mortalidade do IBGE, a diferença média na expectativa de vida em 2023, por gênero, foi de quase sete anos. Quando levamos em conta apenas esse cenário, aparece uma questão interessante. No Brasil, nascem mais homens do que mulheres, conforme as Estatísticas dos Registro Civil (IBGE, 2025). São os meninos 51,17% dos nascidos vivos em oposição a 48,83% de meninas³; ou seja, eles começam a vida em quantidade maior, mas sofrem um aumento gradual da probabilidade de mortalidade, algo que fica claro quando, na faixa dos 15 a 29 anos (juventude), a razão de óbitos dos homens em relação às das mulheres passa a ser de quase quatro vezes, algo que piora se os homens forem negros.

Gráfico 02 – Expectativa de vida média ao nascer por gênero no Brasil (2023)



Fonte: IBGE (2023)

Como é possível observar, esse cenário de desigualdades⁴, que costuma ser invisibilizado, expõe a necessidade de intervenções sobre as masculinidades no campo das políticas públicas, e principalmente das políticas sociais; necessidade essa que dialoga com a aplicação da metodologia H. No campo da saúde, por exemplo, reconhecer que muitos homens evitam buscar atendimento médico por temerem parecer “fracos” permite desenvolver estratégias de cuidado que levem

³ Números referentes ao ano de 2023

⁴ Que não correspondem a um sexismo reverso, mas resultam dos próprios efeitos da ordem patriarcal e de gênero na vida dos homens.

em conta as barreiras de gênero. Por sua vez, na assistência social, abordar criticamente os papéis masculinos por meio da criação de grupos reflexivos com homens, programas de prevenção da violência doméstica e familiar e da violência entre os próprios homens, e iniciativas de promoção da paternidade participativa nas comunidades são passos que podem ter consequências no campo das práticas coletivas. Engajar os homens na discussão sobre a igualdade de gênero traz benefícios não só para as mulheres, mas também para os próprios homens — que podem viver de forma mais plena quando livres de paradigmas restritivos. Portanto, compreender a pluralidade e os impactos das masculinidades fornece aos profissionais ferramentas para incentivar formas de bem-estar e relações mais saudáveis. Quando discutimos o tema das masculinidades, contudo, é preciso ter em mente alguns conceitos iniciais que ajudarão a guiar tanto ações teóricas (de capacitação) quanto práticas, de interação direta com o público. No quadro abaixo, trazemos alguns desses conceitos-chave.



Quadro 01 – Conceitos-chave dos estudos sobre masculinidades

Conceito	Definição	Referências Bibliográficas
Sexualidade	Campo da experiência humana que envolve desejos, práticas, orientações e identidades sexuais, moldado por normas sociais, políticas e culturais.	Guacira Lopes Louro, Jeffrey Weeks, Michel Foucault, Richard Parker.
Sexismo	Conjunto de atitudes, práticas e normas discriminatórias que inferiorizam um gênero em relação ao outro, geralmente atribuindo superioridade ao masculino sobre o feminino.	Betty Friedan, Pierre Bourdieu, Simone de Beauvoir.
Casa dos Homens	Espaço simbólico ou literal (instituições, clubes, bares, grupos sociais) onde os homens predominam e reforçam coletivamente padrões tradicionais de masculinidade.	Daniel Welzer-Lang, Valeska Zanello.
Homossociabilidade	Refere-se à preferência dos homens pela convivência e interação com outros homens, especialmente em espaços públicos e sociais, de modo a estabelecer laços de solidariedade masculina.	Eve Kosofsky Sedgwick, Michael Messner, Michael Kimmel.
Virilidade	Ideário ligado à masculinidade que associa força física, coragem, agressividade, potência sexual e domínio sobre os outros como qualidade a ser adquirida.	Elisabeth Badinter, Georges Vigarello, Mara Viveros Vigoya, Sócrates Nolasco.
Patriarcado	Sistema social, político e econômico fundamentado na dominação masculina, no qual homens têm poder sobre mulheres, crianças e outros homens considerados subalternos.	Gerda Lerner, Heleieth Saffiotti, Ivan Jablonka, Raewyn Connell, Sylvia Walby.

Fonte: Elaboração própria (2025)

A seleção de autoras/es acima, com componentes brasileiros e estrangeiros, considera apenas um recorte dos estudos e pesquisas que vem sendo realizado em diferentes campos que dialogam com o tema ao longo das últimas décadas — ou seja, o universo de referências, de modo algum, termina aqui. O que importa afirmar, diante desse conjunto de conceitos, é que o processo de exposição dos homens no debate de gênero, mencionado no início do texto, está diretamente relacionado à emergência da segunda onda do movimento feminista, especialmente a partir da década de 1960. Enquanto a primeira onda feminista, no final do século XIX e início do século XX, concentrou-se na conquista de direitos civis e políticos para as mulheres, a segunda onda ampliou a pauta para temas como o trabalho de cuidados (concentrado injustamente nas mãos delas e não deles), a sexualidade e a inserção das mulheres no mercado de trabalho e outros espaços públicos. O resultado foi uma presença feminina cada vez mais significativa em instituições educacionais, na política e nos meios de comunicação, questionando assim a estrutura patriarcal tradicional.

Esse contexto de transformação gerou incertezas em relação aos papéis convencionais de homens e mulheres. A figura masculina, antes associada com exclusividade ao mundo público, e a feminina, restrita ao âmbito doméstico e privado, começaram a ser tensionadas. Foi nesse cenário que surgiram nos Estados Unidos, Canadá, Austrália e países da Europa Ocidental os primeiros grupos e organizações formados por e para homens visando problematizar as masculinidades. Essas iniciativas buscavam repensar os significados atribuídos ao ser homem e seu lugar social diante das mudanças em curso. Compostos por homens de diferentes perfis, esses coletivos apresentavam uma pluralidade de visões, nem sempre convergentes em relação à luta das mulheres (pró-feministas *versus* anti-feministas; favoráveis à superação do patriarcado *versus* entusiastas do retorno a uma masculinidade patriarcal que estaria supostamente perdida). Esse tipo de organização permitiu colocar os homens diante do espelho, na medida em que, principalmente os homens brancos, haviam se acostumado a ocupar um lugar de universalidade. Tal movimento apareceu em paralelo ao surgimento dos estudos sobre masculinidades no mundo universitário, os quais também refletiam essa diferença de visões.

Na década de 1990, por sua vez, a questão das masculinidades chegou à arena internacional, com o lançamento da IV Conferência Internacional das Mulheres, realizada em Pequim (1995). Antes do debate sobre masculinidades ganhar força,

os eventos internacionais sobre igualdade de gênero usavam principalmente o termo “mulher” como centro das ações políticas. Isso porque a luta era — e ainda continua sendo — fortalecer os direitos das mulheres. No entanto, quando o conceito de gênero passou a ser usado oficialmente nas Nações Unidas, ocorreu uma ampliação do foco. Passou-se a olhar também para as desigualdades entre os gêneros e para o papel que os homens exercem na dominação das mulheres em diferentes cenários (Connell, Pearse, 2015). Esse novo olhar aparece de forma clara na Declaração de Pequim, adotada em 1995. O documento afirma, por exemplo, no artigo 25, que é preciso “encorajar os homens a participar plenamente de todas as ações orientadas à busca da igualdade”. Em outro trecho, no artigo 15, destaca que:

“A igualdade de direitos, oportunidades e acesso aos recursos, a distribuição equitativa das responsabilidades familiares entre homens e mulheres e a harmônica associação entre eles são fundamentais para seu próprio bem-estar e de suas famílias, como também para a consolidação da democracia” (Artigo 15 da Declaração de Pequim)

É importante afirmar que as mulheres ainda são aquelas que enfrentam, em nível global, maior ausência de direitos e, em muitos países, chegam a ter pouca ou nenhuma oportunidade econômica, política e social. Esses vazios fizeram com que instituições internacionais criassem áreas específicas para lidar com o tema. A ideia de autonomia das mulheres passou a ser defendida globalmente, ainda que muitas vezes usada dentro de uma lógica de poder internacional. Ainda assim, essa pauta acabou exigindo que as nações assumissem compromissos legais para promover ações mais justas. Conferências e declarações surgiram como parte desse processo. Portanto, ficou claro que os homens também precisavam ser envolvidos, não apenas como aliados, mas enquanto parte da transformação necessária. Dessa forma, o debate sobre masculinidades foi ganhando espaço público e deixando de ser apenas tópico de discussão da sociedade civil. O homem, assim como a mulher, passou a ser visto como ator e problema nas relações internacionais. Era chegado o tempo da mudança.

Em resumo, discutir as masculinidades é reconhecer que os homens são atravessados pelas normas de gênero, ainda que em graus distintos, e que tais normas produzem impactos em suas trajetórias e nas relações que estabelecem. Como demonstrado nesta seção, as construções tradicionais da masculinidade não apenas perpetuam desigualdades, mas provocam vulnerabilidades específicas

aos homens, desde problemas de saúde física e mental até violências e comportamentos autodestrutivos. Essas questões serão aprofundadas nas próximas etapas deste manual.

Ao incorporar os elementos dessa discussão ao cotidiano das práticas profissionais da saúde e da assistência social, é possível desenvolver abordagens mais inclusivas, que valorizem tanto a pluralidade das masculinidades quanto a necessidade de revisão de comportamentos e práticas. Em última instância, o objetivo da discussão aqui apresentada não é apenas a promoção da equidade, mas a propagação da ideia de uma vida livre dos limites impostos por concepções rígidas e discriminatórias acerca dos significados de ser homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators. Washington, DC: The World Bank, 2022. Disponível em: DataBank. Acesso em: 12 maio 2025.

CONNELL, Raewyn. Masculinities. Berkeley: University of California Press, 2005.

CONNELL, Raewyn. PEARSE, Rebecca. Gênero Uma perspectiva global. São Paulo: nVersos Editora, 2015.

IBGE. Tábuas Completas de Mortalidade para o Brasil – 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: IBGE | Biblioteca. Acesso em: 12 maio 2025.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 103–117, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71831998000200007>. Acesso em: 11 out. 2023.

MESSNER, Michael A. Politics of Masculinities: Men in Movements. Thousand Oaks: Sage Publications, 1997.

NOLASCO, Sócrates (Org.). O Mito da Masculinidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

ONU. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf.

VIVEROS VIGOYA, Mara. Género, raza y sexualidad: una mirada desde América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2016. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/248817/1/Interseccionalidad.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

De que masculinidades estamos falando?

O que é ser homem? Fora de uma perspectiva essencialista, não se costuma saber a resposta para essa pergunta. Socialmente, tal essencialismo faz com que o encaminhamento dessa questão passe pela associação com uma série de substantivos e adjetivos que visam, antes, afastar o masculino do campo do feminino. Ser homem seria a negação do ser mulher. Entretanto, para a perspectiva que buscamos cultivar na Metodologia H, é preciso sair dessa interpretação, na medida em que ela é prejudicial para a superação das desigualdades. Ser homem, em nossa compreensão, deve indicar a abertura para múltiplos significados a fim de que tenhamos maior satisfação existencial entre homens, mulheres e aqueles que não se identificam com nenhum dos dois polos dessa binariedade. Além disso, compreendemos que todos os indivíduos possuem características que ora podem ser vistas como masculinas, ora podem ser vistas como femininas, o que indica que a posse de determinados atributos não é exclusividade de um ou outro grupo. A permanência desse determinismo está na raiz de formas de violência.

Outra forma de identificar a multiplicidade do público masculino diz respeito à diferença de realidades sócio econômicas, demarcada pela presença de marcadores sociais, a exemplo de: classe, cor/raça, deficiência, etnia, identidade de gênero e orientação sexual. O chamado “privilégio masculino” está desigualmente distribuído. Se, frente às mulheres — em condições similares — os homens geralmente acabam saindo na frente em diferentes indicadores, entre os próprios homens a comparação é mais complexa. A convivência entre as masculinidades no plural e o ideal de masculinidade hegemônica faz com que a busca pelo ideal patriarcal não se dê nas mesmas condições (Nascimento, 2011). Comparando casos extremos, ser um homem branco, cisgênero, de classe média ou alta, sem deficiências e do Norte global implica em uma realidade absolutamente distinta daquela de ser um homem negro, trans, com uma ou mais deficiências e do Sul Global. Ao longo desse intervalo de características, podem surgir conjuntos de desafios específicos que implicam a noção de que nem sempre ser homem significa ser o macho dotado de uma série de capitais (imagem arquetípica do homem opressor). A experiência do masculino implica também desafios humanos comuns, marcados pelo incômodo e o mal estar.

Importa ressaltar que masculinidades múltiplas não existem de forma isolada, mas se constituem em relação umas às outras, criando uma dinâmica hie-

rárquica que vai além de simples jogo de oposições. As diferentes formas de ser homem estabelecem entre si relações de cumplicidade, subordinação e marginalização conforme o grau de proximidade ou distanciamento do modelo hegemônico (Zanello, 2020). Essa hierarquização não é fixa nem universal, e tal compreensão é fundamental para aplicação de perspectiva metodológica junto ao público-alvo de homens, à medida em que permite identificar como diferentes sujeitos experienciam seja os benefícios seja os malefícios advindos da ordem gênero, fato que evita generalizações capazes de obscurecer a complexidade experienciada pelo grupo.

Nesse cenário, indicamos que a territorialização das masculinidades, assim como outras marcas que serão mais bem detalhadas, também merece destaque, uma vez que os significados do “ser homem” variam entre diferentes espaços geográficos e culturais. As masculinidades rurais diferem das urbanas, as da América, África e Ásia divergem das da Europa e Oceania, e as das periferias contrastam com as dos centros, composições que se demonstram como fatores ambientais moldam diferenciadamente ações e expectativas masculinas. Essa dimensão territorial não se limita apenas às diferenças regionais, mas engloba também os microespaços do cotidiano — família, escola, trabalho, igreja, grupos de pares —, cada uma dessas com suas próprias regras e códigos sobre como a masculinidade deve ser materializada. O reconhecimento da diversidade territorial auxilia na produção de intervenções contextualizadas que respeitem as particularidades locais, sem perder de vista os padrões ampliados de dominação.

Mais um aspecto central para compreender as masculinidades plurais reside na dimensão geracional, que revela como as performances masculinas se transformam ao longo do tempo e variam entre diferentes faixas etárias. Os modelos de masculinidade dos avós não necessariamente coincidem com os dos pais que, por sua vez, podem diferir dos esperados pelos filhos, criando tensões intergeracionais que expressam mudanças culturais ocorridas nas últimas décadas. Essas modificações não necessariamente indicam que houve “progresso”. Ao contrário, práticas masculinas prejudiciais têm se mantido ao longo do tempo. Contudo, essas passam igualmente por avanços, retrocessos e recomposições, capazes de repaginar as normas de gênero. Para os profissionais aplicadores da metodologia H, considerar essa dimensão geracional significa reconhecer que homens de diferentes idades podem ter sido socializados em cenários diferenciados, o que influencia tanto suas resistências quanto suas aberturas para mudanças nos parâmetros sexistas tradicionais.

Ao fim (ou apenas para iniciar a discussão), é preciso destacar que as masculinidades se constituem por meio das práticas corporais e gestos do dia a dia que comunicam e reforçam identidades específicas. O corpo masculino não é mero dado biológico, mas espaço simbólico onde se inserem significados sobre força, resistência, controle e poder. Essas performances incluem desde posturas pessoais até escolhas estéticas, formas de falar e ocupar espaços, configurando um repertório de ações que variam conforme o tipo ou o grau de masculinidade que se deseja expressar (mais ou menos viril). O entendimento dessa dimensão permite identificar como esses sujeitos constroem e comunicam seus aspectos de gênero no dia a dia, fato que, se contribui para perpetuar as estruturas sociais, abre simultaneamente portas para questionar e ressignificar essas mesmas atitudes, em direção a formas saudáveis e igualitárias de vivenciar as trajetórias.



PARA REFLETIR NA PRÁTICA

Como identificar e respeitar as diferentes expressões de masculinidade?

1. **Marcadores interseccionais:** Considere como idade, raça, classe social e região influenciam as expectativas sobre “ser homem” do usuário da política.
2. Contextos familiares: Observe como posições geracionais — avô, pai e filho — podem gerar concepções distintas sobre o que significa “ser homem”.
3. Territorialidade: Reconheça que masculinidades rurais e urbanas, do centro e da periferia, trazem códigos específicos.
4. Performance cotidiana: Note como gestos, vestimentas e formas de falar comunicam diferentes tipos de identidade masculina.

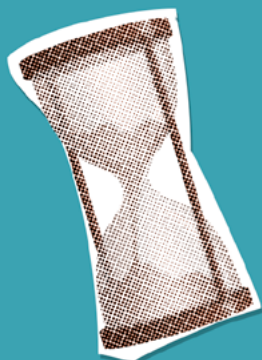
Estratégias de abordagem:

1. Evite generalizações sobre “todos os homens” — cada um traz uma experiência singular
2. Adapte sua linguagem e exemplos ao contexto sociocultural do usuário
3. Respeite os códigos de masculinidade locais enquanto promove reflexões sobre práticas prejudiciais derivadas dessas masculinidades
4. Use as referências masculinas positivas do território como exemplo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NASCIMENTO, Marcos A.F. Improváveis relações: produção de sentidos sobre o masculino no contexto de amizade entre homens homo e heterossexuais. Tese de Doutorado. 195f. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2011.

ZANELLO, Valeska. Masculinidades, misoginia e cumplicidade na “casa dos homens”: Um estudo sobre os grupos de WhatsApp masculinos no Brasil In: FERREIRA, Larissa. Ebook: Gênero e perspectiva. Publisher: CRV, 2020. p. 79-102. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/368023065_MASCULINIDADES_CUMPLICIDADE_E_MISOGINIA_NA_CASA_DOS_HOMENS_um_estudo_sobre_os_grupos_de_whatsapp_masculinos_no_Brasil. Acesso em: 30 de Maio de 2025.



MASCULINIDADE E AS DIFERENTES FASES DA VIDA HUMANA



O Brasil, sendo um país que passou por todo um processo de colonização durante séculos nas mãos de povos europeus, teve sua formação social estruturada a partir de noções de mundo criadas nesse contexto (Munanga, 2020). Quando nasce o que entendemos como a *sociedade brasileira*, há uma influência forte da cultura colonial junto das práticas eclesiásticas, no que eram quase que literalmente “manuais de gênero” para criação e educação de crianças (Felipe, 2014).

Esse tipo de material vinha acompanhado de regras e comandos a serem seguidos para uma criação de meninos e meninas dentro das normativas previstas como parte do que é “certo” e esperado socialmente deles. Essas instruções eram diretas, ocupavam escolas, igrejas e casas de forma a reforçar que aquele tipo de comportamento era o correto para educar e enquadrar as crianças no ideal intocável do que era ser menino e menina (Felipe, 2014), como trazido anteriormente, confinado dentro de uma binaridade de gênero e seus papéis.

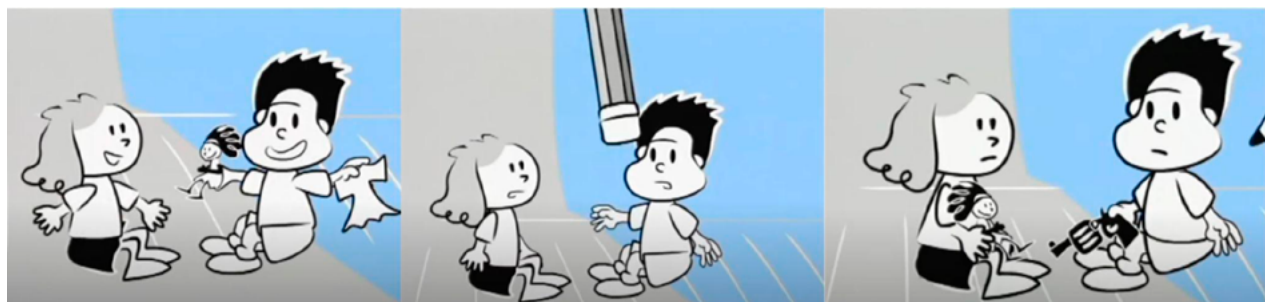
Esses esforços, analisando hoje nossa realidade, foram tão eficientes que de fato se tornaram parte da nossa estrutura social ao ponto já não existirem esses tipos de manuais, uma vez que social e culturalmente seguimos de forma normalizada essas instruções na criação distinta de como deve ser educado um menino e como deve ser educada uma menina. Tais instruções passam por questões como: regular e conter manifestações desviantes de sexualidade, delimitar de forma muito consistente o comportamento esperado de meninos e de meninas, as brincadeiras (Baliscei; dos Santos Brasil, 2023) que cabem a cada um e as que cabem a ambos, como deve ser a relação entre eles e entre seus iguais, como devem se comportar com a família e até o que deveriam almejar na vida, além de várias outras questões pautadas nos papéis de gênero a serem cumpridos na sociedade .

Dessa forma, como já trouxemos antes, todas essas noções são baseadas em ideais de uma masculinidade hegemônica pensada para homens brancos, cis, heterossexuais, cristãos e de classe média, então estamos há séculos ensinando nossos meninos a serem homens a partir dessa perspectiva (Grossi, 2004), mesmo que nosso país seja muito mais diverso que esse recorte e este não atenda de fato à formação de Brasil que temos hoje e tínhamos naquela época também (Vigoya, 2018).

No Brasil, é comum que os quartos da criança ainda não nascida seja pintado de azul (para os meninos) ou rosa (para as meninas); nesse momento, as decorações, as roupas e os brinquedos começam a ser escolhidos em sessões específi-

cas do comércio já divididas entre masculino e feminino e que costumam seguir a mesma orientação de cores dos quartos, ou seja, antes mesmo de vir ao mundo, aquela criança já tem uma boa parte de sua socialização definida para introduzi-la ao universo ao qual deve pertencer (Silva, 2019).

No início, é comum que esses reforços sejam mais para o lado positivo. De forma quase inocente, os adultos ao redor desse menino vão lhe dando roupas e brinquedos que estão conectados ao *universo do masculino*, ou seja, conectados ao futebol ou o basquete, bonecos homens que, heróis ou vilões, são baseados em histórias de homens que arriscam suas vidas ou são cercados por violência, a presença de brinquedos que se assemelham a armas de fogo ou armas brancas também é recorrente, assim como as brincadeiras “de meninos” que costumam estar baseadas nesse tipo de interação (Baliscei; dos Santos Brasil, 2023).



Fonte: Youtube Instituto Promundo

Grossi (2004) nos traz a realidade de que boa parte do “rito de passagem” que consolida as masculinidades no Brasil é feito através da violência, de forma a marcar o corpo e ensinar que é através desse tipo de ato que se faz um homem, que se separa o masculino do feminino; e é também através do medo presente nesses ritos que se entende o que é ser homem (p. 8, 2004). A antropóloga nos traz uma noção importante sobre isso, pois é como parte desses ritos de passagem que os rapazes no Brasil começam a ter acesso à “casa dos homens” (p. 8, 2004), locais de manifestação da masculinidade, com presença e ensinamento dos mais velhos, que costumam passar pela normalização da violência entre os homens como característica própria masculina, algo que “separa os homens dos meninos” e das meninas.

5 Sequência de imagens da animação “Minha Vida de João” que demonstra a borracha de um lápis “corrigindo” a performance desviante de um menino, devolvendo a boneca para a menina e lhe dando a réplica de uma arma para brincar.

Sendo assim, temos que a socialização masculina desde a infância é majoritariamente guiada por noções que perpassam a violência e por uma contenção constante, para que os meninos não habitem o mundo “não-masculino”. Quando se fala da interação entre os rapazes, essa não é permitida se não for inteiramente pensada dentro do que é masculino, ou seja, a violência, a prática esportiva tradicionalmente masculina (artes marciais, futebol, basquete e outros) (Moura et al, 2009;) e socializações que mantenham uma distância (Felipe, 2014). Essa noção limita as interações entre os meninos a algo que não permite, usualmente, a manifestação de carinho, carícias ou afeto, com a crença que esse tipo de coisa poderia incentivar sexualidades não-normativas desde a infância. A realidade que enfrentamos no Brasil é que continuamos a educar e socializar de forma a aprisionar as pessoas em normas rígidas de gênero que vão se fixar em nossa formação enquanto seres humanos e formar adultos presos nesses mesmos moldes.

Quando negamos a um rapaz a possibilidade de ter uma boneca/bebê ou algum brinquedo que é visto como parte do mundo feminino, não estamos somente dizendo que aquilo não o pertence, mas ensinando que aquilo é *errado*. O mesmo acontece com as manifestações de afeto quando devem se enquadrar nesses padrões masculinos que só são aceitos de forma mais livre e calorosa em determinadas situações e ambientes como, por exemplo, partidas de futebol. A partir disso, criamos rapazes que conhecem majoritariamente a *violência* e o *silêncio* (Amato; Fuchs, 2022).

Ter tantos estereótipos e limitações na formação de um adolescente têm se mostrado cada vez mais frustrantes em termos de saúde e socialização. Homens adolescentes se segregam em seus grupos, reproduzem e perpetuam violências de gênero, raça e sexualidade como manifestação de sua socialização, principalmente no ambiente escolar, onde são endossados por seus pares (Alves, 2018), mas também se isolam e agem de forma solitária por serem lembrados que não é tão masculino discutir sobre suas dores, dúvidas, inseguranças e até amores, mesmo que haja vontade de fazê-lo (Machado; dos Santos, 2015).

Nesse sentido, também temos o reforço de adultos ao seu redor quando confirmam essa perspectiva e fecham portas para que seus sentimentos, expressões e identidade sejam levados a sério. Em um tempo tão definidor de um ser humano como a adolescência, estamos cada vez mais deixando que esses jovens se isolem e que sintam um desinteresse e desimportância de suas vivências que, mes-

mo com a presença de famílias e amigos, ainda buscam por pertencimento e escuta em um universo amplo e desregulado, como a internet. Todo esse tratamento de silêncio acaba também por influenciar na confiança desses jovens em nos contar sobre possíveis abusos, agressões e assédios que possam estar sendo vítimas no ambiente escolar ou até mesmo familiar. Por isso, muitas das campanhas falam em *quebrar o silêncio*⁶.

Como falamos menos com os garotos sobre cuidado e mais sobre sobrevivência, acabamos negando a eles a autonomia e o desenvolvimento de habilidades importantes para a autopreservação e para o cuidado com o outro (Separavich; Canesqui, 2013). Isso ocorre porque se espera que os homens cresçam para assumir o papel de provedores — ou seja, que se encaixem na esfera pública da divisão sexual do trabalho —, como uma forma de expressar esse cuidado. Isso nos leva ao estereótipo de que, dentro da masculinidade hegemônica, homens devem ter autocontrole, ser heterossexuais e se adaptar aos padrões da masculinidade normativa, mesmo que não lhes caiba, como trazido por Michael S. Kimmel (1998): “até a mania contemporânea de *body-building*, os homens que pareciam fortes e duros podiam tentar e aliviar a angústia de que, de fato, eles estavam para serem desmascarados como fracos e suaves” (p. 112, 1998).

Kimmel nos demonstra que a masculinidade hegemônica se estrutura através de uma “desvalorização de outras formas de masculinidade, posicionando o hegemônico por oposição ao subalterno, na criação do outro” (p. 112, 1998) onde deixa claro que qualquer manifestação fora dessas normas é apontada como um fracasso em performar a masculinidade que precisa ser reafirmada constante-



Fonte: Facebook Ministério Público de Santa Catarina

⁶ As meninas também são ensinadas sobre o silêncio, mas de formas diferentes. Essas influências normalmente aparecem de forma a deixar claro que não é parte do papel das mulheres falar demais, ou dar sua opinião, e que faz parte de ser submissa, manter tudo que acontece em casa dentro dela (Felipe, 2014; Alves, 2018).

mente, o que pode silenciosamente criar crises que desembocam principalmente em manifestações de violência, misoginia e até mesmo auto-extermínio, ligadas a essas questões de falta de autocuidado, dificuldade em falar de suas emoções e de buscar por ajuda (Machado; dos Santos, 2015).

A solidão, ressentimento e inadequação de jovens meninos no Brasil e no mundo têm se mostrado cada vez mais uma preocupação tanto pelo fato das violências baseadas em gênero, raça e classe estarem crescendo em ambientes escolares e até mesmo em casa (Alves, 2018), como também pelo aumento cada vez maior de auto-extermínio entre adolescentes homens no país (Paixão et al, 2021; Alves et al, 2024)⁷. Leva-se em consideração que, para algo do tipo acontecer, já houver outras tentativas até que tenham “sucesso”, isso tem demonstrado como tais jovens não têm espaços seguros de escuta ou sequer são levados a sério, são lidos inclusive como “momentos de fraqueza” que não pertencem ao homem (Machado; dos Santos, 2015), e por isso são ignorados. Na atualidade, temos algumas obras que tratam sobre os temas.



Fontes: Netflix, IMDB e UFRGS

É comum, ainda, que na adolescência sejam perceptíveis as experiências iniciais próprias desses jovens com a dominação masculina, ou seja, começar a entender o protagonismo que ser homem tem em nossa sociedade e como isso se faz presente nas relações para com suas parceiras mulheres (Bourdieu, 1999). Há o amadurecimento de ideias sobre a cumplicidade que homens

⁷ Os estudos referenciados ainda apontam para a diferença que há entre o fato de que meninas e mulheres são as que mais tentam cometer auto-extermínio, porém, os meninos e homens são o maior número de óbitos causados por esse motivo (Paixão et al, 2021; Alves et al, 2024).

2018) dão uns aos outros para manutenção desse papel de domínio masculino na sociedade, o que já é um esforço ativo.

Passado esse histórico de referências na construção de masculinidades dos jovens brasileiros, temos o início de uma vida adulta conturbada, onde as Funções Psicológicas Superiores (La Taille et al, 1992) formadas por esse adulto estão bem solidificadas na ideia de quais são os papéis de homens na sociedade e quais são os papéis de mulheres, mesmo que isso por vezes não reflita a realidade. Um exemplo muito claro dessa questão é: um homem negro ou indígena no Brasil não pode se dar ao “luxo” de manifestar violência da mesma forma que homens brancos, mesmo que habitem o mesmo ambiente em termos de classe.

O cenário tratado aqui é comum na socialização masculina brasileira, é a base que nos faz perguntar: por que temos um alto índice de violência doméstica? E também nos explica o porquê de no país ter estatísticas sobre o fato de que os homens são os que mais morrem e os que mais matam, assim como o fato de que os homens somam aproximadamente 79% dos casos de óbitos por auto-extermínio no Brasil, em comparação com pouco mais de 20% das mulheres (Paixão et al, 2021), ou também homens estarem morrendo cada vez mais por doenças que poderiam ser prevenidas do que as mulheres (Ministério da Saúde, 2022). O contraponto com mulheres não é para criar qualquer tipo de juízo de valor comparando uma socialização com a outra, mas sim para chamar a atenção para o fato de que homens estão envelhecendo de forma a continuar acreditando e reproduzindo que questões como cuidado, autopreservação, emoções e “fraquezas” (as doenças, no caso) são do universo feminino e não do masculino, o que está ligado a esses níveis de mortalidade, assim como o fato de serem os que mais matam e que mais morrem (IBGE, 2023)⁸, reafirmando que a violência é uma representação consolidada do que é “ser homem”.

Com isso, temos homens adultos socializados na crença de uma masculinidade que tem que ser altamente viril através de violência e da potência sexual, demonstrada não só pelo ato sexual em si, mas a partir da ideia de que assédios são algo da natureza masculina (Alves, 2018) e que ele é refém de suas vontades, além de manter sua dominância em qualquer tipo de relação e a qualquer custo, como uma extensão de sua honra, que deve ser defendida sempre que necessário e quando se sentir ameaçado (Grossi, 2004). Mas então, o que seria essa ameaça?

8 A mortalidade masculina só costuma ser menor do que a feminina na faixa etária entre os 80 e 84 anos, quando a população feminina já é muito maior do que a masculina.

Como trazido por autores como Grossi e Kimmel, as performances consideradas desviantes dentro do universo masculino categorizam esse tipo de ameaça, uma vez que demonstram outra forma de viver que desafia as noções hegemônicas de masculinidade, ou seja, ela passa a ser só mais uma das formas de performance e não a única.

A vida adulta do homem é categorizada por esse comportamento e por uma ideia de que, conforme vão ficando mais velhos, mais difícil é mudar sua mentalidade, o que acaba consolidando a ideia de que sequer vale o esforço para desconstruir aquilo que está presente desde seu nascimento. Independente da constituição de uma família ou não, os homens envelhecem sem serem mobilizados ao cuidado, com resistência forte na prevenção e no tratamento de doenças, além de não saberem lidar com noções básicas de higiene, o que também costuma gerar doenças. Não à toa há campanhas da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU) e outras instituições que incentivam a limpeza peniana como forma de prevenção do câncer e outras doenças.

Homens crescem enclausurados em uma performance de masculinidade e são convencidos de que é a única possível, que além de praticada deve ser defendida e perpetuada para os jovens que crescem ao seu redor. Esses exemplos



continuam a gerar os mesmos problemas e levam a um envelhecimento com baixa qualidade de vida e com expectativa de vida menor que mulheres (IBGE, 2023), como já apresentado anteriormente. No entanto, claro que não são todos os homens que estão nesse lugar de não-mobilização com relação ao cuidado. Temos marcadores sociais de classe, raça e gênero que nos levam a trabalhar de forma interseccional e entender que essas diferentes realidades sociais acabam por formar homens que tiveram que ser introduzidos mundo do cuidado como parte de sua vivência e realidade — como homens negros, que constantemente assumem o papel de ajudar a criar irmã/os mais novos; ou homens da comunidade LGBTQIAPN+, que podem vir a ter mais consciência, uma vez que já não se prendem necessariamente à masculinidade hegemônica e heteronormativa.

É importante instigarmos os homens ao nosso redor para que ao menos falem sobre seus sentimentos, sobre suas vivências, que escrevam sobre elas, que abram a possibilidade de desmontar os muros que foram levantados por normas tão rígidas. Isso é importante não só para buscar algo melhor para sua convivência em sociedade (ou para que haja a possibilidade de diminuição dos índices de violências baseadas em gênero, por exemplo), mas principalmente pela qualidade de vida, pela longevidade, para que sofram menos com a solidão e menos com o ressentimento de uma vida marcada por endurecimentos que condenam esses homens e todos ao seu redor.



PARA REFLETIR NA PRÁTICA

Como identificar os traços de masculinidade que nos fazem mal?

1. Construção da nossa rede: observar quais pessoas fazem parte da nossa rede diária de contatos e para quais atividades estamos com aquelas pessoas;
2. Escuta ativa: estamos escutando de verdade quem convive e se preocupa conosco?
3. Admitir que nem sempre quem nos criou estava certo: está tudo bem entender os erros que crescemos repetindo por ser o ambiente em que crescemos;
4. Eu me cuido?: eu, enquanto homem, tenho uma rotina de cuidado comigo ou com aqueles que fazem parte da minha vida?

Estratégias para desafiar essas construções:

1. Compreender que, apesar da estrutura estar presente na vida social de todos, nem todo mundo teve a mesma criação e socialização, não somos iguais;
2. Trabalhar com a vulnerabilidade. Importante incentivar que homens se vulnerabilizem em locais que se sintam confortáveis para isso, seja entre outros homens ou não, esse primeiro contato deve ser tranquilo;
3. Entender que homens podem falar de seus sentimentos, medos, fragilidades e alegrias entre outros homens e mulheres também;
4. Tentar incentivar o pensamento crítico sobre a realidade de ter que se separar tudo em “coisas de homem” e “coisas de mulher”;
5. Acreditar que sempre há tempo para mudança e para um viver mais saudável

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Fatima Lucinara Gomes. Assédio sexual entre alunos no ambiente escolar: as influências da desigualdade de gênero e do machismo, e o papel da escola no enfrentamento aos padrões culturais de dominação da mulher. 2018. Campus Universitário de Castanhal, Universidade Federal do Pará, 2018. Disponível em: <http://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/1357>

ALVES, F. J. O., Fialho, E., Araújo, J. A. P., Naslund, J. A., Barreto, M. L., Patel, V., & Machado, D. B. (2024) The rising trends of self-harm in Brazil: An ecological analysis of notifications, hospitalisations, and mortality between 2011 and 2022. *The Lancet Regional Health*, 31, 1-11.

AMATO, Bruna.; FUCHS, Jéssica Janine Bernhardt. Discursos de ódio de gênero e subjetivação: articulações entre masculinismo e extrema-direita. In: *Violência e Gênero: análises, perspectivas e desafios*, p. 77-92, 2022.

BALISCEI, João Paulo; DOS SANTOS BRASIL, Bruna. “Brinquedos não têm gênero”: Cultura Visual e a construção visual de masculinidades e feminilidades desde a infância. *Educação em Foco*, [S. l.], v. 26, n. 48, 2023.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2007

FELIPE, Jane. Infância, Gênero e Sexualidade. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 25, n. 1, 2014.

FREITAS, Waglânia de Mendonça Faustino et al. Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. *Revista de saúde pública*, v. 43, p. 85-90, 2009.

GOV. Saúde do homem: acompanhamento e prevenção podem reduzir casos de Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Ministério da Saúde. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/novembro/saude-do-homem-acompanhamento-e-prevencao-podem-reduzir-casos-de-doencas-cronicas-nao-transmissiveis#:~:text=Quais%20são%20as%20DCNT%20que,\(30%25%20a%20mais\)](https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/novembro/saude-do-homem-acompanhamento-e-prevencao-podem-reduzir-casos-de-doencas-cronicas-nao-transmissiveis#:~:text=Quais%20são%20as%20DCNT%20que,(30%25%20a%20mais))

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidade: Uma revisão teórica. Mandrágora (São Bernardo do Campo), v. XII, 2004.

IBGE. Tábuas Completas de Mortalidade para o Brasil – 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: IBGE | Biblioteca

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, v. 4, n. 9, p. 103–117, 1998.

LA TAILLE, Yves Joel Jean Marie Rodolphe de e OLIVEIRA, M K e DANTAS, H. Piaget , vygotsky , wallon: teorias psicogeneticas em discussao. . Sao Paulo: Summus.

MACHADO, Daiane Borges ; SANTOS, Darci Neves dos. Suicídio no Brasil, de 2000 a 2012. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 64, n. 1, p. 45–54, 2015.

MOURA, Diego Luz et al. Esporte, mulheres e masculinidades. *Esporte e Sociedade*, v. 5, n. 13, p. 1-22, 2010.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

PAIXÃO B. T. A. da; Santos D. A. dos; et al. Suicídio e lesões autoprovocadas: análise do perfil epidemiológico e prevalência dos casos no Brasil entre 1996 e 2019. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 13, n. 8, p. e8583, 2021.

SEPARAVICH, Marco Antonio ; CANESQUI, Ana Maria. Saúde do homem e masculinidades na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: uma revisão bibliográfica. *Saúde e Sociedade*, v. 22, n. 2, p. 415–428, 2013.

SILVA, Juliane Costa; RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. Jovens gays na escola: masculinidades, infância e narrativas. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica*, v. 4, n. 11, p. 558-572, 2019.

VIGOYA, Mara Viveros. As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

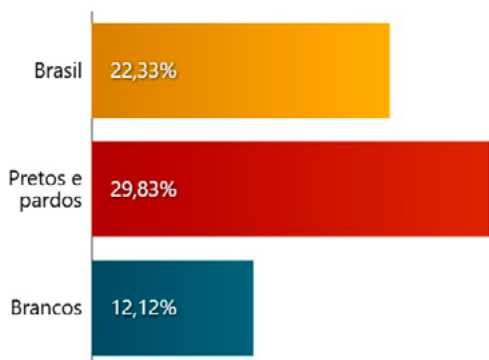


MASCULINIDADES **BRANCAS**

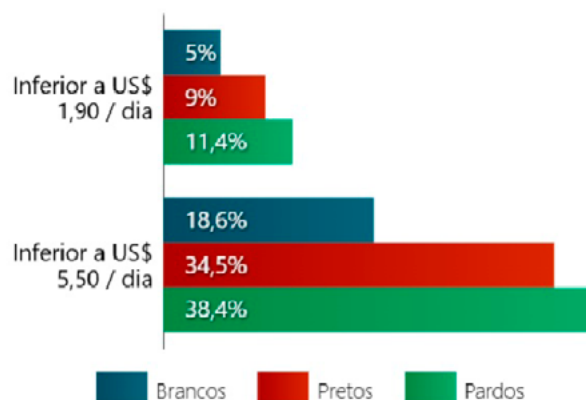
Nós já discutimos anteriormente sobre como, no Brasil e no mundo, lidamos com “marcadores sociais” que foram construídos pela nossa experiência cultural e histórica que fizeram do nosso país o que é hoje. Dentro desses marcadores, temos alguns que servem principalmente para que se mantenham as desigualdades sociais, como raça e classe.

Podemos nos perguntar, “mas raça não é só a humana?”. E a realidade é que sim, era para ser assim. Mas séculos atrás, quando nosso território foi colonizado por povos europeus, noções como raça e gênero foram inseridas na nossa realidade e estão presentes até hoje ditando nossa sociedade. Esse processo, que teve início anos atrás, foi chamado pelos estudiosos de “racialização” (Ianni, 1996). Através da racialização, foi possível classificar e hierarquizar a raça humana em diferentes raças, para que se pudesse dizer que uma é superior a outra, e isso foi extremamente importante para justificar e manter nossa colonização e escravização por muitos anos. Tal processo também foi responsável pelo empobrecimento da população preta e parda⁹ brasileira (Gonzalez, 2020; IBGE 2022), bem como por toda estrutura de privilégios que a escravização estruturou para a branquitude (mesmo não abrangendo sua totalidade).

Proporção de famílias com algum grau de pobreza (%)



Pessoas abaixo da linha de pobreza (%)



Fonte: IBGE

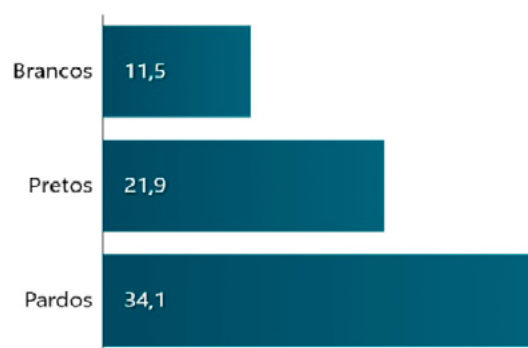
⁹ O uso da ideia de “pretos e pardos” como parte de uma categoria demográfica em estudos do IBGE se dá pelo entendimento que, para as métricas, é necessário compreender a mestiçagem como parte de nossa identidade brasileira, fazendo com que se dependa de características muito mais que fenotípicas para entender alguém como negro no país (Nogueira, 2007). Tal abordagem nos mostra uma população de pretos e pardos de 55,5% do total de brasileiros (IBGE, 2022).

Passados alguns séculos, a racialização ainda se faz presente na sociedade brasileira, e sua manutenção é um dos motivos pelo qual ainda há tanta desigualdade social no país, uma vez que vivemos em um país fundado na crença de que pessoas negras e indígenas seriam inferiores e menos humanas do que aqueles descendentes de europeus, ou seja, pessoas brancas (Fanon, 2008; Viana, 2019). A relação disso tudo com a masculinidade é que essa racialização, junto com a questão de gênero que já vimos aqui, se juntam de forma interseccional e trazem para a gente um ideal de homem e de *humanidade*, construindo aspectos que ditam as performances masculinas e até mesmo o que entendemos como ser humano (Faustino, 2014).

Tendo todo esse retrospecto como parte da nossa história e fundação da nossa sociedade como a temos hoje, o ideal existente como sendo de performance da masculinidade hegemônica no que entendemos como Ocidente e América Latina (Vigoya, 2018) é facilmente resumido em: um homem branco com raízes ou origens europeias, heterossexual, separa muito bem o que é masculino do que é feminino, vive dentro dos papéis de gênero definidos pela colonização e se identifica como cristão (Kimmel, 1998; Grossi, 2004). A partir do momento que esse ideal começa a funcionar como base para desumanizar homens negros, indígenas, LGBTQIAPN+ e até mesmo PCD's, começamos a entender um pouco melhor a importância de discutir marcadores sociais de forma interseccional.

Junto das questões de classe, ou seja, de posição social em relação à renda, há também a presença de homens brancos onde foi socialmente construído para ser habitado por homens negros: as periferias (De Paula, 2021). Nesse sentido, é comum que nesse ambiente as socializações sejam diferentes, pois aquele homem branco não está representando o que foi definido como o ideal para sua “raça”, que prevê também a prosperidade financeira. Mesmo nesse cenário ainda vemos uma discrepância entre a forma que a sociedade lida com homens brancos e homens negros, ao ver, por exemplo, a taxa de homicídio por cor e raça no país.

Taxa de homicídio por 100 mil pessoas



Fonte: IBGE

Dentro dessas noções interseccionais de raça e classe, é importante ressaltar o fato de que são os homens brancos que ocupam a classe média/média-alta e elite, que têm o prazer de desfrutar mais plenamente dos privilégios patriarcais (misoginia, atos de violência, exploração e afins), como também dos benefícios sociais que envolvem ocupar cargos mais altos em empresas, ter vida mais longa na educação com mais capacitações e habitar locais na elite social e política (IBGE, 2022). Ou seja, nem mesmo entre eles, homens brancos, são todos iguais. Parte disso, é o que chamamos de “pacto da branquitude”¹⁰ (Bento, 2020).

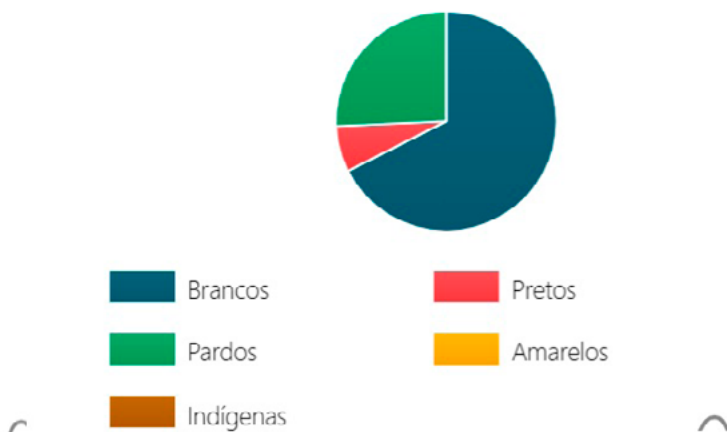
MERCADO DE TRABALHO

Ocupações em cargos gerenciais (%)



PARTICIPAÇÃO POLITICA

Candidatos a prefeito com receita de campanha acima de R\$ 1 milhão (%)



Fonte: IBGE

Sendo assim, o homem branco também vive dentro da racialização a partir do momento que se beneficia e não combate essa noção secular que segrega nossa sociedade até hoje e que é a causa de diversas desigualdades sociais, aos mesmo tempo que dita as regras que dizem que homens negros, indígenas, LGBTQIAPN+, PCD's têm que alcançar para serem considerados “homens de verdade”, o que nunca será possível, visto que há barreiras de raça, classe e sexualidade que os impede de assumir esse lugar.

¹⁰ Seria toda estrutura formada e alimentada para manutenção das relações de poder que culminaram na hierarquização racial no Brasil e que continua a beneficiar pessoas brancas a partir de uma lógica em que pessoas negras continuam sendo alvo de exploração e que sua função é servir a branquitude (Bento, 2020).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE PAULA, Tainá. Gênero, raça e cidade: uma nova agenda urbana é necessária. In: Mobilidade Antirracista/Org. Daniel Santini, Rafaela Alberfaria e Paíque Duques Santarém. Editora Autonomia Literária, São Paulo, 2021.

FANON, Frantz. Peles negras, máscaras brancas. Bahia: Edufba, 2008.

FAUSTINO (NKOSI), Deivison. O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In: Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher / organização Eva Alterman Blay. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 75, 2014.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino americano. Rio de Janeiro: Editora Zahar, p. 75-93, 2020.

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidade: Uma revisão teórica. Mandrágora (São Bernardo do Campo), v. XII, 2004

IANNI, Octavio. A racialização do mundo. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 1-23, maio de 1996.

IBGE. Painel Cor ou Raça. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/painel-cor-ou-raca/>

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. Horizontes Antropológicos, v. 4, n. 9, p. 103-117, 1998.

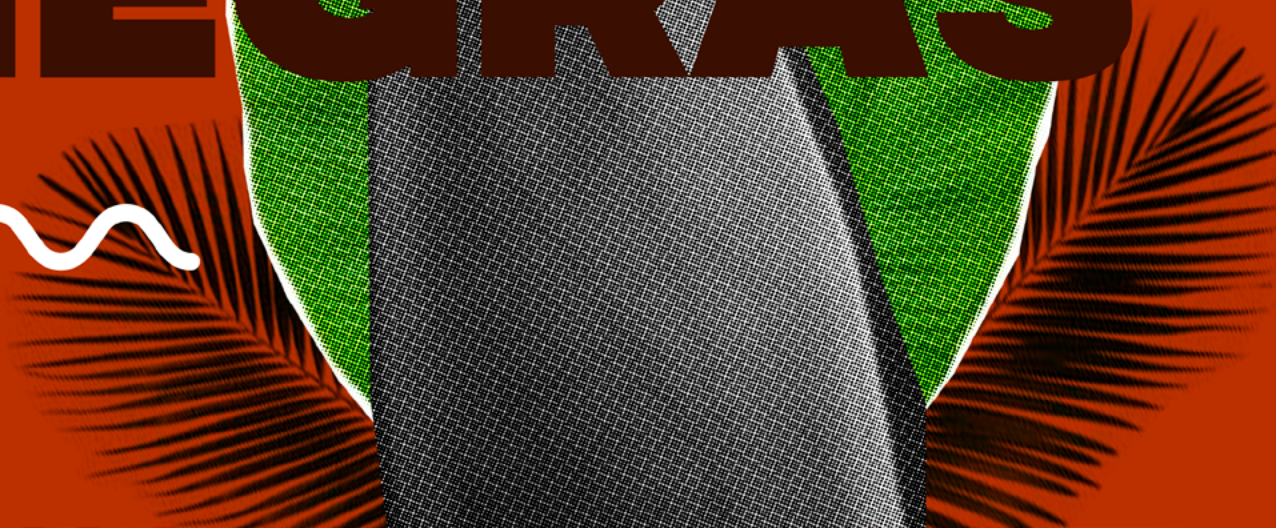
NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Tempo Social, v. 19, n. 1, 2007.

VIANA, Matheus da Rocha. Decolonizando afetos: a presença do colonialismo na construção de afetos da população negra e a decolonialidade do ser. Revista Textos Graduados 5 (1): 69-84, 2019

VIGOYA, Mara Viveros. As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

**MAS
CULI
NIDA
DES**

NEGRAS



Agora que entendemos um pouco melhor como funciona a influência do processo de racialização (Ianni, 1996) da sociedade brasileira, faz sentido falarmos das masculinidades subalternizadas (Kimmel, 1998) que foram classificadas e marginalizadas através da construção do ideal de masculinidade hegemônica, o que se espelha no ideal de um homem que mais se assemelha aos europeus colonizadores do que com o homem brasileiro.

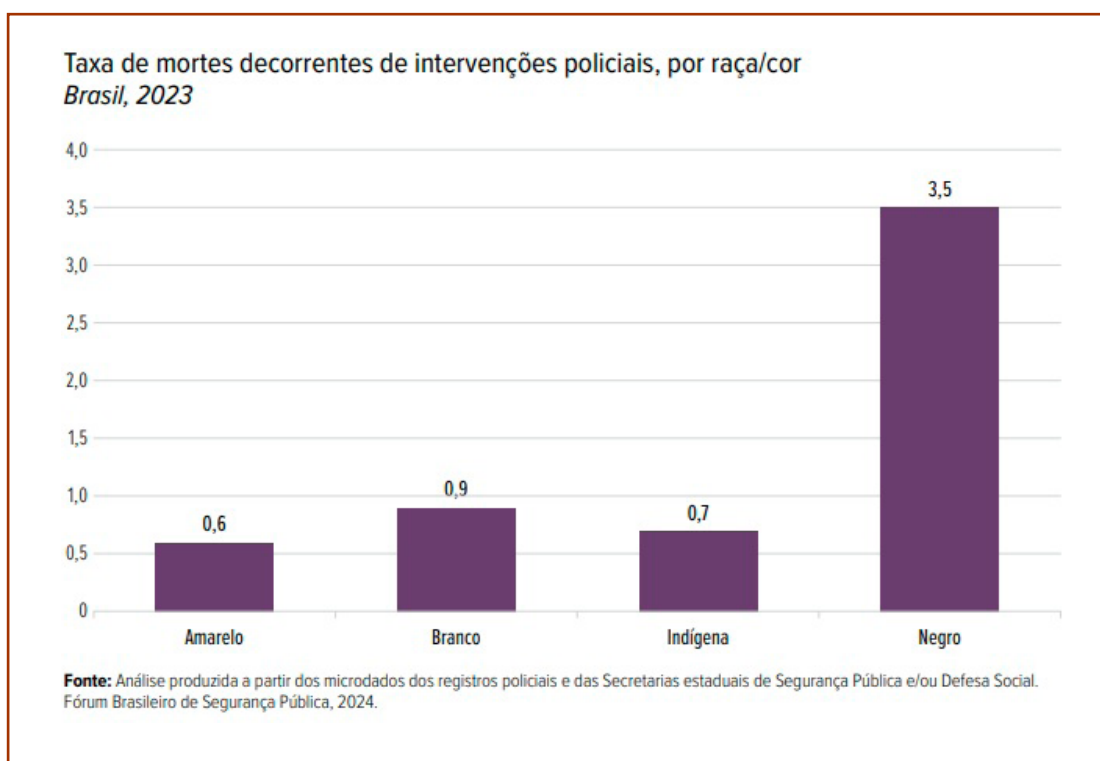
O processo histórico que nosso país atravessou para se tornar esse Brasil que conhecemos hoje passa necessariamente por toda prática de escravização de povos africanos trazidos para cá a força com o fim de serem explorados, e o genocídio dos povos nativos, os indígenas. Ambas as populações continuam sendo mortas (Nascimento, 2016). A questão é que, uma vez libertos pela Lei Áurea em 1888 e deixados completamente desamparados, a população negra não foi contratada para trabalhar de forma remunerada, mas sim largada nas ruas sem condições mínimas de sobrevivência e sem qualquer tipo de indenização ou retorno pelas décadas de trabalho forçado e danos causados a ela (Monsma, 2013). Nesse cenário, europeus imigraram para nossas terras para que fossem os humanos dignos de receber pelo seu trabalho, enquanto a população negra se tornava uma espécie de inimigo a ser combatido pela colônia; se não podiam ser escravizados, deveriam sumir (Seyferth, 2002; Viana, 2022).

Mais ou menos durante essa época pós-abolição, tivemos o surgimento de ideologias apoiadas pelo que na época já era um racismo científico (Engel, 2013), pregando a ideia de que a população negra, além de inferior e animalesca/selvagem, era um atraso na civilização, sendo necessário embranquecer o máximo possível a população da colônia. Esse é um dos motivos por trás do incentivo para que europeus migrassem para cá (Seyferth, 2002). Acreditava-se que a superioridade branca se encontrava até mesmo na genética e, de pouco em pouco, iriam miscigenar a população até que todos se tornassem inteiramente brancos, assim pensavam.

A miscigenação, reconhecida como característica irrefutável da sociedade brasileira, assume aqui claramente o sentido de branqueamento, cujo atributo purificador representaria um “grande serviço à humanidade”. Longe de promover a integração entre as diferenças, a mistura do “nosso sangue” — branco e brasileiro — promoveria a depuração “dessa raça”, negra e estrangeira. Reconhecendo as controvérsias em torno da definição do termo raça — que ainda não teria sido estabelecida de modo preciso pela própria ciência —, o deputado ressaltava a existência de diferenças entre “pretos, amarelos e brancos”: “classifiquem-nos como quiserem, mas são diferen-

tes”¹⁰⁷ Pelo que vimos em relação às concepções defendidas por Miguel Couto, podemos concluir que o sentido das diferenças entre as raças, seja qual for o seu significado, pressupõe a sua hierarquização em “inferiores” e “superiores” (Engel, p. 56, 2013)

O resultado disso e da resistência dos povos negros em lutar pelo seu direito de existir em uma terra que para foram trazidos para serem tratados como objetos foi um país miscigenado que aumentou o número de sua população negra. Hoje mais de 50% dos nossos 218 milhões de brasileiros se declaram pretos e pardos (IBGE, 2022). Além disso, em 2023, a taxa de mortalidade de pessoas negras pelas forças de segurança do Estado brasileiro foi de até 289% maior do que a de pessoas brancas, evidenciando o viés racial na abordagem (Anuário Brasileiro da Segurança Pública, 2024).



Fonte: Anuário Brasileiro da Segurança Pública

Tendo em vista todo esse retrospecto, fica claro que: homens negros (assim como pessoas negras no geral) no Brasil são tratados como indesejados e alvos de uma verdadeira *necropolítica*¹¹ (Mbembe, 2018) desde o processo de escravi-

¹¹ Conceito culminado por Achille Mbembe e que, de forma resumida, traz como os estados colonialistas se munem de diversas estratégias para subalternizar, controlar, marginalizar e vitimizar populações que consideram ser ameaças bio-sociais para o projeto de nação daquele país (Mbembe, 2018).

zação. Toda essa experiência racializada faz com que a performance de masculinidade para o homem negro, cis e heterossexual seja confinada a um imaginário com origem na colonização: a da não-humanidade, que os leva à animalização e ao não-masculino (Fanon, 2008). Tais noções sobre o homem negro vão fortalecer os ideais de que estes homens são mais emocionais e menos racionais por sua maior proximidade com o macaco (representante de um ancestral atrasado para a sociedade atual) do que ao humano (representado pelo homem branco), o que justificaria a ideia de que são violentos, passionais e fiéis aos seus instintos, como trabalhado por Fanon (2008):

O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro. Não há dúvida de que esta cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial... E ninguém pensa em contestar que ela alimenta sua veia principal no coração das diversas teorias que fizeram do negro o meio do caminho no desenvolvimento do macaco até o homem. São evidências objetivas que dão conta da realidade (Fanon, p. 33, 2008).

Essa junção de fatores atribuídos ao imaginário que há em volta do homem negro também é responsável pela visão que os delimita como sendo “mais propensos ao crime” (Vianna; Facundo, p. 46, 2015) , ignorando completamente a realidade de todo passado histórico da escravização e a forma hostil como são tratados pelo Estado, afinal, 69,1% dos encarcerados no Brasil são negros e essa sobrerrepresentação segue desde 2005 até os dias de hoje (Anuário Brasileiro da Segurança Pública, p. 360, 2024).

Como mencionamos anteriormente, uma faceta da socialização masculina, principalmente no Brasil, são os ritos de passagem das masculinidades através dessas violências. Entretanto, há um estereótipo de homens violentos ligado diretamente à imagem de homens negros, dado todo esse imaginário da animalização atribuído a eles. O rapper negro Gustavo Pereira Marques (conhecido como Djonga) aborda essa questão em sua música “conversa com uma menina branca”:

“E ela disse que preferia // Debater com uma mina preta // Homens negros são violentos // Quase sempre perdem a cabeça // Ouvir aquilo me machucou // Levantei a voz, senti a malícia (3x) // A conversa com a mina branca acabou // Com ela chamando a polícia” (Djonga, 2022).

Tal noção contribuiu bastante para a ideia de que o negro deve ser temido por tudo e por todos, deve ser mantido em observação e contido sempre que possível (Mbembe, 2018). Mesmo que a noção de violência seja algo inato à socialização

masculina como um todo, temos uma discrepância quando o fator racial está em jogo. Isso nos lembra que não é possível discutir desigualdades sem levar em consideração os fatores interseccionais.

Levando em conta que uma boa parte da população negra até hoje vive nas periferias (IBGE, 2022), como parte de um destino histórico, fica muito fácil de entender quando o grupo Racionais Mc's canta: *“Me ver pobre, preso ou morto já é cultural”* em Negro Drama (2002). Essas são as experiências confinadas ao homem negro pelo estereótipo que foi criado em torno de sua existência e que comentamos acima. Esse tipo de situação só existe por causa da desigualdade racial fundante do nosso país. Os estereótipos como esse continuam a ser montados somente dentro do que é considerado atributo físico, seja a questão da hipersexualização, do trabalho braçal, da idealização em um esportista nato. Pouco se vê sobre o intelecto no negro, afinal, há a ideia de que o que separa os humanos dos animais é a capacidade de raciocínio lógico (Fanon, 2008).

Nesse sentido, é comum que, pelo fato de que há uma presunção de comportamento animalesco do homem negro, há também uma associação da sua postura (também considerada selvagem) nas práticas sexuais, sendo atribuídas à figura do pênis grande e do desejo insaciável. Isso faz com que homens negros estejam nesse espectro da sexualização, em que seus corpos podem ser tratados de forma pública, que pessoas se sintam à vontade para assediá-los e que busquem relações sexuais que envolvam certa fetichização. Dentro dessa associação, há a figura do homem negro como “king-kong”, já referenciada diversas vezes na cultura brasileira e até mesmo em músicas de pagode (Faustino, 2014).

O interessante é que os homens negros — sejam eles heterossexuais ou não — chegam a se aproveitar desse tipo de estereótipo da hipersexualização. Algumas vezes, isso passa inclusive pela questão da falta de afeto, em aceitar que só o que lhes cabe é a aptidão física e sexual. A ausência da construção desse afeto como algo que dignifica sua humanidade ou que, pelo menos, coloca-o numa posição em que não se é necessário ser branco:

Eu podia entrever em muitos deles a satisfação de serem dotados de aptidões que pareciam conferir-lhes uma certa superioridade e constituíam, nesse sentido, atributos compensatórios para sua imagem no contexto colombiano, no qual ser negro equivale potencialmente a ser discriminado.

Você não gosta que lhe cortejem? Não gosta de se sentir bajulada? [...]É algo genético, está no sangue, a gente é assim. O que acontece é que nós,

Negros, temos o sabor. Disseram, definindo-se a si mesmo como o grupo situado no alto da escala quanto às potencialidades corporais. Falar isto assim era afirmar implicitamente que eles tinham, por fim, encontrado um terreno no qual os Brancos perdiam, o da dança e da música (Vigoya, p. 109, 2018).

Entretanto, Fanon nos traz que é através da vivência e da validação da branquitude que o negro busca a validação para sua humanidade (Fanon, 2008). Além disso, muitos homens negros buscam relacionamentos interracializados e tratam com preterimento mulheres negras, o que nos leva, por exemplo, a prestar atenção ao fato de que, uma vez que ascendem socialmente, raramente vemos jogadores de futebol brasileiros namorando ou se casando com mulheres não-brancas (Araújo, 2006). Esse traço também tem se tornado algo em que devemos prestar atenção, pois reforça alguns dos estereótipos e imaginários sobre o homem negro e sua performance de masculinidade.

Todos esses estereótipos e confinamentos que definem a vivência do homem negro no Brasil acabam por ter efeitos profundos em como estes próprios homens enxergam sua existência, a ponto de se convencerem de que esse é o lugar que ocupam na sociedade brasileira e acabarem, por vezes, reforçando esse lugar. Alguns desses comportamentos de performance das masculinidades negras também revela uma tensão racial com a aceitação de que é necessário buscar um embranquecimento da família para que seja possível livrar seus filhos desse confinamento e livrar a si mesmo quando há a “conquista” de um parceiro ou parceira não-negros.

Pois, afinal de contas, é preciso embranquecer a raça; todas as martinicanas o sabem, o dizem, o repetem. Embranquecer a raça, salvar a raça, mas não no sentido que poderíamos supor: não para preservar “a originalidade da porção do mundo onde elas cresceram”, mas para assegurar sua brancura. Cada vez que tentamos analisar certos comportamentos, não podemos evitar o aparecimento de fenômenos nauseabundos. [...] Algumas vezes, para desculpar um mau investimento, é obrigada a lançar mão de argumentos como este: “Fulano é negro, mas a miséria é mais negra do que ele.” (Fanon, p. 57-58, 2008).

Temos então homens confinados a performances rígidas que se baseiam nas noções hegemônicas de gênero e sexualidade, mas também que são invadidas pelas noções sobre a negritude, levando a uma situação que merece a devida atenção, já que as particularidades geradas pela racialização no país não são le-

vadas a sério e isso faz uma diferença imensurável nas socializações de homens negros. Quando, por exemplo, falamos sobre paternidades e maternidades negras, estamos nos referindo a pessoas que são desafiadas pela estrutura social do país e têm que criar seus filhos e filhas para lidar com o racismo. É necessário ensinar um jovem negro que infelizmente a cor da sua pele é definidora em suas vivências e pode fazê-lo passar por todo tipo de violências, seja na sociedade ou na mão do Estado (Instituto Promundo, 2021).

Portanto, convidamos a uma reflexão sobre como esses marcadores sociais se fazem presente na vivência dos diferentes homens e das diferentes performances de masculinidades que temos presentes no Brasil e no mundo. Algo que claramente temos em comum dentro das diferenças é que todas essas performances são pré-definidas socialmente e isso vai gerando cada vez mais ramificações quando observamos todos os marcadores sociais presentes, como raça, classe e sexualidade. Afinal, as vivências de homens negros gays, bissexuais, transsexuais, de classes médias, pobres ou ricos vai ser caracterizada por outras questões e se fará de formas diferentes, mas tendo a raça como seu principal conduto que acusa sua distância da humanidade pela cor da pele.



PARA REFLETIR NA PRÁTICA

Como podemos lidar com a racialização nesse contexto?

1. Refletindo sobre a realidade social: vendo as notícias diárias e dados mais aprofundados, qual perfil dos jovens que sofrem violência policial? Qual o perfil das pessoas que habitam os bairros mais nobres da sua cidade? Quem ocupa os cargos de gerência e autoridade nas instituições que você frequenta?
2. Somos realmente todos iguais? Refletir sobre algumas das coisas que homens negros passam em suas vivências e reparar se são vivências universais ou se existe uma especificidade nisso;
3. Como homens negros lidam com a violência?
4. Observar as manifestações de afetos: de que forma homens negros se relacionam com outras pessoas, como se sentem nessas relações, os tipos de coisas que são cobradas nelas e o peso da sexualização;
5. Será que homens negros ou indígenas são pouco mobilizados ao cuidado como outros? De que forma as comunidades enxergam isso?

Mas como mudar esse panorama?

1. Entender que a racialização separa privilégios e violências na sociedade é um início importante para não agirmos como se tudo fosse igual para todos;
2. Observar que não adianta tentar se encaixar em uma performance de masculinidade que não foi pensada para homens racializados e buscar outras formas mais positivas de performance em busca de uma melhor qualidade de vida;
3. Estar atento às coisas positivas que fazem a experiência do homem negro algo único e não cair na ideia de um pessimismo e inferioridade em relação à branquitude, podemos não ser iguais, mas não devemos admitir uma hierarquia;
4. Observar quais dos estereótipos dos homens negros podemos estar alimentando ou nos aproveitando: será que já nos comparamos com algum animal que projetaram nesses homens? Será que vivemos uma performance em volta da potência sexual e reafirmamos essa ideia?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Joel Zito. A força de um desejo - a persistência da branquitude como padrão estético audiovisual . Revista USP, São Paulo, Brasil, n. 69, p. 72–79, 2006.

DJONGA. conversa com uma menina branca. Minas Gerais, Gravadora: A Quadrilha, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K60JEbq-fQE>

ENGEL, Magali Gouveia. Educação, sanitarismo e eugenia: o negro e a construção da identidade nacional nos debates científicos da Primeira República (1889-1930). In: Martha Abreu; Hebe Mattos; Karl Monsma; Carolina Vianna; Beatriz Ioner. (Org.). História do pós-abolição no mundo Atlântico: identidades e projetos políticos. 1aed.Niterói: EDUFF, v. 1, p. 49-63, 2013.

FANON, Frantz. Peles negras, máscaras brancas. Bahia: Edufba, 2008.

FAUSTINO (NKOSI), Deivison. O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In: Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher / organização Eva Alterman Blay. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 75, 2014.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024 - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>

IANNI, Octavio. A racialização do mundo. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 1-23, maio de 1996.

IBGE. Painel Cor ou Raça. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/painel-cor-ou-raca/>

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. Horizontes Antropológicos, v. 4, n. 9, p. 103–117, 1998.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MONSMA, Karl. Racialização, racismo e mudança: um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição paulista. In: XXVII Simpósio nacional de história. Natal: ANPUH, 2013.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2ª ed., 2016.

PROMUNDO, Instituto. Primeiro Relatório Sobre as Paternidades Negras no Brasil. Promundo. Disponível em: [Promundo](#)

RACIONAIS, Mc's. Nada como um dia após outro dia, Casa Nostra/Zambia, ZA 050-1, 2002. 2 CDS.

SEYFERTH, Giralda. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre racismo. In: Racismo no Brasil. São Paulo: Petrópolis, ABONG, p.17-41, 2002.

VIANA, Matheus da Rocha. GT - 16 “DE ANIMAL A VAGABUNDO: A CONSTRUÇÃO DO HOMEM NEGRO E SUAS MASCULINIDADES NA SOCIEDADE BRASILEIRA”.. In: VII 158 REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA - REA, MIGRAÇÕES, DESLOCAMENTOS E DIÁSPORAS: VIOLAÇÕES DE DIREITOS. Anais. Boa Vista(RR) UFRR, 2022.

VIANNA, Adriana; FACUNDO, Ângela. Tempos e deslocamentos na busca por justiça entre “moradores de favelas” e “refugiados”. In: Revista Ciência e cultura, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 46- 50, Junho, 2015.

VIGOYA, Mara Viveros. As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.



**MASCULINIDADES DE POVOS
INDÍGENAS E TRADICIONAIS
E SEUS TERRITÓRIOS?**

No tópico “De que masculinidades estamos falando?” apontamos a necessidade de uma abordagem intersetorial e interdisciplinar ao abordarmos a temática das masculinidades, uma vez que a maneira de manifestar o que é “ser homem” é plural e múltipla e é oriunda de diferentes realidades socioeconômicas. As masculinidades, portanto, não são um bloco único e coeso, são construções sociais e históricas, atravessadas por marcadores como raça, território, classe, geração, espiritualidade e orientação sexual. Em contextos tradicionais, essas masculinidades assumem formas específicas, muitas vezes relacionadas à coletividade, ao cuidado, ao vínculo com os ciclos da natureza e às responsabilidades comunitárias.

Tal contextualização se mostra ainda mais necessária quando se trata de Masculinidades de Povos Tradicionais. Neste sentido, faz-se necessário conceituar o que e quem são os povos tradicionais do Brasil. Segundo o portal [GOV.br](https://www.gov.br), tem-se que:

*Povos e Comunidades Tradicionais são **grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais.** Possuem formas próprias de organização social, **ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica.** Empregam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos de geração em geração. Seus modos de vida possibilitam encontrar na caça, na pesca e na extração de plantas e outros recursos, fontes de alimentação e renda. Contribuem, ao mesmo tempo, para a conservação da biodiversidade brasileira, a maior do planeta. **No Brasil, Povos e Comunidades Tradicionais são representados por 28 segmentos que constituem parcela significativa da população e ocupam parte considerável do território nacional.** São oficialmente reconhecidos pelo Decreto 6.040, de fevereiro de 2007, e representados pelo Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Estão presentes em todos os biomas – Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal.¹²*

Esta categoria, reconhecida pela política pública brasileira, conta com 28 segmentos populacionais distintos. Pela definição, pode-se afirmar que a categoria “povos tradicionais” é, por si só, bastante diversa e diversificada e, portanto, é necessária muita cautela ao tratarmos dessa pluralidade em apenas um só texto. Assim, mesmo aqui abordando de maneira cuidadosa e respeitável as categorias de masculinidades de populações tradicionais, chamamos atenção para o fato de

12 BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: MMA, [2024?]. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 30 jun. 2025.

que este texto não busca esgotar a temática, tendo como propósito principal abrir os diálogos para jogar luz acerca das masculinidades dos povos tradicionais.

Contudo, há alguns pontos de conexão que podemos olhar como categorias sociais semelhantes entre esses segmentos; dentre elas, a forte conexão com o território. *Território* é um conceito muito amplo que procura dar conta de vivências físicas, sociais, ambientais e culturais. É nele onde o indivíduo se molda, se constrói. Fazendo uma analogia, é na terra de seu território que o indivíduo finca suas raízes. Isso quer dizer que o território existe antes do sujeito e é construído coletiva e historicamente, e tal construção permanece e passa de geração em geração, para além do sujeito, que já nasce com essa base sólida que é o território. As comunidades se constroem e se perpetuam no território e ali manifestam suas culturas, mantêm suas trocas econômicas e de sobrevivência, manifestam suas crenças e se relacionam.

Além disso, quando falamos sobre o nosso país, é preciso rememorar o processo colonizador e colonizatório que desumaniza os corpos dissidentes que não ocupam o padrão branco, europeu, heterossexual e cisgênero. Havia a categoria “homens” e o “outro”, categoria que abarcava tudo o que não se encaixava neste espaço esperado de masculinidade. Foi forjado no espaço dessas relações coloniais o conceito de gênero a partir dos moldes ocidentais, reafirmando o binarismo da existência apenas nos espectros femininos e masculinos.

Conforme aponta Lugones (2014), a colonialidade não apenas criou a categoria de “raça”, mas também impôs um “sistema moderno/colonial de gênero” que **humanizou** os homens e mulheres brancos europeus dentro de uma lógica patriarcal e **desumanizou** os povos colonizados, animalizando-os e negando-lhes a própria estrutura de gênero, considerando os machos como “não-homens” (sem honra, sem racionalidade) e as fêmeas como “não-mulheres” (apenas fêmeas reprodutoras, sem a virtude atribuída à mulher branca). Traços destas imposições coloniais são vistos até os dias de hoje, inclusive na desumanização dos homens indígenas, quilombolas e indivíduos de outras comunidades tradicionais, interferindo na performance de masculinidade.

E, claro, a maneira como as diferentes *masculinidades* se constroem e se moldam perpassa o território e as relações sociais imbricadas nessa noção de território. Portanto, se o grupo social em questão possui forte vínculo com seu território, o homem e o conceito do “masculino”, fruto dessa sociedade, terá forte conexão com este espaço. E, neste sentido, vários exemplos podem ser dados.

Na comunidade ribeirinha de Ilha de Santana, localizada no Amapá, a profissão mais comum e exclusivamente masculina é a profissão de *catraieiro*, que são os trabalhadores que fazem transporte fluvial de pessoas e mercadorias em catraias, pequenas embarcações movidas a remo ou motor. São extremamente importantes para o funcionamento local e comercial da região. A masculinidade da região é sumariamente conectada ao exercício desse ofício. Outro exemplo é o de que, no Povo Wajãpi, de Pedra Branca do Amapari, também no território amapaense, o homem pratica o resguardo junto à sua esposa parturiente e constrói uma moradia apenas para o período de resguardo, inclusive com a alimentação restrita, para não prejudicar a si mesmo, à mãe ou ao filho. Esses exemplos são apenas alguns, relativos ao contexto da masculinidade e do uso do território. Contudo, são inúmeros e bastante robustos, relacionados ao comportamento, trabalho e relações sociais.



Foto do Porto da Ilha de Santana, representando os *catraieiros*. Autoria: Bruna Martins

Outro ponto que chama a atenção quando direcionamos o olhar para as masculinidades de povos tradicionais é o fato de que os dados disponíveis indicam que homens de comunidades tradicionais, especialmente indígenas, quilombolas e camponeses, estão entre os que mais morrem em conflitos por terra no Brasil. Ainda que existam faltas de dados exatos segmentados por gênero, pertencimento étnico-racial e tipo de comunidade, os dados de organizações como a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) nos ajudam a afirmar isso com segurança.

O Relatório de Conflitos no Campo Brasil 2023, da CPT, aponta que:

- *Foram registrados 2.203 conflitos no campo, envolvendo 950.847 pessoas.*
- *Houve 31 assassinatos em conflitos no campo em 2023.*
- *92% das vítimas de assassinatos eram homens.*
- *A maioria dos assassinados eram indígenas, quilombolas e camponeses sem terra.*

Ainda:

O relatório do Cimi “Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil — dados de 2022” traz:

- *180 casos de invasões possessórias em terras indígenas.*
- *180 assassinatos de indígenas no país em 2022 (número alto, embora inclua todas as causas, não só conflitos fundiários).*
- *A maioria das vítimas de homicídios entre indígenas são homens jovens e adultos.*

São diversas as causas dessas mortes, dentre elas está o fato de que os homens estão na linha de frente da defesa territorial, são alvos de violência armada de grileiros, garimpeiros, latifundiários e forças de segurança pública, além disso, estão mais expostos à criminalização e assassinatos por conflitos agrários e ambientais. A defesa do território, frequentemente associada ao papel dos homens nas comunidades tradicionais, expõe essas masculinidades a riscos extremos — não apenas físicos, mas também simbólicos, como o silenciamento, a criminalização e o deslocamento forçado. O corpo masculino passa, assim, a ser também território em disputa.

Diante da pluralidade que compõe os povos e comunidades tradicionais no Brasil, é fundamental reconhecer que suas masculinidades também são diversas, situadas e historicamente construídas em íntima relação com os territórios que habitam e defendem. Essas masculinidades, muitas vezes invisibilizadas pelas narrativas hegemônicas, incorporam práticas de cuidado, resistência e pertencimento que rompem com os estereótipos ocidentais de virilidade. Reconhecê-las é um passo necessário para compreender os impactos da colonialidade sobre os corpos e subjetividades masculinas não brancas e para fortalecer formas de existir e resistir que valorizem o coletivo, o vínculo com a terra e a continuidade dos saberes ancestrais. Ao lançar luz sobre essas experiências, este texto não busca esgotar o tema, mas abrir caminhos para diálogos mais amplos e comprometidos com a justiça territorial, de gênero e étnico-racial. Reforçamos o convite para que se aprofunde o conhecimento na história e na realidade étnico-cultural destes povos tão diversos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Jean. Masculinidades indígenas nas Missões do Paraguai colonial (sécs. XVII-XVIII). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, n. 3, e81952, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/nNknYFjQYwm8jYnQ3zX3vqc/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. *Povos e Comunidades Tradicionais*. Brasília: MMA, [2024?]. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRITO, L. T. de; LIMA, S. de S. Saberes e modos de agir de homens ribeirinhos sobre o uso de preservativo. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 30, e20200449, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/X8YgXGgJk8YvQhXbWzQzJxq/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CASTRO, D. et al. Caracterización de las ocupaciones de los residentes de una comunidad ribereña en la Amazonia brasileña. *Revista Ocupación Humana*, v. 19, n. 1, p. 55-68, 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (Brasil). *Conflitos no Campo Brasil 2023*. Goiânia: CPT Nacional, 2024. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: 30 jun. 2025.

COMUNIDADES ribeirinhas amazônicas: modos de vida e saberes tradicionais. Brasília, DF: IEB; Fundo Vale, 2013.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (Brasil). *Violência contra os povos indígenas no Brasil – dados de 2022*. Brasília: Cimi, 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/violencia-contra-os-povos-indigenas/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CONNELL, Raewyn. *Masculinidades*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Editora Unesp; Companhia das Letras, 2005.

HULTMAN, Martin; PULÉ, Paul M. *Masculinidades Ecológicas: caminhos re-constructivos para a justiça de gênero e a sustentabilidade*. Niterói: Ape'ku, 2021.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero: Rumo a um feminismo decolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/4w34hQ4yq8rD3g3n53y5Rgh/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

RIBEIRO, Shirlei dos Reis. *Expressões de masculinidades: perspectivas antropológicas sobre masculinidades no Brasil*. 2017. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SOUZA, Luciana Karine de. Percepções de homens quilombolas sobre utilização dos serviços de Atenção Primária à Saúde da comunidade de Mesquita-Goiás. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE*, 1., 2021, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

SOUZA, Maximiliano Loiola de, et al. Masculinidades indígenas e saúde: análise qualitativa do cuidado tradicional no contexto pandêmico e pós-pandêmico da COVID-19. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 5, e03192024, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8cRk9Kk5P9F9B5hWz9n5LhG/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

VIVEROS VIGOYA, Mara. *As Cores da Masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Colômbia*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2021.



MASCULINIDADE *e espiritualidade*



Um dos principais focos desse material é trazer luz sobre como as construções de gênero e suas performances são pensadas dentro de um contexto sócio-histórico-cultural de cada país com influência de ideais que tendem a ser hegemônicos e acabam sendo vistas como universais. No que diz respeito à cultura, não é possível ignorar o quanto traços culturais, como a espiritualidade, fazem parte dessas influências no nosso país, e é isso que veremos melhor neste tópico.

O Brasil é um país de dimensões continentais e cristão de forma tradicional e histórica, uma vez que boa parte da nossa colonização e formação social passou pela presença da Igreja Católica, desde os jesuítas até as instituições que temos consolidadas hoje, o que faz com que mais de 50% da nossa população se declare católica (IBGE, 2022). Ainda no cristianismo há a presença de outras vertentes, como as igrejas evangélicas, vertentes próprias dentro de cada igreja (como a Igreja Batista, por exemplo), ou a até teologia da libertação para os católicos etc.

Tendo em vista essa grande porcentagem representativa da presença do cristianismo em nossa sociedade e a participação incontestável de seus valores, ideais e doutrinas na identidade social e cultural brasileira (Felipe, 2014), não há como ignorar que a religiosidade e espiritualidade são parte fundamental da construção de gênero na sociedade. Portanto, quando falamos da construção de performances de masculinidades no Brasil, elas também são influenciadas por essa esfera tanto do cristianismo como de outras práticas também.

Masculinidades e o catolicismo

Como discutido anteriormente em “Masculinidades em Diferentes Fases da Vida”, a sociedade brasileira começou a delinear seus padrões de civilidade baseados na perspectiva europeia. Em virtude disso, houve uma presença significativa dos chamados “manuais de gênero” (Felipe, 2014) que, junto com manuais de boa conduta, fundamentaram a forma como crianças (brasileiras, europeias ou nativas e escravizadas) deveriam agir no que diz respeito à performance de gênero e masculinidade. Tais manuais, como praticamente tudo na época, bebiam de uma fonte europeia católica (Felipe, 2014).

Presentes em casa e nas escolas, esses manuais e práticas (carregadas da vivência europeia) ditavam a maneira como meninos e meninas deveriam se comportar a partir do papel social que era esperado de homens e mulheres que um dia viriam a ser, ou seja, um real treinamento para assumir um papel com base

no gênero designado desde o nascimento. “As distinções e expectativas atribuídas a meninas e meninos, homens e mulheres, podem ser encontradas em vários campos do conhecimento (filosófico, religioso, pedagógico, médico, literário) [...]” (Felipe, p. 116, 2014). Podemos, inclusive, falar sobre como os jesuítas já interferiram — visto que foram os primeiros educadores — nos modos de viver de povos nativos brasileiros e nas concepções de gênero. Porém, para consolidar melhor o que explica nossa atual situação, focamos no que esses manuais, junto com catolicismo, foram capazes de produzir no que diz respeito à noção de mundo (Ecco, 2008; Fujimoto 2016).

A ideia do que é “ser homem” está atrelada diretamente a uma virtude cristã que dá autoridade e responsabilidade de protagonista aos homens, isso é, o cerne da sociedade é representado pelo homem e há um quê de direito divino nisso. Quando observamos a estrutura da própria igreja enquanto instituição e seus escritos bíblicos, temos que a primeira criação humana de Deus teria sido justamente o homem e que, só a partir dele, veio a mulher, que também teria sido a razão de serem expulsos do paraíso no reino de Deus, como trabalhado por Clóvis Ecco (2008):

Afirmava-se que a imagem consagrada e alicerçada em nossa tradição é de uma figura masculina de Deus, e por isso, segundo os entrevistados, assumiam-se mais próximos e preferidos. No entanto, ser homem em tão grande estima, dão a eles a prerrogativa da supremacia na relação com o universo feminino.

Um exemplo da supremacia da masculinidade é quando nas relações cotidianas apresentarem problemas, logo é evidenciado pela pesquisa que o masculino tem a legitimidade moral de respaldar o conflito, devido à maior identificação com a divindade, já que Deus é homem (Ecco, p.93, 2008).

Na liturgia, várias interpretações são feitas a partir dessa passagem. Uma delas é justamente a ideia central de que o que categoriza o humano é ser falho e que Deus nos concede o perdão eterno diante da sua grandeza, pois só ele seria, sim, perfeito. Entretanto, quando olhamos para essa passagem inicial e para instituições católicas, vemos que a liderança religiosa sempre foi e até hoje é centrada na figura masculina. O serviçal de Deus, que se materializa como representante Dele entre seus filhos, é um homem. E sempre foi assim, como simbolizado no primeiro homem, Adão. Em contrapartida, a presença de mulheres na instituição

é para cumprir um papel de subordinação a esses homens, sejam eles bispos, padres, arcebispos e Papas, as sacerdotisas mulheres, centradas principalmente na figura das “irmãs”, servem aos homens as quais são subordinadas e àqueles que estão em formação para futuramente ser designados a uma paróquia e exercer seu papel como padre:

[...] No entanto, não é simples romper com a estrutura eclesiástica, onde a figura masculina sempre ocupou o papel central e os discursos foram escritos de modo a manter sempre a figura da mulher em segundo plano. Apesar do cenário ainda mostrar um ambiente extremamente patriarcal e machista, algumas figuras femininas despontam como fortes lideranças, o que poderia significar um risco à supremacia e à hegemonia masculina dentro da hierarquia das instituições (Ribeiro et al, p. 96, 2023).

Sendo assim, observamos que a própria estrutura da Igreja Católica reproduz uma ideia de dominação masculina, que traz como base essa autoridade conferida à figura do homem por questões divinas consolidadas há séculos e com pouco espaço para mudança. Percebe-se então que, ao vir para o Brasil ainda enquanto colônia, cria-se uma base muito forte sobre o papel de responsabilidade, autoridade e provedor do homem dentro dessa ótica europeia e cristã, da mesma forma que se consolida a ideia de que o homem só se subordina a Deus (Ecco, 2008). Já as meninas também são ensinadas sobre seu lugar e papel na sociedade a partir dessa ótica, onde vão crescer aprendendo a servir e agradar a figura masculina, seja ela um homem ou Deus (Felipe, 2014).

Além dessa questão, o que o catolicismo tem ensinado ao homem brasileiro sobre como ser homem? Devemos levar em conta que no Brasil se praticam diversos tipos de catolicismo com bases teológicas muito distintas. Abordar todas e cada uma delas aqui seria não só extenso demais, mas quase impossível. Entretanto, podemos trabalhar com o que vemos observando os comportamentos e performances em nossa sociedade. Uma das práticas mais comuns do catolicismo brasileiro é de cunho conservador (Prandi, 1997) e está presente desde o Brasil Império, com base em ideais forjados ainda na Idade Média e que buscam as certezas de uma verdade absoluta e dicotômica sobre aquilo que é certo e o que é errado perante a palavra de quem detém essa verdade absoluta: os representantes de Deus na Terra (Souza, 2013).

A partir dessas visões, temos aquilo que o homem deve ser dentro do catolicismo no Brasil majoritariamente preenchido por uma prática já hegemônica do domínio masculino e da submissão feminina. Há um reforço constante para que o homem, que frequenta e participa desse meio, tome seu lugar dentro dessa perspectiva. Até mesmo no ritual do casamento essa noção dos papéis de gênero se faz presente (Ecco, 2008). Para além do domínio masculino que costuma vir como um direito divino, também temos a presença majoritária de uma resistência a aceitar performances “desviantes” da masculinidade, como contra a presença de pessoas LGBTQIAPN+ e o uso de textos bíblicos para justificar que tal jeito de agir a partir de sua sexualidade seria errado diante do direito divino e deve ser corrigido e combatido, valendo-se de um discurso que trata a homossexualidade como pecado ou como algo patológico por entender que famílias formadas por quem performa essa masculinidade não são dignas e não cumprem seu papel de reprodução como pensado por Deus (Xavier, 2023).

Com isso e o que foi comentado, percebemos que o catolicismo no Brasil é um meio de difusão e incentivo para prática e enquadramento de normas rígidas de gênero e da masculinidade hegemônica, como conhecemos e comentamos anteriormente, e também atua de forma presente desde a infância em famílias que seguem religiosamente suas doutrinas, adaptando-se às comunidades e aos locais que oferecem suas práticas, acolhimento e pertencimento.

Ressaltamos que as igrejas e locais de presença e prática do catolicismo são locais que, por definição, atuam de forma comunitária a partir de uma lógica de acolhimento e, portanto, também levamos em consideração que apresentam um importante papel na manutenção e subsistência de pessoas que se entregaram à fé como forma de reestruturar a si e à sua família. O catolicismo no Brasil representa uma grande comunidade que faz parte de ações principalmente junto dos mais marginalizados e conta com figuras que contornam a lógica hegemônica ao abrir os braços para comunidades vulnerabilizadas de pessoas trans, em situação de rua, com sérias condições de saúde, como parte de sua prática eclesial, retomando uma faceta da caridade católica, principalmente onde não há justiça social (Patto, 2023).

No geral, o catolicismo acaba sendo um reforço do que entendemos como a normativa dos papéis de gênero e de construção de masculinidade no Brasil justamente por ter um papel ativo na construção desses padrões há séculos, sendo

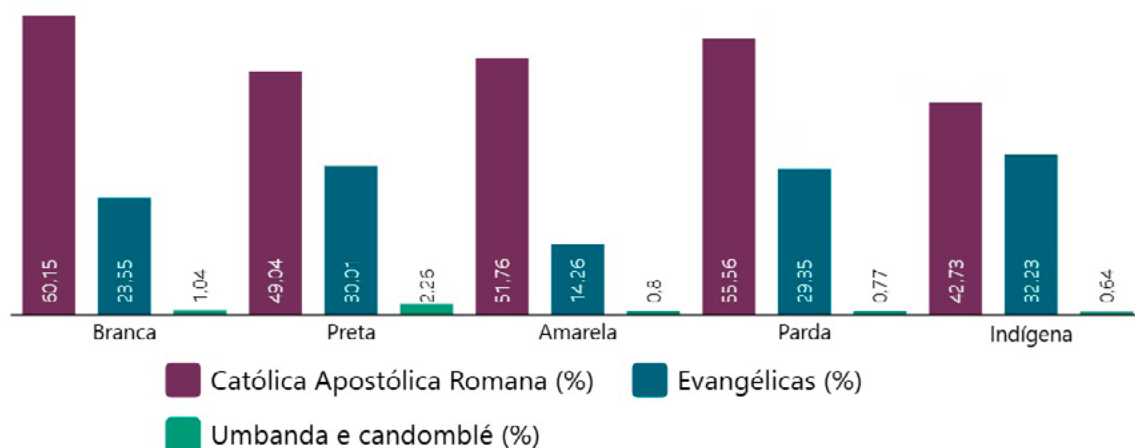
os seus principais representantes estão na figura do homem. Como sua presença está consolidada em nosso país desde os tempos coloniais, não seria possível dissociar o que temos hoje como estrutura social de nosso país e a influência católica nessa formação.

Masculinidade e pentecostalismo

Uma outra vertente do cristianismo que vem crescendo cada vez mais no país desde a década de 1950 é o pentecostalismo. Um tanto diferente do catolicismo que, majoritariamente aqui é apostólico romano, o pentecostalismo presente no Brasil tem muita influência das escolas estadunidenses dessa prática que se adaptou muito bem à realidade cultural brasileira. Diferente também do catolicismo, o pentecostalismo tem uma abertura maior para criação dos seus templos, sem o mesmo processo burocrático de ordenamento dos padres católicos, o que também permitiu maior popularização no país.

Dentro desse universo, temos um dado que se faz muito relevante para nossa discussão aqui: em 2022, pretos e pardos eram 59% dos fiéis presentes nas igrejas evangélicas, enquanto mulheres somavam 55% dos frequentadores (IBGE, 2022). Trabalhando de forma interseccional para observar o que esses dados representam, chegamos ao fato de que essas igrejas também estão majoritariamente nas periferias, o que acaba por nos mostrar um envolvimento ainda maior na manutenção e regulação comunitária.

Cor ou raça por religiões selecionadas



Fonte: IBGE

Algumas das várias questões que valem a pena ser mencionadas para o entendimento da influência do pentecostalismo na construção de gênero e que vamos abordar aqui são: há a prática constante da teologia da prosperidade (que prega a proximidade de Deus através de uma vida digna que te traz sucesso material e conquistas desse tipo como prova de um bom fiel, junto a uma visão meritocrática) (Martins, 2016) e a noção de conversão, em que uma corrente evangélica tem a visão dominante como sendo a única digna e capaz de revelar as verdades absolutas de Deus. Por isso, há um processo de conversão de quem veio de outras religiões para o pentecostalismo como caminho de vida (Martins, 2016; 2021).

Ainda diferente das práticas católicas, temos aqui papéis de poder majoritariamente ocupados por homens, porém, as mulheres podem e se tornam pastoras. Tampouco há impedimento ao casamento. Apesar dessa interessante diferença (Gabatz, 2016), há também uma forte manutenção de valores conservadores que buscam salientar a necessidade de que as mulheres assumam orgulhosamente seu lugar como submissas em suas relações e na sociedade, coisa que parece estar mais próxima de ser rompida nesse cenário do que no catolicismo.

A cisão de antigas formas de participação e envolvimento comunitário sob a direção dos homens abre a possibilidade de construção de uma nova perspectiva de identidade para as mulheres. Através da fundação de igrejas, mulheres até então submissas a uma hierarquia marcadamente masculina passam a viver sua religiosidade ocupando um papel de destaque, exercendo plenamente a função de comando à frente de um grupo, na sua maioria, feminino (Miranda, 2009). Dentro do processo de ocupação de cargos e funções nas igrejas neopentecostais, a identidade feminina adquire novos contornos, contrastando com a tradicional imagem de uma mulher absolutamente submissa à autoridade religiosa representada pela figura masculina (Gabatz, p. 96, 2016).

Concomitante com o catolicismo, o pentecostalismo prega que o desequilíbrio social ou individual pode ser causado pela desordem desses princípios. Em alguns momentos há, inclusive, a acusação da manifestação de forças diabólicas responsáveis pela presença de uma pessoa homossexual na sociedade. O desvio das morais e virtudes cristãs muitas vezes é justificado pela “falta de Deus” — também incluindo questões como violência doméstica, violência sexual, assédios e manifestações violentas masculinas desse tipo (Martins, 2016; 2021).

Quando falamos do pentecostalismo e neopentecostalismo, falamos de valores e doutrinas que tendem ser universais, como foi o catolicismo séculos atrás. Hoje se expandem cada vez mais os templos brasileiros. Suas raízes se firmam fora do país, buscando cada vez mais consolidar sua forma de viver e suas crenças como sendo universais. Por isso, o dispositivo da conversão se faz tão presente. Mas, afinal, como isso se reflete nas masculinidades?

Como acompanhamos até aqui, existe um modelo de masculinidade hegemônica que não condiz com a maioria da população brasileira masculina que temos há séculos. No (neo)pentecostalismo, observa-se muitos dos valores desse mesmo imaginário (que já comentamos aqui): homem cis, heterossexual, cristão, provedor, preparado para proteger sua honra e de sua família, que através do trabalho vai conquistar seu mérito em ser próspero e edificar sua vida e a de sua família (Ecco, 2008; Martins, 2021). Há aqui, como no catolicismo, a separação do que são performances desviantes da normativa (Xavier, 2023), isto é, homens que não são cristãos, que não são heterossexuais, que passam a vida solteiros (a constituição de uma família também é importante para cumprir com ordenamentos divinos de reprodução, por exemplo), tendo em vista que muitas vezes a mulher com quem se casa é o caminho para sua transformação em um homem digno e de Deus (Martins, 2016).

Nesse sentido, a conversão se mostra um dispositivo presente nessas vivências masculinas, pois admite-se que, antes de se converter, o homem poderia ter vivido toda uma vida de pecado, que essa seria perdoada perante Deus após seu novo nascimento e, a partir dali, seria um homem que se dedica a seguir a cartilha de performance determinada pela doutrina, longe de quaisquer pecados ou performances desviantes. É importante ressaltar que, apesar de termos ainda uma grande presença de diferentes manifestações de violência nas performances de masculinidades dentro das igrejas evangélicas (e uma grande demonstração de solidariedade e cumplicidade entre os homens fiéis em acobertar certos atos de seus irmãos de fé), temos também a presença dessas vertentes nas práticas comunitárias, seja na negociação de projetos para melhoria da vida na periferia — como os esforços para recuperação de famílias em distresse, de homens com problemas de vício em jogos ou em substâncias —, seja pelo auxílio na criação das crianças. Não há possibilidade de falar de religiosidade no Brasil sem mencionar o trabalho comunitário que as instituições se prestam a fazer.

Assim, por meio de um processo de coerção social, e visando atender às prescrições impostas pelo novo grupo de referência, após a conversão, os fiéis são pressionados a construir novos modos de pensar e agir sobre diferentes objetos do cotidiano, assim como, a produzirem novos modos de compreensão de si mesmos, inclusive no que se refere às questões de gênero (Dollinger, 2018; Jodelet, 2013; Martins, 2019). Essas últimas são aqui entendidas como parte de um complexo processo sócio-histórico e cultural onde as diferenças sexuais são transformadas em desigualdades sociais e legitimam, por exemplo, a violência dos homens sobre as mulheres e sobre outros homens (Martins, 2019). (Martins, p. 275, 2021)

Portanto, observamos que não há grande diferença entre os modelos de masculinidade seguidos pelo catolicismo e pentecostalismo no Brasil. Mas há, sim, uma diferença nas abordagens e na forma como o masculino ocupa espaços de autoridade nessas instituições. Apesar de ter tornado cada vez mais difícil achar presenças progressistas em ambas as práticas, ambas se aprofundam continuamente em teologias conservadoras. A crescente presença desse tipo conservadorismo tem se mostrado cada vez mais desafiadora quando se pretende discutir novas possibilidades do viver e da inclusão, mostrando uma certa resistência para debates de novas construções possíveis de masculinidade — principalmente quando se fala de maior equidade e de abandonar estruturas que causem submissão de mulheres a homens nesses espaços.

Há um benefício na manutenção de locais de domínio e submissão. Há lucro nas relações sociais quando se tem uma reafirmação constante da superioridade masculina. Quando observamos como funcionam essas instituições, percebemos também o interesse em mantê-las imutáveis, continuando com o projeto consolidado que garante iniquidade de gênero nesses espaços.

Masculinidades e o espiritismo

De forma bem introdutória: a corrente espírita como uma prática religiosa nasceu na França durante o século XIX e tem como principal líder e criador Allan Kardec. Essa prática chega ao Brasil com suas referências e com a ideia de que se trata de uma corrente que objetiva trabalhar a partir de vieses filosóficos, religiosos e científicos. Por isso, e outras questões, demorou a se consolidar em solo brasileiro por resistência dos povos cristãos. Mas, uma vez que o fez, chegamos

a ter uma das maiores referências em sua prática: o médium Francisco Cândido Xavier (1910-2002) (Marmolejo, 2007).

Uma das principais características dessa prática religiosa é justamente a “imortalidade do espírito” (Guimarães, p. 09, 2017); o que significa que vivemos de forma cíclica em diferentes planos para concluir nossas etapas de evolução espiritual e ter a chance de aprender com nossos erros. Ao mesmo tempo, podemos reparar esses erros com as outras pessoas também. Tais vivências levam a constantes reencarnações, até que o ciclo evolutivo tenha se dado por completo. Sendo assim, é uma doutrina que também prega o amor, as políticas de boa convivência e o senso de comunidade, assim como as anteriores.

Dentro do que se entende como construção de gênero no espiritismo, de acordo com as noções trabalhadas por Kardec, há uma ideia de que gênero é a definição biológica de um corpo habitado por um espírito. Ou seja, o espírito em si, onde reside a consciência e vivência daquela pessoa, não tem definição alguma de gênero (Guimarães, 2017). Nesse sentido, e levando em conta a dinâmica das reencarnações, alguém que viveu essa vida como homem, cis e heterossexual pode reencarnar como uma mulher em outra vida (Marmolejo, 2007; Guimarães, 2017).

Portanto, não há uma definição tão clara na doutrina que distingue especificamente os papéis a serem trilhados por homens e mulheres. Há também uma leitura, quando se trata de sexualidade, que leva em conta a presença de hábitos das vidas passadas nesta vida atual. Logo, um homem homossexual estaria sendo influenciado por seus hábitos quando era mulher em alguma vida passada, e isso explicaria sua orientação sexual atual. O espiritismo, então, junto com sua faceta científica, explica suas existências através dessa junção entre o espiritual e o biológico no que diz respeito ao gênero.

Kardec é muito claro, Kardec fala que o espírito é bissexual. O espírito passa pela experiência que precisa passar para poder evoluir. Ele não usa a palavra homossexualidade, não usa a palavra homossexual, não existia a palavra homossexual na época dele, foi inventada por um biólogo húngaro 20 anos depois. A orientação que ele recebeu na época é muito clara: o espírito passa por aquilo que precisa passar para evoluir, ponto, não importa se é bi, se é homo ou se é hetero, se é homem ou se é mulher¹³ (Marmolejo, p. 63, 2007).

13 Fala de interlocutor Felipe na pesquisa conduzida por Javier Gutiérrez Marmolejo (2007).

No que diz respeito a como um homem deve ou não ser, prega-se uma questão mais aberta, levando em conta o que seria a influência dos espíritos nesse processo. Ou seja, depende de quais espíritos guiam e orientam aquela pessoa e o espírito que encarnou nela. Porém, a doutrina guia para vivências pacíficas e harmoniosas (Guimarães, 2017), mesmo isso não sendo majoritariamente o que se observa nos Centros Espíritas, já que mais uma vez devemos levar em conta que as práticas religiosas passam por estruturas sócio-culturais que são reproduzidas por pessoas, e isso afeta o ambiente, pois os lugares de poder e de autoridade na religião, em sua maioria, são ocupados por homens. Mas não há nenhuma declaração sobre superioridade masculina. O que se prega, na verdade, é uma igualdade como base nas vivências em comunidade .

Masculinidades e religiões de matriz-africana

Já abordamos aqui diversas vezes que o Brasil foi uma colônia europeia que teve como parte fundamental de sua formação de país o processo de escravização de homens e mulheres trazidos do continente africano para trabalharem de maneira forçada e serem comercializados, como se fossem meros objetos. Essas pessoas foram alvo de um processo de racialização e desumanização que, até hoje, afetam nossa sociedade. Junto com esses povos trazidos para cá, vieram também seus costumes e religiões, muitos dos quais foram incorporados na cultura brasileira e que reproduzimos até hoje.

A partir do século XIX, houve uma constante consolidação de religiões de matrizes africanas no Brasil, principalmente nas Comunidades Quilombolas (comunidades autônomas de escravizados fugidos ou alforriados que se juntavam para sobreviver e manter viva sua cultura e seus costumes). Nesse sentido, as formações dessas religiões sofreram diversas configurações pelo Brasil inteiro: o Candomblé de diferentes nações (Jeje, Nagô e Angola); a Umbanda, com diferentes sincretismos entre o espiritismo, catolicismo, com o próprio Candomblé e outras religiões de matriz-africana e indígena, a Jurema (Ferretti, 2007; Santos, 2018). Por isso, fazemos aqui a mesma declaração feita anteriormente: são múltiplas as práticas e visões de mundo que abarcam as religiões de matrizes africanas no Brasil. Logo, o que se pontua aqui é uma discussão reduzida de como as construções de gênero costumam se dar nesses espaços, mas preservando a ideia de que não é possível falar de todas suas correntes, como também não é possível falar dessa realidade em todas as teologias cristãs.

Essas religiões se espalharam pelo país exercendo suas diversas práticas, mas mantendo uma base espiritualista de práticas que envolvem o culto aos Orixás e a presença de entidades através de incorporação mediúnica. Nessas doutrinas religiosas, é normal que se tenha como autoridade a figura de um Babalorixá / Pai de santo ou a Ialorixá / mãe de santo¹⁴, que são os zeladores de suas Casas (terreiros), onde ocorre a prática religiosa.

Sabendo que essas religiões têm origem negra e africana, mudamos um pouco o panorama quanto à origem dessas práticas. Não estamos mais falando de Europa ou Estados Unidos, mas sim do continente africano e de pessoas africanas em diáspora no Brasil. Portanto, a lógica de estrutura social é diferente. Como aponta a socióloga nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021), o que o continente hoje entende como gênero binário de homens e mulheres é uma visão eurocêntrica. Durante séculos, houve muito esforço para fortalecer essa ideia nas colônias e para fazer com que essas sociedades se organizassem da mesma maneira, mesmo que não fossem consideradas civilizadas pelos colonizadores. Oyěwùmí pontua que várias dessas sociedades africanas, antes da chegada dos povos europeus, se organizavam socialmente a partir de outras noções (como idade, por exemplo, para os Iorubá) para que se assumissem papéis de autoridade naqueles locais. O gênero não era reconhecido como hoje, tampouco suas entidades entendiam os corpos dessa maneira. Então, sim, havia uma diferenciação que nada tinha a ver com os referenciais ocidentais de biologia e binarismo de gênero. Muito menos eram esses os parâmetros usados para basear as possíveis diferenças e desigualdades. Ao mesmo tempo, as pessoas que entendemos como “mulheres” não eram impedidas de estarem em locais de autoridade ou de domínio (Oyěwùmí, 2021).

Como exposto por João Ferreira Dias (2020):

[...] Homossexuais, transexuais, várias identidades de gênero fazem parte do cotidiano dos terreiros. Essa biológica é interpretada no quadro cultural do Candomblé a partir de mitos e arquétipos das divindades. Os Orixás se tornam em “espelhos de projeção” como vários autores referem.¹¹ Mas se do ponto de vista sociológico nos contextos familiares mais tradicionais a senioridade continua sendo o fator de diferenciação na dinâmica relacional, parecem existir outras informações sobre como se constrói o gênero entre os povos iorubanos, revelando uma dinâmica em que gênero e corpo não se justapõem (FERREIRA DIAS, pp. 05, 2020).

¹⁴ Importante essa diferenciação pois entendemos que em algumas doutrinas os nomes podem ser diferentes, os cargos não são gerais para todas elas.

Portanto, temos em vista religiões que levam em conta as doutrinas a partir do espírito e que as entidades não escolhem gênero. Inclusive aquelas que são entendidas dentro desse binarismo — como as Pombo-giras (manifestação do feminino) e alguns Exús (manifestação do masculino) — irão se apresentar em incorporações de quaisquer que sejam os médiuns. Ou seja, não importa a classificação de gênero no momento da incorporação e da prática mediúnica. Mas o cenário colonial mudou isso também.

Dada a importância da religião neste contexto cultural, Oyěwùnmí não poderia passar ao lado do problema, argumentando que vários Òrìṣà foram masculinizados, quando tal identificação de gênero era anteriormente irrelevante. Com efeito, quando pensamos na cosmologia de Oxumarê (Òṣùmàrè), divindade das transformações, do movimento, do arco-íris, das chuvas que fertilizam a terra, da prosperidade, nada nos informa que possua identidade de gênero. É precisamente em diáspora, num contexto colonial de reconstrução identitária e ritual, em que vários Orixás e Voduns se encontram, que decorre uma afirmação de Oxumarê como cobra-macho, em face de Ewá que seria a cobra-fêmea. Todavia talvez mereça a pena reconhecer que Oxumarê não precisa ter gênero para ser a divindade que é (FERREIRA DIAS, pp. 04-05, 2020).

No entanto, gênero se faz presente, sim, na história das religiões de matrizes africanas. Tendo em vista o trabalho de Ruth Landes (1967) e Mundicarmo Ferretti (2007), o Candomblé, em boa parte da Bahia, era formado por casas matriarcais que acolhiam homens em situações de vulnerabilidade e marginalização. Estes homens recebiam o papel de protetores daquelas casas (Ogãs), o que permitia a melhorava inclusive o status social e a masculinidade deles, dando-lhes uma nova vida — agora no santo —, em que havia respeito pelo local que ocupavam. Portanto, há sim uma tradição religiosa dessas doutrinas que têm no feminino seu surgimento, manutenção e zelo, enquanto os homens só começaram a ter acesso ao lugar de sacerdotes nessas religiões algum tempo depois.

As características apresentadas por uma religião podem se apoiar em vários fatores. Quando se indaga, por exemplo, sobre o “por que” do segredo nas religiões afro-brasileiras, as respostas obtidas apontam para: a “mitologia” e para diversos aspetos da cultura africana; para as estratégias de sobrevivência adotadas pelo “povo-de-santo” durante a escravidão e nos períodos de maior repressão às religiões afro-brasileiras; para a centrali-

zação do poder e do saber nos pais-de-santo etc. Do mesmo modo, quando se procura compreender o matriarcado dos terreiros de Mina mais antigos do Maranhão, geralmente se recebe a explicação de que essa prática tem a ver com o poder das mulheres no antigo reino do Dahomé (Benin), berço da tradição religiosa continuada pela Casa das Minas-Jeje (conhecida como o terreiro de Mina mais antigo), mas que tem também a ver com a situação do negro no Brasil durante a escravidão, daí porque também ocorreu em outros Estados em terreiros nagô e de outras “nações” (advoga-se que antes da abolição era mais difícil para os homens do que para as mulheres assumir o comando da religião etc.) (Ferretti, p. 2, 2007)

Nesse sentido, há um jogo constante dos papéis de gênero no que diz respeito a como definir suas performances nos terreiros e suas diferentes vertentes e práticas, mesmo que haja um passado comum de liderança feminina e o entendimento de que o gênero não é importante em momentos de incorporação na Umbanda, por exemplo. Entretanto, há na figura dos Orixás, características de temperamento, suas mitológicas e posturas, uma semelhança com algumas das nossas visões do que é masculino e feminino. Isso se faz presente quando falamos sobre a feitura de cabeça de alguém em algumas das vertentes apresentadas, mas não costuma ser baseado em qualquer hierarquia de gênero ou dominância masculina.

O que temos, na verdade, é a presença de um imaginário, em algumas das doutrinas, de uma hierarquização entre os homens, em que aquele que trabalha com Pombagiras e outras entidades que performam o feminino (a sensualidade e outros atributos) podem ser considerados “menos homens” do que outros dentro dos terreiros, mesmo que se considerem heterossexuais. Em suma, ressaltamos mais uma vez que é importante observar como o sagrado das religiões vai ao encontro da sua interpretação através da humanidade, que por sua vez é refém de suas histórias, estruturas sociais e cultura. Logo, as noções de como se constroem as masculinidades nesses cenários partem da verdade dos humanos e não necessariamente do sagrado do qual eles fazem parte.



PARA REFLETIR NA PRÁTICA

Mas a religião nos influencia tanto e é influenciada pela sociedade?

1. Entender que tudo faz parte da construção social: religiões, espiritualidades e suas instituições estão há mais tempo do que estamos vivos, fazendo parte das construções sociais de todo o mundo, mesmo que sejam países laicos;
2. Não precisamos aceitar tudo que é dito pela doutrina: importante lembrar que somos seres humanos com livre arbítrio e temos liberdade para discordar do que representantes das nossas doutrinas estão nos dizendo;

Estratégias para se entender:

1. Como vimos aqui: somos influenciados de forma multifatorial a exercer a masculinidade que a estrutura social escolheu por nós, mas também construímos nossas próprias guias morais sobre o que acreditamos ser certo ou errado, mas acabamos cedendo às pressões sociais que nos fazem aderir ao que é socialmente aceito;
2. Devemos saber viver em comunidade: os templos e locais de prática religiosa são microcosmos sociais das comunidades que habitamos e assim, são locais em que podemos entender melhor quem são os homens a nossa volta e o que isso diz sobre a nossa própria performance de masculinidade

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE OLIVEIRA FILHO, Maurício. A Casa de Deus e a “casa-dos-homens”: O papel das igrejas na refundação permanente de masculinidades violentas. Coisas do gênero: Revista de estudos feministas em teologia e religião, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 8–29, 2025.

ECCO, Clóvis. A função da religião na construção social da masculinidade. Rev. abordagem gestalt., Goiânia, v. 14, n. 1, p. 93-97, jun. 2008.

FELIPE, Jane. Infância, Gênero e Sexualidade. Educação & Realidade, [S. l.], v. 25, n. 1, 2014.

FERREIRA DIAS, João, ““Santo” na cabeça faz gênero?”, 1o Seminário Internacional “Religião, A(fé)to e Sensibilidade: Gênero e Religiões de Matriz(es) Africana(s)”, 2020.

FERRETTI, Mundicarmo. Religião e Sociedade: Religiões de Matriz Africana no Brasil, um Caso de Polícia. Ufma.br, 2025. Disponível em: <<https://repositorio.ufma.br/jspui/handle/1/203>>

FUJIMOTO, Juliana. A guerra indígena como guerra colonial: as representações e o lugar da belicosidade indígena e da antropofagia no Brasil Colonial (séculos XVI e XVII). 2016. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.8.2017

GABATZ, Celso. As mulheres nas igrejas neopentecostais: a busca pelo protagonismo em meio a tradições hegemônicas. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 19, n. 2, 2017.

GUIMARÃES, Fernando Augusto de Souza. A homossexualidade sob a luz do espiritismo: uma análise discursiva da explicação kardecista sobre a sexualidade humana. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/3457_fernando_augusto_de_souza_guimaraes.pdf

IBGE. Panorama do Censo 2022. Panorama do Censo 2022. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=10>>

LANDES, Ruth. Matriarcado cultural e homossexualidade masculina In: A cidade das mulheres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967[1947].

MARMOLEJO, Javier Gutiérrez. A construção sociocultural da sexualidade e do HIV-Aids no espiritismo kardecista brasileiro. Ufsc.br, 2025. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90726>>

SANTOS, Wéllia Pimentel. História, Cultura e Intolerância acerca das Religiões de Matrizes Africanas no Brasil. Revista Calundu, v. 2, n. 1, 2018.

MARTINS, Alberto Mesaque. Masculinidades no reino de deus: corpo, gênero e representações sociais de homem entre frequentadores da igreja universal do reino de deus. Ufmg.br, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/30222>>.

MARTINS, Alberto Mesaque; NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do. “Matar o velho homem, nascer de novo”: Representações Sociais de homem entre fiéis da

Igreja Universal do Reino de Deus. Estudos de Psicologia (Natal), [S. l.], v. 26, n. 3, p. 273–285, 2021.

MELO, Mônica Souza. O debate sobre aporofobia promovido pelo Padre Júlio Lancellotti nas redes sociais: uma análise semiolinguística. SOLETRAS, n. 43, 2022. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/soletras/article/view/65025>>

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. 2021. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero* Trad. Wanderson Flor do Nascimento. - 1. ed - Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021

PATTO, Pedro Vaz. Catolicismo, Estado, direitos humanos e liberdade religiosa a partir do Concílio Vaticano II. In: Concílio Vaticano II: o catolicismo de João XXIII a Francisco, Cardoso Moreira, RJ : Resistência Acadêmica, 2023.

PRANDI, Reginaldo. Um sopro do espírito: a renovação conservadora do catolicismo. Edusp/Fapesp, São Paulo, 1997

RIBEIRO, Claudio de Oliveira; Sarto, Giovanna; CRUZ GUIMARÃES, Rubia Campos. Gênero e sexualidade no catolicismo: Desafios e interpelações para o diálogo. In: Concílio Vaticano II: o catolicismo de João XXIII a Francisco, Cardoso Moreira, RJ : Resistência Acadêmica, 2023.

SOUZA, Ney de. Catolicismo Sociedade e Teologia no Brasil Império. Atualidade Teológica, v. 2014, n. 1, 2014. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_ateo.php?strSecao=fasciculo&fas=26023&NrSecao=X3&secao=ARTIGOS&nrseqcon=23290

VIANA JÚNIOR, Mário Martins. Masculinidades no Brasil colonial. E-book. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020.

XAVIER, Antonio Jeferson Barreto. “Ali é o satanás que está manifestado”, “vira homem, tenta ficar com uma menina” : masculinidades, docência e pertencimento religioso na cidade sol. Ufrgs.br, 2023. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/266150>>

**MAS
CULI
NIDA
DES**



**GAYS E
BISSEXUAIS**



A experiência de ser homem e gay coloca em questão uma das tensões mais instigantes dos sistemas de gênero e sexualidade contemporâneos. Como observamos ao discutir o tema da construção do masculino, a homossexualidade tem sido um elemento colocado em oposição direta aos ideais de masculinidade hegemônica, fato que cria uma contradição para as bases do que se entende por “ser homem” (Badinter, 1992). Ao dirigir seu desejo para outros homens, os gays são identificados como transgressores de uma das normas patriarcais mais importantes: a heterossexualidade compulsória, fenômeno de conformação dos corpos e desejos dos indivíduos. Essa oposição os coloca em uma posição que é ambígua dentro das hierarquias de gênero, pois ao mesmo tempo em que são reconhecidos como homens — algo que pode gerar benefícios sociais —, são também deslegitimados como “verdadeiros homens”, o que reduz automaticamente o seu valor simbólico no campo da virilidade; fator que piora no caso de homens gays lidos como mais femininos ou “afeminados”, pois sofrem maior grau de preconceito dentro e fora da comunidade gay.

Nesse sentido, deixamos claro que a diversidade interna dos homens gays desafia qualquer tentativa de homogeneização. Longe de constituir um grupo uniforme, o público masculino gay, assim como o público masculino em geral, vive diferenciadamente as discriminações e, com isso, passa a desenvolver múltiplas estratégias para negociar sua posição social, algumas das quais envolvem a ressignificação dos códigos de masculinidade. Seja na exaltação de uma masculinidade hiper viril — como no caso das culturas *leather* e *bear* — ou na apropriação irônica de elementos considerados femininos — como nas culturas *drag* e *camp* —, as masculinidades gays demonstram a plasticidade e a instabilidade das normas sociais de gênero. Essa pluralidade se manifesta igualmente nas diferentes formas de gestão da visibilidade, desde aqueles que vivem abertamente sua sexualidade até aqueles que mantêm estratégias de discrição em contextos específicos, ou seja, homens gays que estão dentro e homens gays que estão fora do armário.

Diante disso, a interseccionalidade assume relevância na compreensão das masculinidades gays, uma vez que a experiência da homossexualidade masculina é atravessada por outros marcadores sociais que complexificam as dinâmicas de privilégio e opressão. Ser gay e negro, gay e de classe popular, gay e mais velho, gay e com deficiência, ou outra combinação, produz configurações específicas de vulnerabilidade que não podem ser compreendidas apenas através da lente da orientação sexual. Essas intersecções revelam como as hierarquias internas às comunidades gays espelham as diferenças existentes na sociedade, criando gradações de aceitação e reconhecimento que reproduzem outras formas de dis-

criminação. Essa complexidade exige abordagens que reconheçam a heterogeneidade das experiências gays e evitem tanto a vitimização quanto a romantização dessas vivências.

O processo de estigmatização dos homens gays funciona de diferentes maneiras. Termos pejorativos como “veado”, “bicha”, “fresco” e outros equivalentes são exemplos de marcadores linguísticos que buscam posicionar a homossexualidade masculina no campo do feminino, como se o desejo por outros homens significasse inferioridade. Essa lógica expõe a fragilidade das construções de gênero, que necessitam constantemente reafirmar suas fronteiras através da exclusão. Como observa a antropóloga Eve K. Sedgwick (2007), a homofobia não é apenas um preconceito contra pessoas homossexuais, mas um mecanismo que serve para regular e policiar as fronteiras do que é considerado apropriado para o conjunto dos homens. Para resistir a esses enquadramentos, os espaços de sociabilidade são um elemento importante para esse público, pois funcionam como refúgio e território de construção da identidade. Bares, boates, saunas, aplicativos de relacionamento e outros espaços de socialização gay são exemplos de locais onde diferentes códigos de masculinidade podem ser experimentados¹⁴.

As masculinidades bissexuais, por sua vez, ocupam um território mais ambíguo e complexo dentro dessas hierarquias. Se os homens gays enfrentam a deslegitimação por transgredirem a heterossexualidade compulsória, os homens bissexuais vivenciam uma dupla invisibilização: são frequentemente lidos como “gays enrustidos” quando se relacionam com homens, ou como “heterossexuais experimentando” quando estão com mulheres. Essa bifobia, presente tanto em espaços heteronormativos quanto nas próprias comunidades LGBTQIAPN+, cria pressões específicas que levam muitos desses a manifestar problemas de saúde mental (Baére, Zanello, 2020). A fluidez do desejo bissexual desestabiliza as categorias binárias sobre as quais se assentam tanto a heteronormatividade quanto a homonormatividade, revelando a artificialidade dessas fronteiras. Nesse contexto, os homens bissexuais desenvolvem formas particulares de negociação identitária, muitas vezes marcadas pelo silenciamento de parte de seus desejos em diferentes contextos sociais, numa gestão complexa da visibilidade que vai além do binário dentro/fora do armário, criando o que poderíamos chamar de “armários si-

15 Esses cenários não são livres de expressões do preconceito, pois neles outras hierarquias reproduzem, de forma reconfigurada, os padrões de discriminação presentes na sociedade – privilegiando corpos jovens, musculosos, brancos e masculinizados em detrimento de outros. Conforme Miskolci (2017), esses espaços, ao mesmo tempo em que oferecem possibilidades de expressão e reconhecimento, podem reproduzir normalizações que limitam a diversidade das vivências de homens homossexuais e/ou bissexuais.

tuacionais” — espaços onde diferentes aspectos de sua sexualidade são revelados ou ocultados conforme as circunstâncias e os riscos percebidos.

Os corpos gays e bissexuais, ao oscilarem entre o feminino e o masculino, entre a passividade e a atividade, e entre o desejo legítimo e o proibido, encenam possibilidades outras de masculinidade — mais livres, mais abertas e mais plurais. Essa liberdade de expressão, contudo, é mediada pelo lugar no qual esses homens estão inseridos; não apenas o lugar sócio econômico, mas territorial (fator que, mais uma vez, demonstra sua importância). Estar em zonas urbanas e metropolitanas, nas quais a oferta de cultura, lazer, serviços e espaços seguros para esse público é expandida, pode ser decisivo para a vivência dos afetos e das práticas sexuais. Não à toa são muitos os homossexuais e bissexuais que se deslocam de cidades pequenas e médias para grandes regiões metropolitanas (distanciando-se dos núcleos familiares) em busca de oportunidades de materializar aquilo que sentem em sua intimidade. Frente a consideração dessas diferenças, é necessário reconhecer que uma política para as masculinidades não precisa se restringir à correção de comportamentos desviantes, mas deve se constituir como campo de invenção de novos sentidos para o “ser homem”.

Entretanto, nem tudo diz respeito a novas possibilidades identitárias na vida desse grupo. A trajetória de homens gays/bi é marcada por experiências de exclusão, que se manifestam desde a infância e seguem ao longo de todo o curso da vida. A família, que em muitos casos deveria ser espaço de acolhimento, pode se tornar o primeiro ambiente de repressão, especialmente quando os sinais de não conformidade com a masculinidade hegemônica se tornam visíveis. Piadas, repreensões e violências físicas — muitas vezes naturalizadas como formas de “educar” — operam como dispositivos



de silenciamento. Na escola, esse segmento geralmente enfrenta o *bullying* homofóbico, que incide não apenas sobre a sexualidade, mas sobre qualquer expressão considerada “fora do padrão”. Como analisa Guacira Lopes Louro (1997), a instituição escolar funciona como um dos principais espaços de normalização dos corpos e dos desejos, estabelecendo fronteiras rígidas entre o aceitável e o desviante, o masculino e o feminino, o hétero e o homo.

Mesmo na vida adulta, essas marcas não desaparecem. No mercado de trabalho, essa forma de masculinidade pode ser lida como sinal de fragilidade e inadequação, limitando oportunidades de ascensão na carreira, principalmente em ocupações associadas ao comando. A necessidade de gerenciar a própria apresentação — seja modulando a voz, reprimindo gestos ou ocultando relações afetivas — revela o quanto a norma orienta as dinâmicas trabalhistas. Na velhice, por sua vez, esse percurso de discriminação se desdobra em outras formas de exclusão: muitos homens gays chegam à terceira idade com redes de apoio fragilizadas, marcadas pelo afastamento da família de origem e pela ausência de filhos, fato que faz com que enfrentem a dupla invisibilidade — enquanto pessoas idosas e enquanto homossexuais/bissexuais. A ausência de políticas públicas que contemplem suas especificidades gera vulnerabilidades que exigem um olhar mais atento por parte dos profissionais da assistência social e da saúde. Compreender essas trajetórias em sua complexidade não é apenas um exercício de análise, mas um mecanismo para promoção de práticas inclusivas.



PARA REFLETIR NA PRÁTICA

Como criar ambientes acolhedores para homens gays?

1. Linguagem inclusiva: Use termos neutros (“parceiro/a” ao invés de “esposa”) e evite pressuposições sobre orientação sexual
2. Sinais de discriminação: Identifique histórias de rejeição familiar, bullying escolar ou discriminação no trabalho que impactam a saúde mental dos usuários.
3. Gestão da visibilidade: Compreenda que nem todos estão “fora do armário” e respeite os níveis de abertura de cada usuário do serviço.
4. Interseccionalidades: Reconheça que ser gay/bi + negro/pobre/mais velho/com deficiência cria vulnerabilidades específicas, que acentuam a discriminação contra a homossexualidade/bissexualidade.

Estratégias de abordagem:

1. Garanta confidencialidade acerca da orientação sexual do usuário
2. Não assuma que os problemas de homens gays e bissexuais estão sempre relacionados à homossexualidade/bissexualidade
3. Ofereça informações sobre redes de apoio LGBTQIAPN+ quando apropriado
4. Reconheça as masculinidades gays/bi como legítimas, não como “déficit” de masculinidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADINTER, Elisabeth. XY Sobre a Identidade Masculina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BAÉRE, Felipe de. ZANELLO, Valeska. Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades. Psicol. Estud. v.25, e44147, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogia da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

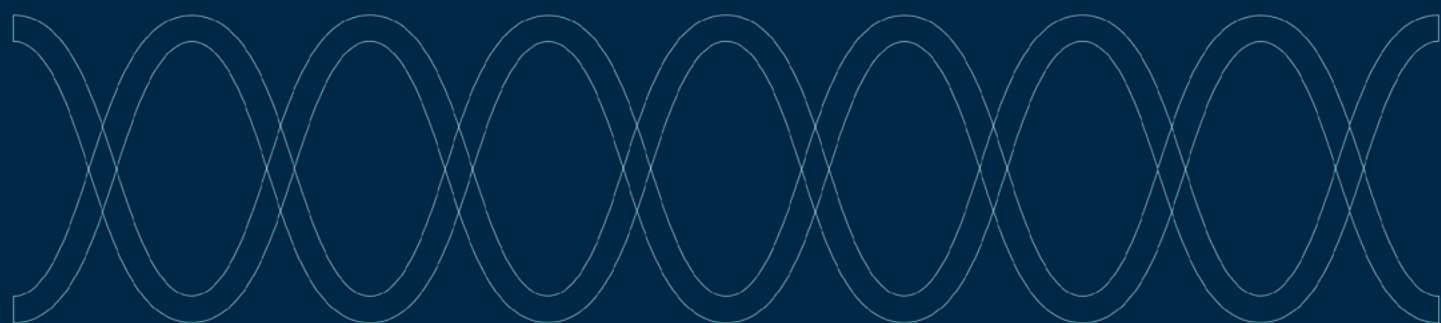
MISKOLCI, Richard. Desejos Digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

SEDGWICK, Eve K. Epistemology of the Closet. Berkeley: University of California Press, 2007.



MASCULINIDADE

TRANS



Ainda mais desafiador para as definições sobre masculinidade — além do tema da orientação sexual abordado no tópico anterior — é a questão da identidade de gênero. Esse desafio é posto pela existência de homens trans, responsáveis por subverter fronteiras anatômicas que associam automaticamente homens a pênis. À medida em que esses sujeitos circulam pelos espaços públicos, fazem com o que se entende convencionalmente por gênero masculino ou feminino seja abalado em suas bases. Por isso, é comum a reivindicação de que pessoas trans sejam invisibilizadas, já que pelo simples de fato de estarem vivas questionam uma das “verdades” enraizadas em nosso imaginário coletivo: a de que os aspectos do ser são consequências do sexo biológico (Foucault, 2016). A conformidade com uma identidade que é atribuída por terceiros desde antes do nascimento (cisgeneridade) envolve o esforço de diferentes agentes sociais, o que nem sempre é bem sucedido (Bento, 2017; Jesus, 2010); pois é na transgeneridade que se encontra o maior sinal de que esse projeto de gênero não possui êxito absoluto.

A experiência de ser homem trans passa, em todas as etapas de afirmação, pela disputa por reconhecimento identitário; seja nos documentos, nos espaços institucionais ou nas interações do dia a dia. Essa resposta à demanda por reconhecimento nem sempre é pacífica, podendo ser expressa por meio de violência vinda do Estado ou da sociedade. Em contextos governamentais que ainda operam com categorias restritivas ou que buscam fazer transições para esses enquadramentos, manifestações dessa natureza são mais evidentes. Parte dessa disputa se expressa na linguagem, por meio da adoção de diferentes nomenclaturas que buscam dar conta da diversidade de experiências transmasculinas: FTM (*female-to-male*), transmasculino, transhomem, ou ainda termos produzidos em circuitos

STOP TRANSPHOBIA



populares como “boyceta”, que afirma uma identidade masculina que não precisa ser definida pela posse de uma genitália específica. Cada um desses termos carrega nuances políticas e busca dar sentidos para corpos dissidentes.

Diante da necessidade de serem reconhecidos como homens, observa-se que muitos desses, sobretudo nos momentos iniciais de transição, acabam adotando práticas hipervirilizadas como forma de pertencimento ao gênero masculino. A construção de um corpo com músculos marcados, a valorização da barba e da voz grave ou mesmo a adoção de códigos culturais ligados à virilidade operam como passagens simbólicas em direção à inclusão social. Esse fenômeno, longe de ser homogêneo, expressa o esforço em se afastar da feminilidade atribuída aos corpos que não foram lidos inicialmente como masculinos a partir dos marcadores corporais. Esse processo, contudo, não exime a necessidade de problematizar, entre homens trans, como certos referenciais de masculinidade hegemônica podem ser reproduzidos acriticamente, reforçando o sexismo ou apagando outras formas possíveis de ser homem — tendo em vista que nem todos os membros desse grupo conseguirão se encaixar nos parâmetros de “passabilidade” exigidos. Como afirma Coll-Planas (2010), os itinerários de transição de gênero são atravessados pelas normas de gênero dominantes. É com base (também) nessa reflexão que profissionais aplicadores da metodologia H podem executar construções conjuntas com o público transmasculino.

Ainda que a maior parte das violências relatadas por organizações da sociedade civil recaia sobre as mulheres trans — como demonstram os dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)¹⁶ —, homens trans enfrentam formas específicas de opressão. Além disso, a sua visibilidade na agenda política trans, bem como nos estudos de gênero e nos estudos sobre masculinidades, costuma ser menor ou quase nula em comparação com outros grupos (Ferreira, 2022). Soma-se a isso o fato de que, mesmo com a retirada da transexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID-11) no ano de 2019, o estigma ainda persiste. Muitos homens trans relatam experiências de deslegitimação em serviços de saúde, ambientes escolares e locais de trabalho, sendo tratados ora como “mulheres lésbicas confusas”, ora como sujeitos inadequados para ocupar espaços voltados para homens. A permanência de olhares clínicos e policiais sobre esses corpos revela que a naturalização da cisgeneridade representa ameaça à saúde

16 Conforme o Dossiê ANTRA 2023, 4% dos casos de assassinatos de pessoas trans no Brasil em 2022 envolveram homens trans (Benevides, 2024); essa diferença pode ser explicada pelo fato de que, mesmo no interior da comunidade trans, a transição para a feminilidade significa custos maiores, já que se trata do gênero visto como rebaixado.

física e psíquica. Portanto, mais do que reconhecer a existência dos homens trans nos documentos e registros oficiais, é preciso enfrentar os mecanismos que os mantêm em posição de inferioridade.

Em nível internacional, a situação desse público tem sido desafiadora: conquistas de direitos convivem com o avanço de discursos antitrans, especialmente em países como os Estados Unidos da América, onde legislações estaduais e decretos federais recentes restringem o acesso de pessoas trans a banheiros, competições em modalidades esportivas e tratamentos de saúde (sendo o alvo principal as mulheres trans, mas com repercussões para homens trans). Ao mesmo tempo, a resistência transmasculina tem se fortalecido globalmente, por meio de redes de apoio, produção de conhecimento e visibilidade judicial e midiática. No Brasil, por exemplo, os avanços legislativos — como o direito ao nome social, o acesso ao processo transexualizador (que envolve o acesso a hormonioterapia e a acompanhamento médico e psicológico) no SUS e a criminalização da homotransfobia pelo STF — representam marcos importantes, impulsionados pela via judicial. Recentemente, universidades públicas, como a Universidade de Brasília (UnB)¹⁷, têm sido pioneiras na aprovação de cotas para o ingresso de pessoas trans no ensino superior.

Em sintonia com essa necessidade de inclusão, a problematização das masculinidades trans no contexto da Metodologia H visa reconhecer que não somente ações de ressignificação de gênero, mas também iniciativas educacionais e profissionais direcionadas ao público masculino devem incluir, necessariamente, aqueles cuja trajetória de afirmação desafia os marcos da cisgeneridade. É nessa linha que nossa proposta metodológica dialoga diretamente com iniciativas de equidade, inclusão e diversidade (DEI) que objetivam garantir o direito de existência, participação e pertencimento social a todas as pessoas. No campo educacional, isso implica combater o *bullying*, as práticas de exclusão e a ausência de representatividade, criando ambientes pedagógicos que reconheçam a pluralidade de expressões de masculinidade desde os primeiros anos de escolarização. Já no campo do trabalho, é imperativo que organizações públicas e privadas abandonem critérios normativos de gênero, incorporando políticas afirmativas que promovam a contratação, permanência e ascensão daquelas e daqueles que têm sido prejudicados pela transfobia estrutural.

¹⁷ A decisão unânime, de 17 de outubro de 2024, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UnB inclui a reserva de 2% de vagas em cursos de graduação para pessoas trans, sejam essas travestis, mulheres trans, homens trans, trans masculinos ou pessoas não binárias.



PARA REFLETIR NA PRÁTICA

Como oferecer atendimento adequado a homens trans?

1. Nome social: Use sempre o nome e pronomes pelos quais a pessoa se apresenta, independentemente da documentação.
2. Necessidades específicas: Compreenda demandas relacionadas à hormonização, procedimentos cirúrgicos ou questões de saúde mental e busque conhecimento sobre essas necessidades.
3. Discriminação institucional: Identifique barreiras no acesso aos serviços disponibilizados (proibição de acesso a banheiros, formulários binários e cis normativos, resistência de outros profissionais da equipe, dentre outras).
4. Processos de transição: Respeite os diferentes momentos da trajetória de uma pessoa trans — nem todos desejam ou podem realizar as modificações corporais exigidas para a “passabilidade”.

Estratégias de abordagem:

1. Pergunte como a pessoa prefere ser chamada e/ou tratada
2. Não faça perguntas sobre sua genitália ou cirurgias, a menos que seja bastante necessário para o atendimento.
3. Conheça a rede de serviços especializados para encaminhamentos específicos, quando necessário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BENTO, Berenice. A Reinvenção do Corpo Gênero Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual. Natal: EDUFRN, 2017.

FERREIRA, Sérgio R.S. Problematizando os estudos das masculinidades A perspectiva transmasculina nas pesquisas brasileiras. Cadernos de Gênero e Diversidade, Vol 08, N. 01 - Jan.- Mar., 2022.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

JESUS, Jaqueline G. Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o desafio do direito ao gênero In GALINKIN, Ana L. & SANTOS, Karine B. (org..) Anais do Simpósio Gênero e Psicologia Social: diálogos interdisciplinares, 80-89, 2010.

OLL-PLANAS, Gerard. La voluntad y el deseo: la construcción social del género y la sexualidad. Barcelona: Egales, 2010.

MASCULINIDADES ATÍPICAS E HOMENS COM DEFICIÊNCIA



A experiência de viver a deficiência pode variar significativamente de homem para homem. Trata-se de um processo marcado por incertezas, sendo fundamental escutar e compreender suas concepções sobre o que significa “ser homem” nessas condições. Segundo o artigo 2º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), considera-se pessoa com deficiência aquela que possui impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2015).

Ainda que a deficiência decorra de fatores físicos ou genéticos, ela não deve ser confundida com uma doença. Por isso, adota-se o termo “Pessoa com Deficiência (PCD)”, reforçando a importância de enxergar o indivíduo antes da sua própria condição, assegurando que essa pessoa usufrua plenamente de seus direitos com autonomia (Magalhaes, 2023). No acolhimento e cuidado direcionado aos homens, é necessário reconhecer a existência de modelos tradicionais e normas rígidas de gênero que moldam um ideário do que é ser “*homem de verdade*”, construindo um modelo de masculinidade hegemônico que frequentemente associa práticas de cuidado, expressão emocional e busca por ajuda a sinais de fragilidade e fraqueza, sendo os homens educados para repelir tudo que pode remeter ao feminino (Rostolatto, 2018; Albuquerque, 2023).

Para Zanello (2018), os homens são capturados pelo dispositivo da eficácia, sendo constantemente orientados a provar sua virilidade. No caso dos homens com deficiência, a subjetividade do corpo masculino diante da deficiência acarreta uma sobrecarga emocional decorrente da expectativa de que desempenhem o papel socialmente esperado de “um homem de verdade”. Homens com deficiência podem se sentir falhos, menos eficazes — ou seja, “menos homens” — frente às altas expectativas de performance associadas a corpos ideais, oriundas de um modelo hegemônico de masculinidade.

Situações estruturais (como uma limitação física ou mental) ou circunstanciais (como desemprego, aposentadoria, etc.), que colocam em xeque a possibilidade de exercer essa eficácia, ou que representam sua perda — nos dois âmbitos citados — geralmente se configuram como experiências de intenso sofrimento para os homens. Esse sofrimento deve ser compreendido para além da situação concreta, pois o que está em jogo é a possibilidade identitária do exercício de determinada masculinidade (Zanello, 2018).

Também existe uma pressão, tanto por parte dos próprios homens com deficiência quanto reforçada por outros homens (pais, amigos e familiares do sexo masculino) para legitimar a expressão sexual do corpo masculino com deficiência a partir de uma heteronormatividade compulsória. Por reconhecerem as dificuldades que esses homens enfrentam para, por iniciativa própria, encontrar uma parceira, alguns se dispõem a lhes proporcionar essa experiência, levando-os a casas de prostituição no momento que consideram adequado. Para esses indivíduos, o desejo e a relação sexual — frequentemente questionados nas mulheres — são vistos como parte natural da masculinidade (Bastos; Deslandes, 2012).

Entre os responsáveis pelo cuidado de pessoas com deficiência — especialmente no caso de pessoas com deficiência intelectual — há uma preocupação constante em coibir o desejo sexual e o medo referente a assédios ou a episódios de abusos. Alguns familiares recorrem ao uso de medicamentos para a diminuição da libido sexual dos seus filhos (Bastos; Deslandes, 2012). Dessa maneira, o corpo com deficiência ainda é visto como incapaz, dependente, infantilizado, assexuado e privado de autonomia (Carvalho; Silva, 2018). Esses fatores impõem múltiplos desafios em relação à sexualidade das pessoas com deficiência, gerando impactos significativos na saúde mental dos homens atípicos.

É importante promover um ambiente que valorize a autonomia, os direitos, as vontades e as subjetividades dos homens com deficiência, incluindo seus direitos sexuais e reprodutivos, bem como sua plena inclusão e acessibilidade. É importante responsabilizar os homens para que estejam promovendo o cuidado dos seus filhos com deficiência. Geralmente, são as mães que assumem integralmente a responsabilidade pelos cuidados dos filhos, muitas vezes renunciando a suas atividades pessoais e profissionais para se dedicarem exclusivamente à família (Crisostomo; Grossi; Souza, 2019).

O modelo social da deficiência evidencia que, além da opressão associada ao corpo considerado “deficiente”, há múltiplas formas de desigualdade que se interseccionam — como raça, classe, gênero e orientação sexual — impactando diretamente na vida cotidiana dessas pessoas (Diniz, 2003). Vale ressaltar que muitas deficiências são consequências de acidentes de trabalho e de violências sistêmicas que afligem majoritariamente os homens, especialmente aqueles em contextos de maior vulnerabilidade.

Viver uma paternidade ou masculinidade atípica impõe desafios que exigem constantes adaptações diante das barreiras sociais e da luta por direitos. A vivência da deficiência também é diversa e depende do tipo e do grau de suporte necessário. Experiências do cotidiano que poderiam ser consideradas comuns — como se locomover entre cômodos ou preparar suas próprias refeições — podem ser consideradas grandes obstáculos. Homens com deficiência são frequentemente infantilizados por seus familiares, o que compromete o desenvolvimento de sua sexualidade, identidade de gênero e autonomia. Muitos enfrentam rotinas exaustivas de exames, terapias e tratamentos invasivos, além de sofrerem preconceitos e exclusão social, fatores que contribuem para o aumento do estresse e da ansiedade. Ainda assim, são homens e meninos com desejos, sonhos e potencial para encontrar prazer nas pequenas coisas da vida. São sujeitos que devem ser respeitados e reconhecidos em sua integralidade.

Em contextos familiares, dependendo da gravidade da deficiência, ações como piscar os olhos ou mover um dedo podem representar conquistas significativas. Assim, conceitos como expectativa e qualidade de vida podem ser ressignificados todos os dias (Magalhães, 2023). Ser um homem com deficiência significa, portanto, experienciar o mundo a partir de uma perspectiva permeada por desafios, mas também por possibilidades. É essencial oferecer aos homens com deficiência oportunidades para viver a vida além da deficiência, conjuntamente com a construção de uma rotina de vida verdadeiramente inclusiva, com acessibilidade adequada a cada tipo de limitação.

Visível ou não, a melhor forma de abordar a deficiência é reconhecer e respeitar as necessidades específicas de cada pessoa, antes de qualquer outra condição. Com boas práticas, é possível adotar uma postura não capacitista, promovendo ambientes mais acolhedores, acessíveis, inclusivos e, acima de tudo, respeitosos. Em consonância com o lema dos movimentos de pessoas com deficiência — “nada sobre nós sem nós” —, na dúvida, pergunte! A própria pessoa com deficiência pode sinalizar suas demandas e necessidades, como sujeito de direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, F. P. Homens, Masculinidades e Saúde Mental. 1 ed. Curitiba: Appris, 2023. 294 p.

BASTOS, O.M.; DESLANDES, S.F. Sexualidade e deficiência intelectual: narrativas de pais de adolescentes. *Physis* [Internet], 22(3):1031–46, nov. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/CYW5jm4Q4C3RvwZNnjqSkqw/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 25 jun. 2025.

CARVALHO, A. N. L.; SILVA, J. Sexualidade das pessoas com deficiência: uma revisão sistemática. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 70, n. 3, p. 289–304, set. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000300020&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 jun. 2025.

CRISOSTOMO, K. N.; GROSSI, F. R. S.; SOUZA, R. S. As representações sociais da maternidade para mães de filhos/as com deficiência. *Rev. Psicol. Saúde*, Campo Grande, v. 11, n. 3, p.79–96, set/dez, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2019000300006. Acesso em: 29 jun. 2025.

DINIZ, D. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. *Série Anis*, Brasília, v. 28, p. 1– 10, 2003. Disponível em: <https://anis.org.br/wp-content/uploads/2022/10/Modelo-social-da-deficiencia-a-critica-feminista-2003.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

GUALDA, D. S., BORGES, L., CIA, F. Famílias de crianças com necessidades educacionais especiais: recursos e necessidades de apoio. *Revista Educação Especial*, v. 26, n. 46, maio/ago, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5379>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MAGALHAES, R.M. Mães Especiais da Maré: Trincheiras de resistência (s) no cuidado à pessoa com deficiência. Orientador: Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023.

ROSOSTOLATO, B. O homem cansado: uma breve leitura das masculinidades hegemônicas e a decadência patriarcal. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 29, n. 1, p. 57–70, Dez. 2018. DOI 10.35919/rbsh.v29i1.42. Disponível em: <<https://doi.org/10.35919/rbsh.v29i1.42>>. Acesso em: 26 jun. 2025.

ZANELLO, V. M. L. Saúde mental, Gênero e Dispositivos: cultura e processos de subjetivação. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.



MASCULINIDADES E AS DIFERENTES POLÍTICAS PÚBLICAS

No campo das políticas públicas, tanto no Brasil como em outros países, a masculinidade pouco tem sido considerada como marcador social legítimo para a formulação de ações estatais. Isso se deve, em grande medida, à tradição histórica de tratar o homem como sujeito universal das políticas, ou seja, como beneficiário presumido de benefícios, direitos, programas, projetos e serviços, sem que suas condições de gênero, raça, sexualidade ou classe sejam nomeadas ou problematizadas. No entanto, conforme a tônica que mobilizamos nesse material, os homens atravessam situações de vulnerabilidade concretas, relacionadas a temas sociais específicos. A produção acadêmica contemporânea, ancorada na interdisciplinaridade, tem contribuído para evidenciar que esses sujeitos — especialmente quando racializados, empobrecidos ou dissidentes das normas — não podem ser tomados exclusivamente como detentores de privilégios, mas como indivíduos impactados por desigualdades estruturais que implicam a adaptação governamental (Medrado, Lyra, 2008). Nessa direção, o desenvolvimento de iniciativas que considerem o recorte da(s) masculinidade(s) é urgente.

Incorporar o masculino como dimensão analítica das intervenções do Estado permite ampliar a compreensão das necessidades dessa população. Historicamente, o suposto universal masculino (o homem nunca como objeto e sempre como sujeito) ajudou a ocultar desigualdades existentes nas sociedades e a apagar os efeitos da masculinidade hegemônica na reprodução social. Na medida em que se evita nomear os homens como grupo marcado por expectativas, padrões e práticas, as políticas públicas se afastam da possibilidade de interferir nas dinâmicas estruturantes de diversos problemas. Tal omissão dos efeitos críticos da masculinidade repercute, por exemplo, no campo da saúde. Apenas em 2009 foi criada no Brasil a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) (ver tópico que aborda essa política), após anos de concentração de políticas no ciclo gestacional e reprodutivo feminino. Os homens, em geral, acessam menos os serviços de atenção básica, chegando aos serviços especializados em condições agravadas. Conforme levantamento do Instituto Lado a Lado pela Vida — um dos organizadores da campanha Novembro Azul, após entrevistar 1.800 homens de diferentes países latino-americanos —, chegou-se ao seguinte resultado: a taxa de homens que só procuram médico após os sintomas se tornarem insuportáveis é de 7 a cada 10 (EBC, 2021). A recusa em buscar ajuda, associada à ideia de autossuficiência e resiliência, é sintoma de socialização masculina, que valoriza o controle e o silêncio, mas que cobra seu preço em morbidades e mortalidades evitáveis (para aprofundamento, ver tópico que aborda a saúde do homem).

No campo da educação, as desigualdades de gênero afetam de maneira específica os meninos, que possuem maiores taxas de evasão e repetência com relação às meninas (INEP, 2025); dado que deve considerar igualmente os cruzamentos de raça e classe dos estudantes analisados pela amostra do Censo Escolar. A partir da adolescência, é provável que haja um crescimento da evasão escolar masculina, especialmente entre jovens periféricos, com impactos diretos sobre sua inserção futura no mundo do trabalho, bem como em seus níveis de renda. Ainda assim, pouco se discute sobre como a socialização da masculinidade, centrada na valorização da força, da indisciplina e da virilidade, colabora para a fragilização dos vínculos escolares. A ausência de políticas educativas que abordem a masculinidade de maneira crítica e transversal contribui para a reprodução de ciclos de exclusão, ao passo que também impede os meninos de elaborarem as suas identidades de modo crítico e respeitador da diversidade humana.

A violência, por sua vez, é talvez o campo mais evidente no qual a masculinidade deveria ser reconhecida como tema emergencial. Os dados do Atlas da Violência (IPEA/FBSP) mostram que os homens são a maioria absoluta tanto entre autores quanto entre vítimas de homicídios, com destaque para a juventude negra. Homens negros e pobres estão sobrerrepresentados nas estatísticas de mortes violentas, prisões e abordagens policiais, sendo seguido, em ordem decrescente, por homens brancos, mulheres negras e, só então, mulheres brancas (Ipea, 2025). Essas estatísticas não são apenas retrato do racismo estrutural, mas reverberam a própria forma como a masculinidade é construída no encontro com a raça (conforme abordado anteriormente). Embora com avanços — a exemplo do Estatuto da Igualdade Racial promulgado em 2010 e as ações afirmativas (que alcançam esse público) —, faltam políticas de cuidado e de prevenção voltadas para o segmento masculino, em especial o segmento masculino negro, o que contribui para sua estigmatização e criminalização.

A despeito da urgência desses temas, as iniciativas governamentais voltadas diretamente às masculinidades podem ser lidas como pontuais. A extensão da licença-paternidade é um caso que ilustra o caráter residual dessas ações ao permanecer restrita aos cinco dias previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), salvo exceções em instituições com programas específicos de parentalidade, o que torna a extensão dependente da voluntariedade de empresas e órgãos públicos e privados. Além disso, faltam dados a respeito dessa política na medida em que as instituições não têm sido obrigadas a fornecê-los (Barbosa *et al*, 2025).

Com a aprovação prévia do Projeto de Lei 3773 de 2023⁸, há um movimento legislativo para ampliação desse tempo para 60 dias, com o período de 30 dias a valer nos primeiros dois anos de vigência da norma. O atual tempo reduzido da licença reforça a ideia de que os cuidados infantis são responsabilidade das mulheres e impede que os homens desenvolvam, desde o início da vida dos filhos, vínculos afetivos e práticas cotidianas de interação. A precariedade dessa política, por sua vez, é indicativa da dificuldade do Estado em deslocar o olhar tradicional sobre os papéis de gênero e direcioná-lo para a arena da corresponsabilidade, ainda que com a aprovação recente da Política Nacional de Cuidados pelo Congresso Nacional (Lei 15.069/2024) (Brasil, 2024).

Na lacuna deixada pelo poder público, a sociedade civil tem desempenhado protagonismo na construção de diagnósticos, campanhas e metodologias de intervenção com homens. O Instituto Promundo, criado no Brasil no ano de 1997, tem sido uma das organizações pioneiras nesse campo. Atuando com base na promoção da equidade de gênero e nos direitos humanos, suas iniciativas, como a Metodologia H, têm sido disseminadas globalmente como referência de trabalho com homens jovens, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidades. Portanto, a H e outras metodologias do Promundo (P e M) demonstram que é possível construir com os homens espaços de reflexão crítica sobre os privilégios masculinos, os custos pessoais da virilidade, bem como alternativas para a construção de comportamentos não violentos e de cuidado; sem, com isso, ser visto como um homem “menor” ou mais “fraco”.

Nessa direção, para além das políticas sociais clássicas, homens demandam espaços de apoio emocional, possibilidades de reelaboração de afetos, bem como medidas para a desconstrução de expectativas rígidas sobre seu desempenho de gênero. Medidas governamentais que incentivam modelos de masculinidade mais positivos e plurais podem contribuir para o enfrentamento de estereótipos, promover comportamentos mais saudáveis e melhorar as relações dos homens consigo mesmos e com os demais grupos sociais (em especial as mulheres). A ampliação da Licença Paternidade, como política de corresponsabilidade familiar, é um exemplo de iniciativa que favorece a presença afetiva dos homens na vida das crianças e é capaz de fortalecer os vínculos familiares. Da mesma forma, políticas voltadas à saúde mental dos homens, que devem ser consideradas no interior do Sistema Único de Saúde (SUS), são centrais para reduzir o estigma em torno da busca por ajuda terapêutica. Outro exemplo são os grupos reflexivos com homens

autores de violência, previstos na Lei Maria da Penha (11.340/2006), que objetivam à transformação de normas de gênero violentas.



Fora do Brasil, projetos como os Grupos de Novas Masculinidades, promovidos pela Prefeitura de Barcelona¹⁸, na Espanha, apontam caminhos possíveis de engajamento estatal na promoção de masculinidades equitativas e comprometidas com a justiça de gênero. Outra demonstração tem ocorrido na Suécia, país que tem se destacado por políticas de igualdade de gênero com enfoque explícito no papel dos homens. Por meio da Swedish Gender Equality Agency²⁰, o governo sueco desenvolve ações que incluem os homens na promoção da equidade, com campanhas educativas, capacitações institucionais e programas voltados à paternidade ativa e à prevenção da violência de gênero. O modelo sueco parte do princípio de que a igualdade só será efetiva quando os homens forem responsabilizados pela transformação social e, por isso, integra a discussão de masculinidades em diferentes áreas institucionais por meio de financiamento público. Ainda que uma política nacional integral para as masculinidades demonstre ser ausente na maior parte do mundo, tais experiências localizadas expõem a viabilidade técnica

18 Site oficial da iniciativa ligada à Prefeitura da Barcelona: Plural, Centro de Masculinidades | Mujeres y feminismos | Ayuntamiento de Barcelona

19 Site oficial do órgão governamental sueco: [Swedish Gender Equality Agency - Government.se](https://www.government.se/en/swedish-gender-equality-agency)

e política de articular os dramas dos homens a outras agendas estratégicas, como educação para a paz, promoção da educação e da saúde e valorização dos direitos humanos.

Frente ao que foi discutido até aqui, surge uma contradição. Apesar de ocupar os postos mais altos do Estado, o homem, sobretudo o branco, tem permanecido como sujeito sem marca. Essa ausência de nomeação impede que as políticas públicas sejam capazes de intervir criticamente nas configurações de masculinidade que produzem danos, os quais vão do nível individual ao nível coletivo. É como se a hegemonia masculina no aparato estatal criasse uma blindagem simbólica que dificulta o reconhecimento das masculinidades como dimensões que demandam elaboração e intervenção política. O resultado tem sido um vácuo institucional em que os próprios homens, mesmo estando no centro da estrutura de poder, não aparecem como alvos legítimos de ações afirmativas ou de cuidado, salvo quando se tornam problema penal, policial ou patológico. Atingir a esse público prioritariamente só é possível atualmente por meio de iniciativas onde são considerados indiretamente — ou seja, via outros marcadores.

Logo, a lógica masculina dominante tende a reproduzir dentro da máquina pública o mesmo silenciamento das emoções, o mesmo culto à racionalidade instrumental e a mesma negação da fragilidade — valores que dificultam a construção de uma política sensível à sua realidade. Mesmo em áreas como assistência social e combate à pobreza (materializada no Brasil por meio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS), nas quais há maior presença de agentes mulheres, a ausência de uma abordagem progressista sobre o masculino, considerado enquanto categoria estruturante da exclusão, se mantém. A permanência dessa lacuna reforça a ideia de que o sofrimento dos homens deve ser vivido sem fazer barulho, como se a dor fosse incompatível com o desempenho viril que lhes é exigido; percepção que tem sido contestada a partir da instituição dos estudos sobre os homens (Grossi, 2004).

Diante da ausência de uma política nacional das masculinidades (nome para possível medida futura que venha a alcançar esse campo), a Metodologia H se apresenta como estratégia de intervenção possível para alcançar os modos de ser homem nos territórios, juntamente aos seus dilemas. Tal proposta permite que os homens sejam convocados à reflexão sobre seus papéis sociais, suas vulnerabilidades e responsabilidades. Ao partir da premissa de que a masculinidade não

é neutra nem universal, mas atravessada por hierarquias e disparidades, nossa proposta também contribui para preencher as lacunas deixadas pelas políticas públicas tradicionais, tensionando a lógica que mantém os homens como sujeitos sem nome para o Estado. Diante disso, são oferecidos subsídios para a construção de práticas profissionais voltadas à transformação das normas de gênero; normas essas que têm sido uma preocupação para parte dos atores governamentais, não governamentais e dos movimentos sociais que buscam construir vivências menos opressoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Ana Luiza et al. Dados sobre a falta de dados da licença-paternidade no Brasil. Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, Brasília, n. 79, p. 221–239, abr. 2025. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/17265/1/BMT_79_Dossie_A2.pdf. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Lei 15.069, de 23 de dezembro de 2024. Disponível em: [L15069](#). Acesso em: 12/06/2025.

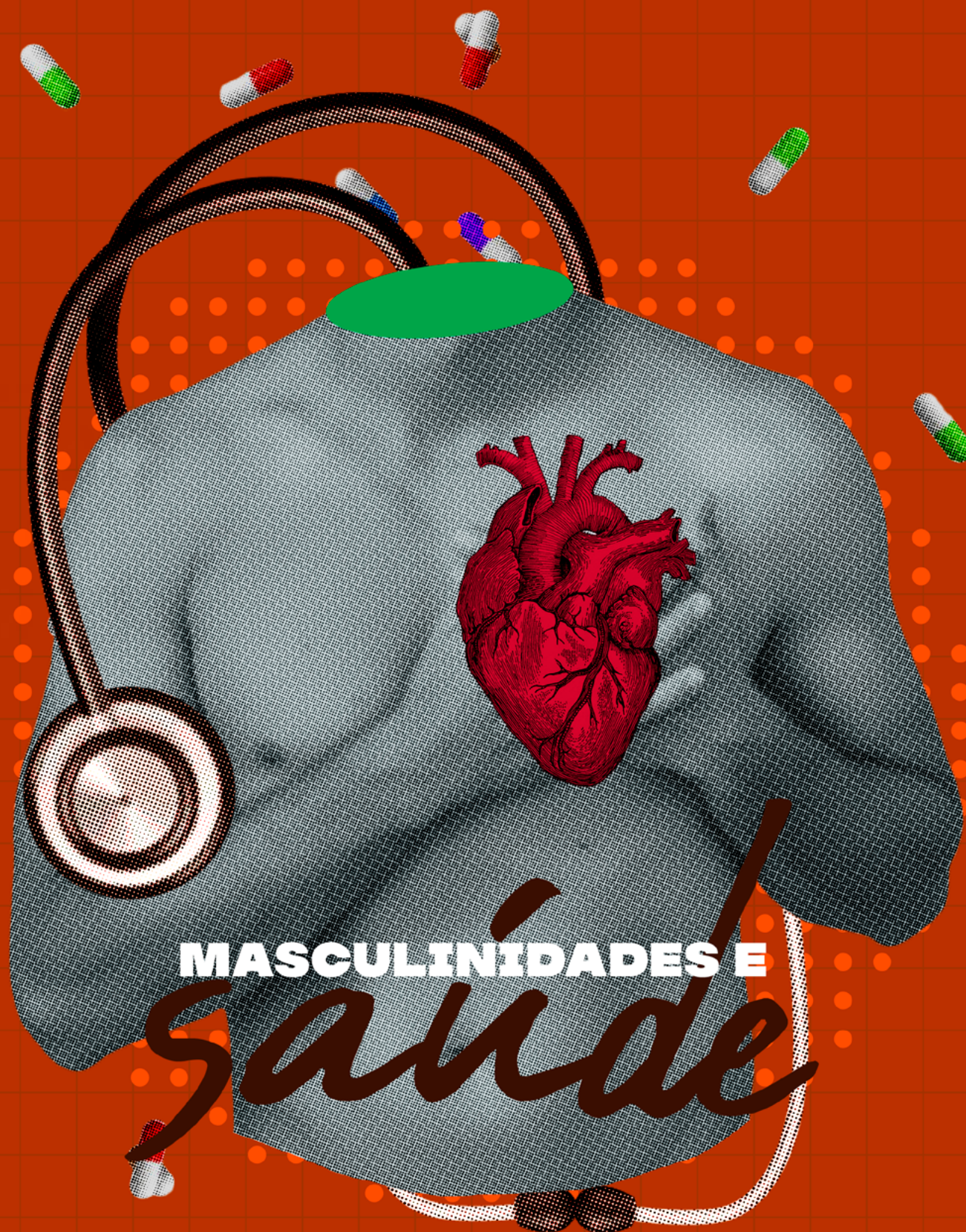
EBC. [62% dos homens no Brasil só vão ao médico após sintoma insuportável | Radioagência Nacional](#). Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjLqev2t-yNAXUFJLkGHcRiEhYQFnoECBIQAQ&url=https%3A%2F%2Fagenciabrasil.ebc.com.br%2Fradioagencia-nacional%2Fsaude%2Faudio%2F2021-10%2F-62-dos-homens-no-brasil-so-vao-ao-medico-apos-sintoma-insuportavel&usg=AOvVaw23410it-D3L_yi4RLYi66C&opi=89978449. Acesso em: 12/06/2025.

GROSSI, Miriam. Masculinidades Uma Revisão Teórica. Antropologia em primeira mão, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2004.

IPEA. Atlas da Violência 2025. Disponível em: [Ipea - Atlas da Violência v.2.8 - Atlas da Violência 2025](#). Acesso em: 14/06/2025.

MEDRADO, Benedito. LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista e de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. Estudos Feministas, Florianópolis, 16 (3): 424, setembro-dezembro/2008.

SENADO FEDERAL. Projeto de Lei 3.773, de 2023. Disponível em: [PL 3773/2023 - Senado Federal](#). Acesso em: 12/06/2025.



MASCULINIDADES E

Saúde

Enquanto campo de conhecimento científico e de práticas em saúde, a articulação entre as temáticas de gênero e saúde ainda se encontra em processo de consolidação e desenvolvimento. Inicialmente, essa abordagem esteve fortemente centrada na saúde sexual e reprodutiva das mulheres, refletindo uma preocupação legítima com as desigualdades históricas de acesso e atenção à saúde feminina.

No âmbito da produção científica, os primeiros estudos voltados à relação entre homens e saúde surgiram nos Estados Unidos, concentrando-se nas disparidades entre os indicadores de morbidade e mortalidade de homens e mulheres — sendo os homens, em geral, os mais desfavorecidos. Esses achados, no entanto, provocaram questionamentos à época, pois pareciam contraditórios: embora os homens ocupassem posições de privilégio na estrutura social patriarcal, apresentavam piores condições de saúde e maiores taxas de adoecimento e mortalidade em todas as faixas etárias e classes socioeconômicas.

Essa aparente contradição impulsionou o debate sobre como as construções sociais de gênero — especialmente os modelos tradicionais de masculinidade — influenciam negativamente os comportamentos de saúde dos homens, expondo-os a maiores riscos e dificultando o acesso e a adesão aos cuidados preventivos e terapêuticos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que os modelos tradicionais de masculinidade contribuem para a adoção de comportamentos de risco, negligência com o autocuidado e desatenção à própria saúde física e mental. Esses fatores impactam negativamente a longevidade dos homens e aumentam a exposição de mulheres e crianças à violência. A OMS também destaca que, nas Américas, um em cada cinco homens não chega a completar 50 anos de idade (OPAS, 2019).

De modo geral, o autocuidado, a valorização da saúde corporal e o cuidado com os outros são temas historicamente atribuídos às mulheres no processo de socialização. Aos homens, por outro lado, é atribuído o papel de suportar naturalmente a dor e a doença, envolver-se em práticas sexuais arriscadas, ignorar os sinais do próprio corpo e resolver conflitos com agressividade. Essas atitudes estão relacionadas a uma maior incidência de mortes masculinas por doenças cardiovasculares e causas externas (Schraiber; Gomes; Couto, 2005).

Destaca-se que os padrões tradicionais de masculinidade tendem a associar atitudes de cuidado e busca por apoio a sinais de fraqueza ou vulnerabilidade (Rossolatto, 2018). Homens que aderem a essas normas mais rígidas tendem a acessar com menor frequência os serviços de saúde (Wong, 2017; Albuquerque, 2023).

Dados recentes (Saúde-Brasil 2020-2021) revelam uma tendência persistente de maior mortalidade prematura (entre 30 e 69 anos) entre os homens, especialmente devido às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), com destaque para as doenças cardiovasculares, doenças respiratórias crônicas, neoplasias e diabetes mellitus.

Esses quatro principais grupos de DCNT foram responsáveis por 55% do total de óbitos no Brasil. Em todos eles, os homens apresentaram maior risco de morte em comparação com as mulheres, sendo esse risco particularmente elevado nos casos de doenças cardiovasculares e respiratórias crônicas — entre 40% e 50% superior. Esse cenário é agravado por fatores como o consumo nocivo de álcool, hipertensão arterial, índice de massa corporal elevado, alimentação inadequada e estilos de vida pouco saudáveis (Brasil, 2023).

Estudos sobre masculinidades e saúde indicam que as expectativas sociais atribuídas ao papel masculino — marcadas por uma suposta invulnerabilidade e pelo afastamento de práticas de autocuidado — contribuem significativamente para o desenvolvimento de DCNT, dependências químicas e outros comportamentos de risco, como dietas hipercalóricas e o uso de álcool e tabaco (Brasil, 2023).

Além disso, homens tendem a procurar menos os serviços de saúde: realizam, em média, menos consultas médicas por ano do que as mulheres e utilizam com menor frequência os serviços da Atenção Primária à Saúde (APS). Como consequência, apresentam maior prevalência de morbimortalidade por DCNT (Schraiber et al., 2010).

Outro indicador relevante é o maior percentual de internações por causas sensíveis à atenção primária entre a população masculina, o que reforça a ideia de que os homens frequentemente acessam os serviços de saúde apenas em estágios mais avançados da doença, geralmente em situações de emergência, urgência ou quando o quadro clínico já exige atendimento especializado (Brasil, 2021).

Esses padrões de comportamento estão fortemente associados aos modelos tradicionais de masculinidade, que moldam o modo como muitos homens compreendem e vivenciam o cuidado com a própria saúde, dificultando o acesso precoce e preventivo aos serviços de saúde e favorecendo a adoção de práticas de risco.

Além disso, a elevada mortalidade por homicídios entre homens jovens também está diretamente associada a construções sociais de masculinidade que

valorizam comportamentos como agressividade, impulsividade e a resolução de conflitos por meio da força. Essas normas de gênero incentivam o envolvimento masculino em situações de violência — como autores ou como vítimas — e reforçam práticas de afirmação viril por meio do enfrentamento físico, da dominação e da negação do medo.

Paralelamente, a maior frequência de suicídios entre os homens indica a presença de um sofrimento psíquico profundo, geralmente vivido de forma silenciosa e solitária. Isso se deve, em grande medida, à dificuldade de expressar emoções e reconhecer fragilidades — características incompatíveis com os ideais tradicionais de masculinidade. Muitos homens, ao se depararem com angústias emocionais, optam pelo isolamento e pela resistência em buscar ajuda, inclusive junto a profissionais de saúde mental.

Esses indicadores alarmantes — homicídios e suicídios — refletem o impacto negativo que os modelos normativos de masculinidade exercem sobre a saúde masculina. Estudos apontam que os homens, em geral, enfrentam maiores barreiras para reconhecer a própria vulnerabilidade, cuidar da saúde de forma preventiva e recorrer a serviços de atenção, o que compromete significativamente seu bem-estar físico e emocional (Courtenay, 2000; Pinheiro et al., 2002; Schraiber, Gomes e Couto, 2005; Redondo-Sendino et al., 2006; Medrado, Lyra e Azevedo, 2011).

Essas dificuldades, percebidas por profissionais da saúde e pela sociedade em geral, revelam a urgência de problematizar as formas hegemônicas de masculinidade que naturalizam o silêncio diante do sofrimento, reforçam comportamentos de risco e contribuem para a perpetuação de ciclos de violência e adoecimentos crônicos.

Como demonstram os dados apresentados, a masculinidade hegemônica está diretamente associada à adoção de comportamentos prejudiciais à saúde ao favorecer a exposição a importantes fatores de risco. Tal lógica contribui para o aumento da vulnerabilidade dos homens frente ao adoecimento e à mortalidade (Schraiber; Gomes; Couto, 2005).

De acordo com Couto e Schraiber (2005), diversos estudos apontam que os homens sofrem pressões sociais mais intensas para corresponder às normas de gênero impostas pela sociedade. Essa normatização das masculinidades dá origem a formas rigidamente construídas de ser homem que, embora ocupem posições de dominação nas relações de gênero, também geram sofrimento. Isso ocorre porque

tais exigências sociais os impulsionam a se arriscar mais, o que resulta em uma menor preocupação com o cuidado de si (Couto; Schraiber, 2005).

Outros estudos mais recentes (Albuquerque, 2023) acrescentam que os homens tendem a negar a dor e evitam o contato com o próprio sofrimento, expressando um comportamento marcado por sentimentos de autoproteção e invulnerabilidade. Esse padrão se traduz no controle rígido das emoções e do corpo, dificultando a percepção e o reconhecimento dos próprios processos físicos e psíquicos.

Esse modelo de masculinidade também se sustenta na oposição ao feminino, alimentado por uma misoginia que rejeita qualquer traço associado à feminilidade. Essa construção simbólica provoca o distanciamento dos homens de práticas de cuidado e contribui para o agravamento de sua saúde (Zanello; Fiuza; Costa, 2015).

No que diz respeito às práticas de saúde, quando esses elementos — como virilidade, força e centralidade do trabalho — são associados às subjetividades masculinas, torna-se possível compreender, e até justificar, as elevadas taxas de mortalidade entre os homens em todas as faixas etárias. Isso se expressa, inclusive, em uma sobremortalidade masculina para quase todas as causas (Couto; Schraiber, 2005). Em outras palavras, os processos de socialização e de afirmação da masculinidade geram, de forma inequívoca, desvantagens em termos de saúde (Schraiber; Gomes; Couto, 2005), demonstrando como as construções de gênero interferem nos padrões de morbimortalidade de homens e mulheres.

Assim, segundo Couto e Schraiber (2005), a negligência com o próprio corpo e com a saúde está intrinsecamente ligada à ideia de que o exercício da masculinidade implica assumir riscos, não apenas para a saúde dos próprios homens, mas também para a de suas parceiras, filhos e familiares.

Diante desse cenário, estudos científicos reforçam a importância de promover a aproximação dos homens às práticas de cuidado — de si e dos outros — como estratégia fundamental para a promoção da saúde e a prevenção de doenças. Isso inclui romper com os padrões hegemônicos de masculinidade, que inibem o autocuidado e dificultam o acesso aos serviços de saúde. Autores como Gomes et al. (2007), Schraiber et al. (2005) e Lyra et al. (2014) defendem que repensar as masculinidades em direção a modelos mais plurais e menos normativos pode contribuir para a construção de uma nova relação dos homens com o cuidado,

promovendo não apenas maior qualidade de vida para si, mas também impactos positivos nas relações familiares, comunitárias e sociais.

É fundamental manter o incentivo ao autocuidado e promover novas formas de vivenciar a masculinidade, desconstruindo os tabus que ainda associam o cuidado com a saúde a uma suposta fragilidade ou à ideia de ser “menos homem”. Estimular o reconhecimento das emoções, o rompimento com os silêncios historicamente impostos e a participação ativa dos homens nos serviços de saúde é essencial para que eles assumam o protagonismo sobre seu bem-estar físico, mental e emocional.

Nesse sentido, é imprescindível que as políticas públicas voltadas para a saúde dos homens incorporem uma abordagem que considere as questões de gênero e os modos de socialização masculina. É necessário problematizar o processo sócio-histórico de tornar-se homem, pois ele está intimamente relacionado a situações de violência, maior exposição a riscos, adoecimentos e múltiplas vulnerabilidades entre a população masculina.

Dessa forma, convida-se à reflexão crítica sobre os padrões de masculinidade hegemônicos, com o objetivo de transformá-los em direção a modelos mais saudáveis, equitativos e promotores de cuidado — de si e dos outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (ABNT)

ALBUQUERQUE, Fernando Pessoa de. *Sufrimento mental e gênero: os homens e o cuidado na rede de atenção psicossocial*. 2020. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde Brasil 2020/2021: uma análise da situação de saúde com enfoque nas doenças crônicas e na pandemia de Covid-19*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023.

COUTO, Márcia Thereza; SCHRAIBER, Lilia Blima. Homens, saúde e violência: novas questões de gênero no campo da Saúde Coletiva. In: MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JUNIOR, C. E. A. (org.). *Críticas e atuantes: Ciências Sociais e Humanas em Saúde na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 687–706.

COURTENAY, W. H. Constructions of masculinity and their influence on men’s well-being: a theory of gender and health. *Social Science & Medicine*, England, v. 50, n. 10, p. 1385–1401, 2000.

GOMES, Romeu; NASCIMENTO, Erick; ARAÚJO, Francisco George. Homens e masculinidades na saúde: perspectivas para a atenção primária. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 281–293, 2007.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge; AZEVEDO, Mariana. Homens e masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas. Recife: Instituto Papai, 2011.

REDONDO-SENDINO, A.; GUERRA, M.; RODRÍGUEZ-ARTALEJO, F. Gender differences in the utilization of health-care services among the older adult population of Spain. *BMC Public Health*, v. 6, p. 155, 2006.

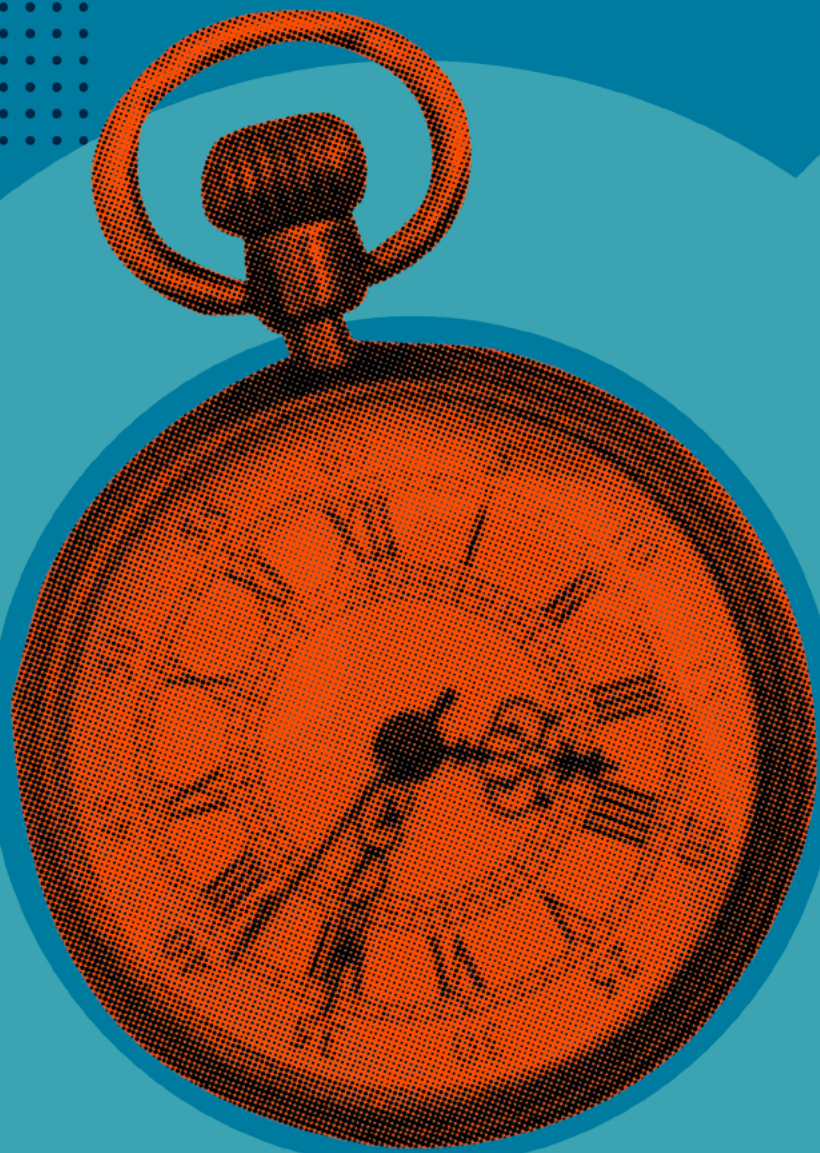
ROSOSTOLATO, Hélio. *Masculinidades no plural: um estudo com homens jovens na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.

SCHRAIBER, Lilia Blima; GOMES, Romeu; COUTO, Márcia Thereza. Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 1, p. 7–17, 2005.

SCHRAIBER, Lilia Blima et al. Necessidades de saúde e masculinidades: atenção primária no cuidado aos homens. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 5, p. 961–970, 2010.

WONG, Y. Joel et al. Meta-analyses of the relationship between conformity to masculine norms and mental health-related outcomes. *Journal of Counseling Psychology*, v. 64, n. 1, p. 80–93, 2017.

ZANELLO, Valeska M. Loyola; FIUZA, H. Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 27, n. 3, p. 238–246, 2015.



MASCULINIDADES,
PROGRAMA H E A PNAISH

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (Pnaish), instituída pela Portaria GM/MS nº 1.944, de 27 de agosto de 2009, tem como objetivo geral promover a melhoria das condições de saúde da população masculina do Brasil, contribuindo, de modo efetivo, para a redução da morbidade e mortalidade, por meio do enfrentamento racional dos fatores de risco e da facilitação do acesso às ações e aos serviços de assistência integral à saúde (Brasil, 2009). Em 28 de agosto de 2024, a Pnaish completou 15 anos de existência, sendo o Brasil o único país da América Latina a contar com uma política pública voltada exclusivamente para a saúde integral dos homens (Medrado *et al.*, 2024).

É a partir da perspectiva de gênero que a Pnaish reconhece que tanto homens quanto mulheres devem ser acolhidos com respeito às suas singularidades e diversidades (Gomes *et al.*, 2011). A política busca desenvolver estratégias específicas, reconhecendo a Atenção Primária à Saúde (APS) como porta de entrada prioritária e ordenadora do cuidado para com a população masculina. O Ministério da Saúde, por meio da Coordenação de Atenção à Saúde do Homem (Cosah), em articulação com estados e municípios, elabora e executa estratégias que visam desconstruir estigmas e fortalecer a implementação da supracitada política, repensando a relação entre masculinidade e cuidado, além de qualificar campanhas e ações com abordagem integral à saúde dos homens.

A Pnaish se estabeleceu mediante um recorte estratégico da população masculina na faixa etária de 20 a 59 anos. Entretanto, é essencial que se considerem todos os cursos de vida da população masculina e suas especificidades. Para atingir seus objetivos, a política se estrutura a partir de cinco eixos temáticos: acesso e acolhimento; a saúde sexual e reprodutiva; paternidade e cuidado; doenças prevalentes na população masculina e prevenção de violências e acidentes.

O eixo de acesso e acolhimento é considerado estratégico, pois, além de ser transversal a todos os outros eixos, demanda uma compreensão dos fatores que favorecem ou dificultam a procura dos homens pelos serviços de saúde e pelas ações de autocuidado. Os homens enfrentam diversas barreiras para acessar a APS e as unidades de saúde, que vão desde obstáculos socioculturais até questões relacionadas às suas rotinas laborais, as quais devem ser contextualizadas a partir da própria socialização masculina em uma cultura patriarcal, que impacta diretamente o cuidado e o autocuidado masculino (Leal *et al.*, 2023).

A baixa adesão dos homens aos serviços de saúde pode ser explicada por diversos fatores. O ato de cuidar de si e do próximo não faz parte da socialização

masculina, compreendendo a agenda de cuidados como atributo exclusivamente feminino (Schraiber; Gomes; Couto, 2005). Valores associados à invulnerabilidade, força e virilidade são atributos vinculados ao imaginário do ser masculino, incompatíveis com a demonstração de sinais de fraqueza, medo, ansiedade e insegurança, o que resulta em uma menor procura pelos serviços de saúde (Gomes; Nascimento; Araujo, 2007).

As equipes e os profissionais de saúde podem planejar ações que ampliem o acesso e acolhimento, melhorando a comunicação com os próprios homens e qualificando o cuidado nos territórios onde atuam. Como exemplo prático, destaca-se a possibilidade de realizar buscas ativas dos homens nos territórios de abrangência das unidades de saúde, identificando espaços com grande concentração da população masculina para a realização de ações, como praças, bares, igrejas, barbearias, canteiros de obras, locais de lazer, entre outros. Outro ponto importante é a possibilidade de repensar os ambientes das unidades de saúde, muitas vezes estruturados com foco no público materno-infantil e com poucas imagens que remetem a figuras masculinas. Também é possível, por exemplo, considerar horários estendidos e a abertura dos serviços de saúde aos fins de semana como estratégias para ampliar o acesso do público masculino.

É importante refletir se a ausência dos homens nos serviços de saúde se deve exclusivamente à sua falta de interesse ou se também deve ser considerada a sua invisibilização e pela sua não efetiva valorização como sujeitos de direito (Gomes *et al.*, 2011). O acolhimento aos homens deve considerar a diversidade e os marcadores sociais que atravessam as distintas formas do exercício das masculinidades. Algumas pesquisas sinalizaram que homens negros já relataram episódios de racismo e discriminação ao buscar atendimentos nos serviços de saúde. Homens indígenas, por sua vez, mencionaram sentimentos de constrangimento diante do estranhamento dos profissionais frente às suas pinturas corporais (Medrado *et al.*, 2024). Homens trans frequentemente relatam dificuldades no uso do nome social, além de episódios de transfobia e travestifobia dentro das unidades de saúde (Roccon *et al.*, 2016).

Em contrapartida, é necessário contextualizar que muitos profissionais de saúde, em especial devido às diretrizes curriculares dos seus cursos de formação, têm pouco letramento em conceitos relacionados a gênero, além de estarem frequentemente sobrecarregados com múltiplas demandas, e carecem de qualificação adequada para implementar as ações previstas na Pnaish em seus terri-

tórios. Por isso, é fundamental investir em processos contínuos de qualificação e sensibilização das equipes, com foco em estratégias que combatam estigmas e preconceitos e que fortaleçam boas práticas adaptadas à realidade dos territórios (Araújo *et al.*, 2014).

Frequentemente, as ações destinadas à agenda da saúde do homem e à própria Pnaish se restringem a iniciativas pontuais e episódicas, concentradas em períodos específicos, como os meses de Agosto (Mês de Valorização da Paternidade) e Novembro (Campanha *Novembro Azul* — Prevenção ao Câncer de Próstata). Embora importantes, essas estratégias não devem ser as únicas. A campanha do *Novembro Azul*, apesar de sua importância e visibilidade, ainda tende a reduzir a atenção à saúde masculina à prevenção do câncer de próstata, o que limita a visão integral da saúde do homem. É necessário compreender a integralidade como um dos atributos da APS e um dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS), visando a garantia de uma abordagem que contemple todas as dimensões das masculinidades envolvidas, incluindo aspectos históricos, culturais e sociais.

O dossiê sobre os 15 anos de implementação da PNAISH, produzido pelo Ministério da Saúde em parceria com a Revista Científica Interface, evidencia fragilidades na execução da política no âmbito do SUS, como a escassez de recursos, a debilidade nas estratégias de capacitação dos profissionais e a carência de uma articulação mais efetiva com outras políticas de saúde, especialmente aquelas que tratam de questões transversais como raça, classe social, sexualidade e identidade de gênero. Ao mesmo tempo, o documento aponta possíveis caminhos para o fortalecimento da saúde do homem, fundamentados em evidências de práticas inovadoras e sensíveis às especificidades do público masculino.

A Carta do Recife é um exemplo dessas novas propostas, tratando-se de um documento coletivo construído pelos participantes do Seminário Nacional e Internacional Paternidade e Cuidado, realizado em agosto de 2023, em Recife, sob coordenação da Coordenação de Atenção à Saúde do Homem do Ministério da Saúde e do Grupo de estudos sobre gênero e masculinidades da UFPE. A carta reúne reflexões e proposições em defesa do fortalecimento de uma política pública de atenção integral à saúde dos homens, com ênfase na promoção da paternidade e do cuidado. Fundamentada nos princípios do SUS — universalidade, integralidade e equidade — e orientada pela justiça social e pela equidade de gênero, a carta propõe o reconhecimento das diversas formas de exercer a paternidade, incluindo

pais cis e trans, adolescentes, homens com deficiência ou em diferentes arranjos familiares. A carta também convoca o Estado, empresas, instituições e a sociedade em geral a compartilharem a responsabilidade pela transformação das práticas de cuidado e pela promoção de uma nova cultura de masculinidades baseadas no respeito, no afeto, corresponsabilidade e na equidade de gênero.

Além disso, novas produções internacionais sobre saúde dos homens (White et al., 2023) têm elucidado que podemos aprender com os países sul-americanos — que substituíram uma definição puramente material de desenvolvimento por uma ideia mais ampla de *buen vivir* ou bem-viver, como tem sido defendido pelos povos indígenas brasileiros, com comunidades que reconhecem direitos à Terra, aos rios e aos humanos. A concepção de bem-viver também tem colaborado para começarmos a definir a saúde masculina de uma maneira mais coletiva e ecológica.

Diante disso, é essencial implementar estratégias qualificadas para o trabalho com homens que levem em conta as barreiras institucionais e os padrões culturais associados aos modelos tradicionais de masculinidade em nossa sociedade. Nesse contexto, o Programa H estimula reflexões sobre as normas tradicionais de masculinidade e busca promover atitudes equitativas de gênero. Criado em 2002, em parceria com instituições de renome (como o Instituto Papai, ECOS e Salud y Género), o Programa H já foi adaptado em mais de 20 países.

A proposta se baseia em diversas pesquisas realizadas com homens jovens no Brasil que apresentavam atitudes equitativas de gênero, as quais revelaram que tais atitudes foram influenciadas pela presença de pares que apoiavam a igualdade de gênero, experiências pessoais positivas associadas à equidade e a existência de modelos masculinos positivos.

O Programa H fortalece a implementação da Pnaish e amplia o alcance das ações voltadas à saúde do homem em todo o território nacional ao promover o autocuidado e fomentar metodologias ativas de acolhimento e escuta voltadas aos homens, respeitando as masculinidades e todas as formas de ser homem na sociedade, independentemente de raça, etnia, orientação sexual, faixa etária, entre outros marcadores. Espera-se que profissionais, pesquisadores, representantes da sociedade civil e homens aliados possam se instrumentalizar e multiplicar ações em busca de uma sociedade mais justa e igualitária, reforçando a importância da inserção dos homens nas agendas de cuidado e equidade de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, M.G.; LIMA, G.A.F.; HOLANDA, C.S.M.; CARVALHO, J.B.L.; SALES, L.K.O. Opinião de profissionais sobre a efetivação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. *Esc Anna Nery [Internet]*, 18(4):682–9, out. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/nTBRdkK7NPtcgYQKPD6scmR/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Perfil da Morbimortalidade Masculina no Brasil. 1ª edição, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/perfil_morbimortalidade_masculina_brasil.pdf. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes [Internet]. Brasília/DF; 2009. 94 p.

BRASIL, SEMINÁRIO NACIONAL E INTERNACIONAL PATERNIDADE E CUIDADO, 2023, Recife. *Carta do Recife: por uma política pública de atenção integral aos homens na saúde para promoção da paternidade e do cuidado no Brasil*. Recife: COSAH; GEMA/UFPE, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-do-homem/publicacoes/carta-do-recife-2023/view>

GOMES, R.; MOREIRA, M. C. N.; NASCIMENTO, E. F.; REBELLO, L. E. F.; COUTO, M. T.; SCHRAIBER, L. B. Os homens não vêm! Ausência e/ou invisibilidade masculina na atenção primária. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16, 983–992, abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vHv7XkBsxZqZ8Jm4RCDGhrf/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2025.

GOMES, R.; NASCIMENTO, E. F.; ARAUJO, F. C. Por que os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com ensino superior. *Cadernos De Saúde Pública*, 23 (3), 565–574, mar. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/rQC6QzHKh9R-CH5C7zLWNMvJ/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2025.

LEAL, M J.F.S., OLIVEIRA, B.R.G., ALEXANDRE, B.K.F.S., BRAGA, K.L., SEABRA, C.A.M., FEITOSA, A.N.A. A Baixa Adesão dos Homens aos Serviços da Estratégia Saúde da Família. *Revista Interdisciplinar em Saúde, Cajazeiras*, 10 (único): 85-100, 2023. Disponível em: https://www.interdisciplinaremsaude.com.br/Volume_31/Trabalho_08_2023.pdf. Acesso em: 28 jun. 2025.

MEDRADO, B.; LURA, J.; ALVARENGA, E. C.; LIMA, M. L. C. Análise da implementação da política nacional de atenção integral à saúde do homem em território amazônico. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 29, e240372, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/dvJfB73NcVmTTkzLkgCy44f/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2025.

ROCON, P. C.; RODRIGUES, A.; ZAMBONI, J., PEDRINI, M. D. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(8), 2517–2526, ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/zGJyVq-Q6WGjygRzLqfd8vRD/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2025.

SCHRAIBER, L. B.; GOMES, R.; COUTO, M. T. Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 7–17, mar. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Tdb9VxVyHcTjZ6PskNpBntL/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2025.



MASCULINIDADE
e sexualidade

A inserção dos homens no debate sobre temas relacionados à saúde sexual e reprodutiva deve começar desde a primeira infância, apresentando aos meninos e jovens as diversas possibilidades de vivenciar a sexualidade de forma saudável. Diálogos sobre respeito, afeto, prazer e consentimento precisam ser desvinculados de tabus, desmistificando preconceitos e afastando a sexualidade masculina da culpa, do medo, da vergonha ou da coerção. Essa inclusão deve ocorrer de maneira ampla, considerando a pluralidade de formas de ser homem na sociedade.

Historicamente, a busca por cuidado e autocuidado não tem feito parte do processo de socialização masculina. Aos homens, é comumente atribuído o papel de resistência à dor, o silenciamento das emoções, o estímulo ao envolvimento em práticas sexuais de risco e a resolução de conflitos por meio da agressividade e da violência. É possível afirmar que existe uma pedagogia das emoções que direciona o funcionamento psíquico dos homens a valorizar o controle e o silenciamento emocional, atribuindo um sentido negativo ao ato de se emocionar, chorar ou demonstrar sofrimento — comportamentos considerados sinais de fraqueza e impotência, que um “homem de verdade” sentiria vergonha de vivenciar ou expressar (Albuquerque, 2023).

A imposição para que os indivíduos se adequem a essa lógica de subordinação e violência se concretiza por meio de um conjunto diverso de práticas, o que a autora Valeska Zanello define como a formulação de um “dispositivo”. No caso dos homens, o “dispositivo da eficácia” é estruturado a partir de dois pilares centrais: a virilidade laborativa e a virilidade sexual. A primeira se expressa na lógica patriarcal, a partir da exigência de ser trabalhador e provedor, buscando o acúmulo de bens materiais e o reconhecimento social como sinais de sucesso. Já a segunda está vinculada a lógica do *viriliarcado* — a partir da performance sexual —, medida por critérios como a duração, o tamanho e a rigidez da ereção, além da frequência e do número de relações consideradas “ativas”. Essas dimensões tornam-se determinantes para posicionar o homem em escalas de maior ou menor prestígio dentro das hierarquias das masculinidades (Barral; Zanello, 2018).

No processo de socialização masculina — muitas vezes conduzido entre pares e reforçado no ambiente familiar — desenvolve-se uma trajetória de transformação que leva os meninos a se tornarem “homens feitos”. Esse processo envolve validações constantes entre os próprios homens, podendo ser compreendido como a entrada na chamada “casa dos homens”: um espaço simbólico marcado

por uma rígida hierarquia de valores e opressões internas (Welzer-Lang, 2001). Trata-se de um sistema que privilegia a masculinidade hegemônica, considerada o modo mais “honrado” de ser homem na sociedade.

Nesse contexto, práticas entre os meninos — como disputas sobre quem se masturba mais, quem urina mais longe, o consumo coletivo de pornografia e a participação em jogos ou compartilhamento de conteúdos que sexualizam o corpo feminino — são exemplos concretos de como se constrói, nessa “casa”, um modelo de sexualidade masculina. Esses rituais ocorrem em diversos espaços — escolas, condomínios, ambientes virtuais, domicílios, praças — e envolvem a presença e circulação de homens de diferentes faixas etárias. Os mais velhos, já iniciados nesse sistema, assumem o papel de corrigir e moldar o comportamento dos mais jovens, perpetuando um ciclo contínuo de iniciações e reafirmações da virilidade (Welzer-Lang, 2001). Aqueles meninos que cumprem exitosamente as provas de afirmação masculina acessam os lugares mais privilegiados da Casa dos Homens (Albuquerque, 2023).

Contudo, essa lógica também impõe padrões severos de sofrimento e silenciamento, que acompanham os homens ao longo de toda a vida (Barral; Zanello, 2018). A erotização nas relações entre adolescentes, jovens e adultos do sexo masculino, nas quais ocorrem “ritos de passagem”, contribuem para a normalização de práticas abusivas entre os próprios homens. Visitas a casas de prostituição, por exemplo, muitas vezes fazem parte da socialização masculina e são interpretadas como uma etapa da transição para a vida adulta — para se tornarem “homens de verdade”.

Importante compreender que o trabalho com os homens deve ser constituído a partir de uma elaboração metodológica política e pedagógica, com homens aliados se posicionando contra a violência de gênero e valorizando o autoconhecimento corporal masculino, estimulando o letramento dos homens sobre formas de estabelecer relações consensuais/saudáveis e interrompendo ciclos de violências. O tema do consentimento nas relações afetivas, por exemplo, é central para o desenvolvimento de vínculos igualitários e saudáveis junto aos homens.

É igualmente importante promover espaços de reflexão crítica sobre os modelos culturais de masculinidade que prevalecem na sociedade. Tais modelos, muitas vezes, impõem uma masculinidade compulsoriamente heterossexual, valorizando o número de parceiras, a objetificação do corpo feminino e a concepção

do sexo como forma de conquista e autoafirmação. Essa lógica associa atributos como ereção, penetração e desempenho sexual à virilidade masculina, o que pode afetar negativamente a saúde sexual de homens e mulheres (Schraiber; Gomes; Couto, 2005).

A difusão da pornografia na internet, com acesso fácil e gratuito, tornou-se motivo de crescente preocupação entre educadores, profissionais de saúde e familiares, especialmente pelo impacto que pode causar no desenvolvimento emocional, comportamental e sexual dos meninos. Esse conteúdo frequentemente idealiza corpos e práticas sexuais, criando padrões inalcançáveis que acabam gerando insatisfação corporal, ansiedade e baixa autoestima entre os jovens. Além disso, a forma como o consentimento é retratado — muitas vezes inexistente — interfere na construção de relações saudáveis e respeitadas, podendo contribuir para a normalização da violência no monteiro imaginário hegemônico masculino (Milner, 2020).

Na pornografia, as mulheres costumam ser representadas como corpos desprovidos de subjetividade, submetidas a situações de humilhação e violência, como se sua única função fosse satisfazer os desejos dos homens. Esse tipo de representação ajuda a legitimar, na sociedade, atitudes de desprezo e agressividade em relação às mulheres. Muitos desses vídeos reforçam não apenas uma concepção hierárquica e violenta da masculinidade, como também contribuem para a chamada “cultura do estupro”, por meio da simulação de práticas sexuais sem consentimento. A pressão por um desempenho sexual idealizado, muitas vezes inatingível, pode gerar frustrações e dificuldades como disfunção erétil, ejaculação precoce e baixa autoestima, além de prejudicar a construção de vínculos afetivos saudáveis (Milner, 2020).

Outro ponto relevante diz respeito às representações racializadas nos conteúdos pornográficos. O corpo do homem negro costuma ser hipersexualizado, reforçando o imaginário acerca do tamanho de seu órgão genital, enquanto os corpos das mulheres negras são ainda mais objetificados. A imagem de homens negros reduzidos à sua sexualidade remete a discursos históricos baseados na violência colonial, associando o corpo negro a meros objetos sujeitos a controle e violações (Reis, 2022). Deve-se compreender que os sofrimentos psíquicos do homem negro estão relacionados ao silenciamento histórico e a processos complexos de subalternização social, que provocam sentimentos de vergonha, baixa autoestima e humilhação (Albuquerque, 2023).

As experiências sexuais moldadas por conteúdos adultos tendem a desprezar aspectos afetivos e emocionais, promovendo uma visão distorcida sobre valores como intimidade, autoconhecimento e respeito mútuo. Essa abordagem pode levar a comportamentos de risco, influenciando negativamente a percepção dos adolescentes sobre as práticas sexuais e aumentando a exposição de todos os envolvidos a Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e à gravidez não planejada.

Diante da baixa adesão dos homens à Atenção Primária à Saúde (APS) e da escassez de abordagens ao longo da vida sobre prevenção e promoção da saúde, muitos acabam reproduzindo estereótipos em relação aos métodos contraceptivos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (Lima; Helfstein, 2023). Por exemplo, é comum que o uso do preservativo seja rejeitado sob justificativas como perda da ereção, redução da sensibilidade ou diminuição do prazer (Guimarães *et al.*, 2019). Além disso, alguns homens manifestam resistência ao uso de preservativos em relacionamentos conjugais considerados “fechados”, já que, no imaginário social, o uso desse método é frequentemente associado à infidelidade e à desconfiança — valores que raramente são questionados e debatidos (Madureira; Treintini, 2008).

Desconstruir o ideal de uma masculinidade hegemônica implica também problematizar a lógica de domínio masculino nas relações afetivo-sexuais, promovendo vínculos baseados na parceria mútua e em formas mais saudáveis e conscientes de vivenciar a sexualidade. Atualmente, novas identidades masculinas vêm sendo reconstruídas a partir das transformações nas práticas sociais.

A PNAISH, por exemplo, possui um eixo temático específico para promoção da saúde sexual e reprodutiva da população masculina, buscando sensibilizar gestores(as), profissionais de saúde e a população em geral para reconhecerem os homens como sujeitos na promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, envolvendo-os nas ações voltadas a esse fim e implementando estratégias para aproximá-los dessa temática.

As mudanças nos valores, crenças e costumes convidam os homens a assumirem uma postura mais ativa e corresponsável em temas que, historicamente, foram excluídos das pautas masculinas — como os métodos contraceptivos, a licença-paternidade, a decisão sobre ter ou não filhos e a promoção do autocuidado. A reconfiguração do papel masculino representa um movimento de superação de uma visão restrita, centrada apenas no desempenho, na capacidade e na

prontidão sexual, abrindo espaço para que os homens possam expressar dúvidas, desejos e inseguranças, e vivenciar uma sexualidade menos compulsória e mais libertadora.

É importante incluir os homens na discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos, do direito a viver a sexualidade com prazer, sem culpa, vergonha, medo ou coerção, independentemente da orientação sexual, estado civil, idade ou condição física, possibilitando acesso à informação sobre exercício das sexualidades, incluindo a importância do conhecimento do próprio corpo, o seu desenvolvimento e das formas de viver consensualmente as relações sexuais, além de compromê-los nas ações e métodos de planejamento reprodutivo. Como disponível no material do Ministério da saúde sobre saúde sexual e reprodutiva masculina, disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_reprodutiva_homens_cuidado.pdf.

Sobre essa temática da saúde sexual masculina, é essencial construir-se espaços de problematização nos serviços que ofertam cuidado à população masculina para que reflitam sobre padrões de masculinidade que exigem dos homens o exercício de uma heterossexualidade compulsória. Em conjunto com as ações relacionadas a PNAISH, sugere-se que os serviços realizem ações de educação que problematizem a exigência de prontidão sexual e de fertilidade imposta pelos padrões hegemônicos de masculinidade, justamente para que os homens possam vivenciar sua sexualidade de modo mais livre, sem a exigência de uma performance de “homem de verdade”, que deve ser viril e fértil. A problematização da masculinidade hegemônica e a valorização de outras masculinidades possíveis, com menos imposições relacionadas ao exercício de uma heterossexualidade ativa e fértil é uma dos temas de abordagem da PNAISH.

A seguir, apresentamos algumas sugestões de pontos que podem contribuir para a construção do diálogo com os homens sobre saúde sexual e masculinidades.

- É essencial considerar as especificidades da vivência da sexualidade entre homens — sejam cisgêneros ou transgêneros — levando em conta aspectos culturais, simbólicos e estruturais como raça/cor, origem, classe social, território, orientação sexual, identidade de gênero e as múltiplas formas de masculinidade existentes na sociedade brasileira;

- É necessário incentivar a compreensão dos direitos sexuais como a liberdade de vivenciar e expressar a sexualidade de forma plena, sem sofrer imposições, discriminações ou violências, sempre respeitando o corpo e as escolhas do(a) parceiro(a);
- Desfazer os estereótipos que associam a masculinidade à imposição de poder, domínio ou controle é um passo fundamental para promover relações mais igualitárias;
- Defender o direito de escolher livremente os(as) parceiros(as) sexuais e de viver a sexualidade de forma plena, livre de medos, culpas, tabus ou crenças limitantes, respeitando a diversidade de experiências em todos os cursos de vida, independentemente da idade, condição física ou estado civil;
- Identificar e enfrentar as barreiras culturais e institucionais que limitam ou dificultam o exercício saudável da sexualidade masculina nos diferentes contextos sociais;
- Desenvolver ações voltadas ao acolhimento e orientação de adolescentes e jovens sobre temas como autoconhecimento, vínculos afetivos e construção de relações saudáveis;
- Investir em campanhas educativas e ações que promovam a equidade de gênero desde a infância, destacando como o machismo e o patriarcado impactam negativamente a saúde de homens, mulheres e crianças;
- Ampliar o acesso a métodos contraceptivos que incentivem a participação ativa e corresponsável dos homens no planejamento reprodutivo;
- Implementar ações de educação sexual, com abordagem intersetorial, em espaços como Unidades Básicas de Saúde, escolas, empresas, centros religiosos, ambientes de lazer e outros locais de convivência masculina;
- Promover, no ambiente escolar, uma educação sexual que estimule meninos a se engajarem em práticas de cuidado e corresponsabilidade;
- Tratar a sexualidade de forma positiva e prazerosa, afastando-a de concepções baseadas apenas em desempenho ou conquistas sexuais.

Os homens encontram na internet modelos de masculinidade a serem seguidos e performances a serem reproduzidas (Milner, 2020), marcados especialmente

pela dimensão da pornografia. No ideal pornográfico disseminado no mundo virtual, com objetificação do corpo feminino e a figura da mulher que clama intensamente pela virilidade masculina e pela performance, a socialização masculina, especialmente de jovens e adolescentes, idealiza modelos nocivos que resultam em diversos comportamentos prejudiciais à saúde sexual de homens e mulheres, em relações de abuso e violências, além de impactos na saúde mental masculina (Milner, 2020). As mulheres são majoritariamente exibidas como objetos sexuais desumanizados com experiências sexuais marcadas por violações, tendo como único propósito existencial (nesse tipo de exibição audiovisual) servir às vontades masculinas, normalizando atos de desprezo, humilhação e raiva contra o sexo feminino na sociedade (Monteiro; Vianna, 2021).

Muitos vídeos com conteúdo pornográfico reforçam não somente uma visão viril e hierárquica do modelo hegemônico de ser homem, como também apontam para uma dita “cultura do estupro”, a partir do não consentimento e práticas sexuais abusivas e não consentidas nas simulações da internet (Milner, 2020). A pornografia e a busca por uma performance utópica, ao não ser alcançada, pode gerar dificuldades sexuais movidas por sentimento de frustração. Podem ser citadas: disfunção erétil, ejaculação precoce, perda de autoestima, ausência de diálogos e promoção de relações saudáveis, entre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, F.P. Homens, Masculinidades e Saúde mental. 1. ed. – Curitiba: Appris, 2023. 294 p.

BARRAL, D. C; ZANELLO, V. Estudos das masculinidades na psicologia brasileira: da invisibilidade da crítica à crítica da invisibilidade. Rev. psicol. polít., São Paulo , v. 21, n. 52, p. 672-688, dez. 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 jun. 2025.

GUIMARAES, D. A; OLIVEIRA, V.C.P; SILVA, L.C; OLIVEIRA, C.A.M; RANIA, A; PEGOLO, C.A . Dificuldades de utilização do preservativo masculino entre homens e mulheres: uma experiência de rodas de conversa. Estud. psicol. (Natal), Natal , v. 24, n. 1, p. 21-31, mar. 2019 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2019000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 jun. 2025.

LIMA, A. K. S.; HELFSTEIN, D. R. A não adesão aos serviços de atenção básica pelo público masculino. *Brazilian Journal of Health Review*, [S. l.], v. 6, n. 5, p. 25589–25604, 2023. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/64157>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

MADUREIRA, V.S.F; TRENTINI, M. Da utilização do preservativo masculino à prevenção de DST/aids. *Ciênc saúde coletiva* [Internet], 13(6):1807–16, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000600015>. Acesso em: 27 jun. 2025.

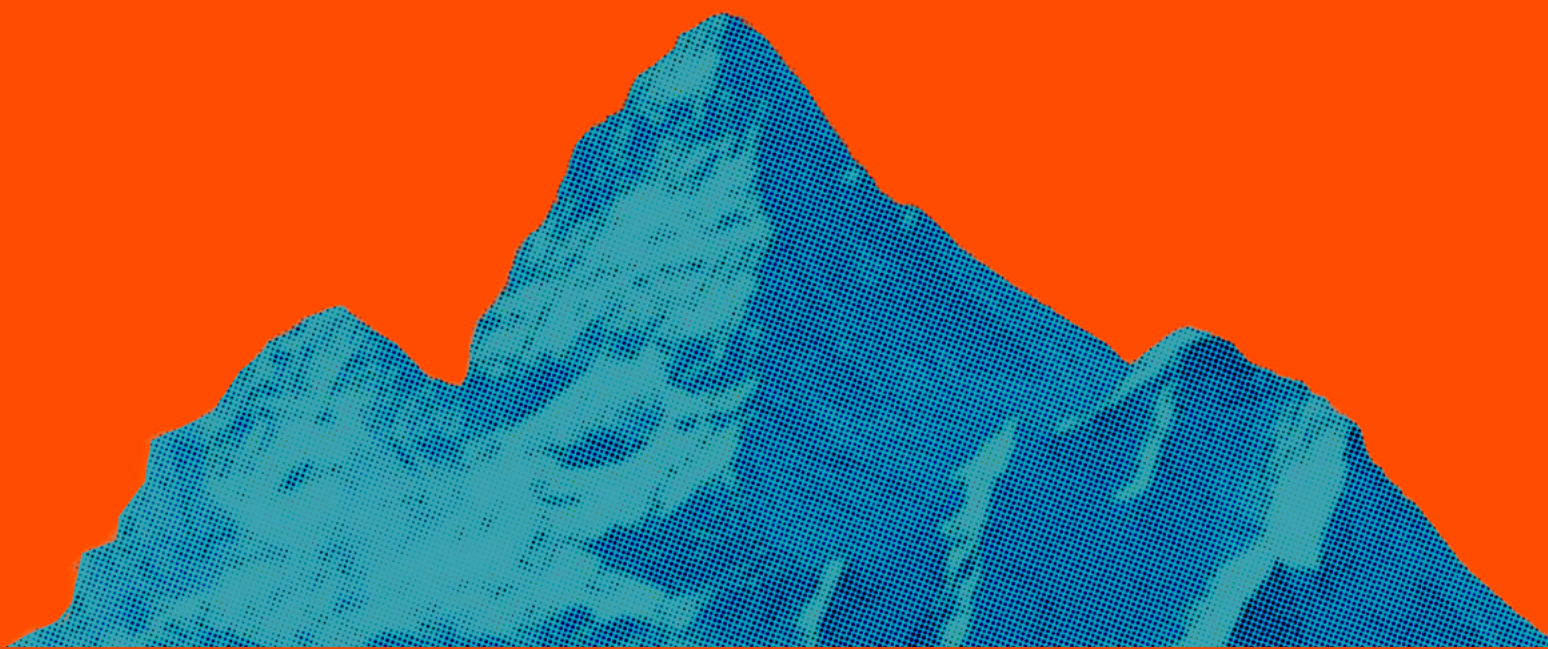
REIS, N.O. Entre a invisibilidade, o branqueamento discursivo e a hipersexualização: imagens de controle sobre o termo negro e o seu lugar na enunciação. *Bakhtiniana: Revista De Estudos Do Discurso*, 17(2), 157–182, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2176-4573p54583>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SCHRAIBER, L. B.; GOMES, R.; COUTO, M. T. Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 1, p. 7-17, Mar. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000100002>. Acesso em: 27 jun. 2025.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460-482, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>. Acesso em: 27 jun. 2025.



VIOLÊNCIAS **BASEADAS EM** **GÊNERO E** masculinidades



Não há como iniciar este tópico de outra maneira se não com a conceituação do que é considerado Violência Baseada em Gênero, inclusive promovendo um recorte necessário de raça e classe:

“Qualquer ação de discriminação, agressão, imposição forçada ou omissão que cause dano, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social e econômico, ou mesmo a morte, em que o gênero da pessoa é o fator desencadeador. Pode ocorrer em espaços públicos e privados. Independe de classe social ou nacionalidade. Os dados mostram que as mulheres negras são as maiores vítimas da violência baseada em gênero.

(FONTE: Construção de Uma Sociedade Não-Violenta: Uma Questão de Gênero, UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas)

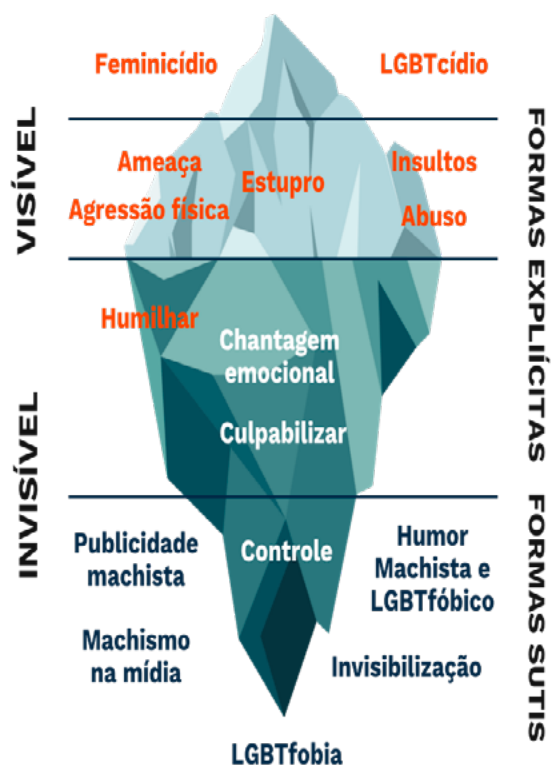
A partir de tal definição, pode-se afirmar que a VBG, Violência Baseada em Gênero, não ocorre somente contra mulheres, mas contra quaisquer pessoas que tenham o gênero como o fator desencadeador que engatilhe a violência. Neste sentido, portanto, a VBG pode acontecer contra a população LGBTQIAPN+ e, inclusive, contra os homens também, caso estes últimos tenham algum traço desviante do que chamamos de Masculinidade Hegemônica, tópico já trazido anteriormente neste caderno.

A manifestação da Violência Baseada em Gênero pode ser resumida na ferramenta analítica e sumarizada que chamamos de *iceberg da violência de gênero*²⁰, que mostra visualmente diferentes maneiras de como esta violência pode ocorrer. A figura do iceberg é interessante para compreendermos que muitas ações violentas podem ser normalizadas em uma cultura que exalta a masculinidade hegemônica e, simultaneamente, rebaixa tudo o que é desviante e seja ligada ao feminino. Analisando-a, compreende-se que a VBG pode ocorrer de formas mais

²⁰ A ferramenta utilizada neste texto foi inspirada no iceberg da violência de gênero, popularizada pela Anistia Internacional e outras organizações para ilustrar que a violência de gênero vai além das agressões físicas e do feminicídio, englobando também formas sutis e normalizadas de violência. Sua utilização, usualmente, se restringe à violência contra as mulheres. Contudo, optou-se por estender seu uso a outras populações que sofrem com a Violência Baseada em Gênero, justamente pela compreensão de que o gênero é o fator desencadeador e que, desta maneira, diferentes populações estão sujeitas à VBG. **Porém, é sempre importante frisar que as mulheres, historicamente, são as maiores vítimas da Violência Baseada em Gênero.**

sutis a mais explícitas, visíveis ou invisíveis, mas que fazem parte de um mesmo espectro. Além disso, a imagem do iceberg permite a reflexão de que essas formas mais sutis estão conectadas e podem manifestar-se em ações ainda mais explícitas, como o estupro, o feminicídio e o LGBTcídio. O homicídio de mulheres e da população LGBTQIAPN+ não deve, portanto, ser visto como um fator isolado, mas sim como um fenômeno conectado a comportamentos violentos sutis e normalizados na sociedade contra outras identidades de gênero que não a masculina.

Violência de Gênero



Adaptado pela autora para compreensão da Violência Baseada em Gênero

Outro fator importante de destaque no debate da Violência Baseada em Gênero é justamente o fato de que os homens são os maiores perpetradores deste tipo de violência. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública e de outras pesquisas corroboram de forma estatística que homens são os principais perpetradores de violência baseada em gênero no Brasil e em outras partes do mundo. As estatísticas de feminicídios, estupros, agressões e outras formas de violência que envolvam a questão de gênero revelam um padrão alarmante que, segundo especialistas, está intrinsecamente ligado a construções sociais de masculinidade.

Tipo de Violência/Dado	Estatística Principal	Perfil do Autor / Vítima	Fonte
Feminicídio	1.437 mulheres foram vítimas em 2022.	81,7% dos autores eram companheiros ou ex-companheiros da vítima.	Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023 (Dados de 2022) / 16º Anuário
Homicídios de Mulheres	3.930 mulheres foram vítimas de homicídio doloso em 2023.	Um feminicídio ocorre a cada 6 horas no Brasil. A maioria dos autores não é identificada formalmente nos boletins de ocorrência, mas a investigação qualifica como feminicídio quando há motivação de gênero.	Monitor da Violência (g1, NEV-USP, FBSP) - Dados de 2023
Agressão em contexto de Violência Doméstica	245.713 casos de lesão corporal dolosa registrados em 2022.	Em 86,6% das agressões contra mulheres, o autor era um homem.	Atlas da Violência 2024 (Análise de dados do SINAN/MS)
Estupro e Estupro de Vulnerável	74.930 estupros registrados em 2022 (recorde da série histórica).	88,7% das vítimas eram do sexo feminino. Em 77,2% dos casos com vítimas maiores de 14 anos, o autor era conhecido.	Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023 (Dados de 2022)
Perseguição (Stalking)	57.170 registros em 2022.	82,3% das vítimas eram mulheres.	Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023 (Dados de 2022)
Violência Psicológica	20.897 registros em 2022.	88,8% das vítimas eram mulheres.	Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023 (Dados de 2022)
Medidas Protetivas de Urgência	445.456 medidas protetivas concedidas em 2022 (aumento de 13,6%).	Solicitadas por mulheres em situação de violência para se protegerem de agressores, majoritariamente homens (parceiros ou ex).	Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023 (Dados de 2022)
Violência contra Pessoas LGBTQIAPN+	373 homicídios e 170 suicídios de pessoas LGBTQIAPN+ em 2023.	A maioria dos agressores em crimes de ódio contra esta população é do sexo masculino, motivada por LGBTfobia.	Relatório do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTQIAPN+ no Brasil

Tabela de Autoria Própria

Analisando a tabela acima, vemos que a autoria de Violências Baseadas em Gênero é, em sua maioria, masculina. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), com dados de 2022, apresenta um retrato claro dessa realidade. No que diz respeito aos feminicídios, 1.437 mulheres foram mortas em razão de seu gênero naquele ano. A análise da autoria, quando informada, demonstra que a esmagadora maioria dos crimes é cometida por parceiros ou ex-parceiros, o que denota preocupação quanto à noção de posse e objetificação do corpo feminino. Dados de edições anteriores do Anuário detalham essa triste estatística: no 16º Anuário (com dados de 2021), companheiros ou ex-companheiros foram os autores em 81,7% dos casos de feminicídio.

A literatura sobre o tema entende a violência como uma prática tipicamente inserida nos processos de formação dos homens e, em muitas sociedades, como rito de passagem para aquisição de atributos masculinos. Assim, é importante compreender a profunda interação entre modos de subjetivação masculinos e violência, que se expressam nas relações entre os gêneros, que opera, especialmente, por meio de “aspirações por prestígio, poder e competição” (NOVAES, 2013, p. 374).

No processo de sociabilidade masculino, a violência se apresenta como forma de manutenção de poder e de afirmação da virilidade, domínio e submissão de mulheres e de outras masculinidades marginalizadas (CECCHETTO, 2004; SCHRAIBER; GOMES; COUTO, 2005), refletindo-se também na resolução de conflitos por meio de situações de violência. Tais estudos apontam que a violência é uma questão de gênero (NASCIMENTO, 2001; SCHRAIBER; GOMES; COUTO, 2005). Além disso, é utilizada em contraponto à escassez de vocabulário emocional masculino na resolução de conflitos interpessoais.

É possível afirmar que esse tipo de violência é utilizado muitas vezes como ferramenta para “[...] recolocar elementos associados à honra, autoridade e poder na relação, quando esta é questionada ou está em crise” (COUTO; SCHRAIBER, 2005, p. 700). Em breves palavras, a violência é uma maneira de se reaproximar da Masculinidade Hegemônica e pode representar, diante de desvantagens sociais ou econômicas, outra forma de reiterar essa masculinidade. Por exemplo, homens das chamadas classes populares compensariam sua marginalização socioeconômica por meio da exacerbação da virilidade e da agressividade.

Por isso, compreender a VPI (Violência por Parceiro Íntimo) a partir da perspectiva de gênero, com ênfase nos estudos sobre masculinidades, nos permite construir aportes teóricos para o desenvolvimento de estratégias de prevenção da violência doméstica a partir da compreensão das psicodinâmicas produzidas pelos processos de subjetivação masculinos.

A violência sexual também é um crime com um recorte de gênero bem definido quanto à autoria no cenário brasileiro. Em 2022, registrou-se o maior número de estupros da história, com 74.930 casos. Do total de vítimas, 88,7% eram do sexo feminino. Quando se analisa o perfil do agressor nos casos de vítimas com 14 anos ou mais, 77,2% dos autores eram conhecidos da vítima, evidenciando que a violência ocorre predominantemente em círculos de confiança e familiares. Outras formas de violência contra a mulher seguem o mesmo padrão. O Atlas da Violência 2024, produzido pelo Ipea e pelo FBSP, aponta que, no total registrado de agressões contra mulheres, os homens foram os agressores em 86,6% das situações.

Além da violência contra mulheres cisgêneras, pessoas que integram a comunidade LGBTQIAPN+ também estão em situação alarmante de vulnerabilidade no Brasil. O país segue sendo um dos que mais matam pessoas trans no mundo. Segundo o Dossiê de Mortes e Violências contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2023, da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 124 pessoas trans foram assassinadas em 2023, sendo 90% mulheres trans e travestis negras. A maior parte das mortes ocorre com extrema violência, e os autores são majoritariamente homens. Mais de 70% dos assassinatos ocorreram em espaços públicos, o que demonstra a exposição e vulnerabilidade dessa população. A LGBTfobia se manifesta em outras formas de violência. A Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Escolar (FBSP e Unesco, 2023) apontou que mais de 60% dos jovens LGBTQIAPN+ relatam já ter sofrido algum tipo de violência ou discriminação na escola. No sistema de saúde, pessoas trans e não-binárias relatam constrangimentos, recusas de atendimento e falta de preparo das equipes, o que também configura uma forma de violência institucional. Ademais, o *Anuário de Segurança Pública* aponta que os registros de lesão corporal dolosa por homotransfobia cresceram 35% entre 2021 e 2022, com 479 ocorrências oficiais — número considerado subnotificado, já que muitos casos não chegam a ser registrados.

Diante de tudo que trouxemos neste documento, especialistas em estudos de gênero, masculinidades, feminismos e violência apontam que esses números

não são aleatórios e devem ser lidos como reflexos de um modelo de masculinidade hegemônica, profundamente enraizado na sociedade brasileira. Esse modelo impõe aos homens a necessidade de demonstrar força, virilidade, dominação e controle, enquanto reprime a expressão de emoções e vulnerabilidades. Essa construção social pode levar à violência de diversas maneiras, ligadas à posse e ao controle, já que a ideia de que a mulher é uma posse do homem alimenta ciúmes, controle e violência. Isso está presente tanto nos feminicídios quanto em crimes contra pessoas LGBTQIAPN+, especialmente em contextos de relacionamentos e rejeição de identidades de gênero. Além disso, a violência é usada como ferramenta de dominação, seja em relações heteronormativas ou contra pessoas LGBTQIAPN+ que desafiam os padrões tradicionais de gênero, e homens socializados para não expressar vulnerabilidades frequentemente canalizam inseguranças e frustrações em forma de agressividade.

A objetificação de corpos femininos e a rejeição violenta a corpos e identidades dissidentes refletem uma cultura que naturaliza a dominação masculina. Pesquisas acadêmicas e o trabalho de grupos reflexivos com homens autores de violência reforçam essa conexão. Muitos agressores relatam justificativas baseadas em “honra”, “moralidade” ou “controle do lar”, negando a autonomia de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. Esse cenário também está ligado à frustração por uma suposta perda de privilégios sociais, com a maior visibilidade de movimentos feministas e em prol da diversidade sexual.

Portanto, esses dados evidenciam mais do que um fenômeno criminal: expõem as consequências fatais de uma masculinidade fundada em comportamentos violentos. O enfrentamento à violência baseada em gênero deve necessariamente incluir a reeducação dos homens e demais setores da sociedade, baseada em letramento e consciência de gênero; a promoção de modelos de masculinidades que sejam mais diversos e saudáveis, baseados na ótica do cuidado e que incentivem a atuação masculina em prol da equidade e na igualdade de gênero e na luta contra a Violência Baseada em Gênero; a promoção de políticas públicas que incentivem a equidade e a igualdade de gênero; políticas públicas em prol da proteção e da igualdade de direitos para a população LGBTQIAPN+.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ANTRA. *Dossiê dos assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília: ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antra.org.br/dossie/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. *Masculinidades, violência e políticas públicas*. In: VENTURI, Gustavo; OLIVEIRA, Eliane. (Org.). *Masculinidades e igualdade de gênero: múltiplos olhares*. São Paulo: ONU Mulheres; Fundação Perseu Abramo, 2010. p. 83–102.

CECCHETTO, Fátima Regina. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

COUTO, Márcia Thereza; SCHRAIBER, Lilia Blima. Homens, Saúde e Violência: Novas questões de gênero no campo da Saúde Coletiva. In: MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JUNIOR, C. E. A. (org.). *Críticas e atuantes: Ciências Sociais e Humanas em Saúde na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005. p. 687–706. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/w5p4j/pdf/minayo-9788575413920.pdf>. Acesso em: 18 maio 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023*. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da Violência 2024*. Brasília: Ipea/FBSP, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; UNESCO. *Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Escolar: Violência e convivência nas escolas brasileiras*. São Paulo: FBSP/Unesco, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/10/Pesquisa-Ambiente-Escolar-2023.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025.

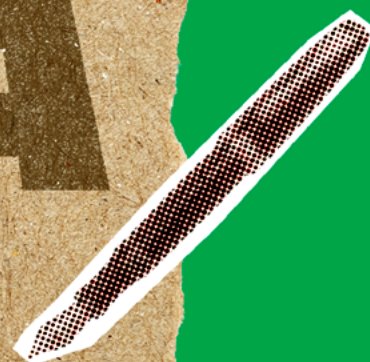
NASCIMENTO, Marco Antonio F. *Desaprendendo o silêncio: uma experiência de trabalho com grupos de homens autores de violência contra a mulher*. 2001. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

NOVAES, J. V. “Aqui tem homem de verdade”: Violência, força e virilidade nas arenas de MMA. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História dos Homens no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

ONU MULHERES BRASIL. *Violência contra mulheres LGBTQIA+ no Brasil: desafios para a inclusão e proteção*. Brasília: ONU Mulheres, 2021. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

SCHRAIBER, Lilia Blima; GOMES, Romeu; COUTO, Márcia Thereza. Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva Men and health as targets of the Public Health. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 7–17, 2005.

METODOLOGIA
SEPA
ATIVIDADES



SEPA como Guia e Tecnologia Social

Desde sua fundação, o PROMUNDO tem trabalhado com o conceito de Tecnologia Social. Esse conceito, desenvolvido inicialmente no livro *Marketing Social Revisitado* (Miguel Fontes, 2001), estabelece a sistematização de boas práticas — muitas vezes originadas em projetos sociais — para sua aplicação metodológica em escala. Essa expansão pode ocorrer tanto por outras organizações da sociedade civil afins quanto pelo setor empresarial e governamental. Dessa forma, a metodologia pode se transformar em um programa de disseminação de tecnologia social, gerando benefícios que vão muito além das comunidades inicialmente impactadas.

Nesse sentido, um projeto social (ou ambiental) torna-se uma prática experimental para a elaboração de um protótipo metodológico. No entanto, é importante ressaltar que apenas são consideradas tecnologias sociais aquelas capazes de demonstrar impactos reais na realidade socioeconômica de uma comunidade. A pesquisa e a avaliação tornam-se, assim, ferramentas fundamentais para comprovar esses impactos, podendo ser tanto de cunho quantitativo quanto qualitativo.

No caso do Programa P, de Paternidade²¹, ele foi sistematizado a partir do ciclo SEPA e com claras comprovações de impacto. A partir de uma avaliação quantitativa e qualitativa, o projeto demonstrou que suas atividades geraram impactos fundamentais em uma abordagem de ressignificação das masculinidades e paternidades, tornando-as ferramentas essenciais na preparação e superação da falta de engajamento de homens no cuidado e autocuidado. Os homens que participaram das atividades, bem como os municípios sensibilizados, estão atualmente mais abertos ao engajamento dos homens em práticas de cuidado e autocuidado. Além disso, os Grupos Reflexivos mostraram-se estratégicos para o acolhimento e a ressignificação desses homens. No Projeto Primeira Infância do PROMUNDO, o SEPA foi incorporado e vivenciado nas quatro fases de execução, permitindo um processo contínuo de diálogo e avaliação, configurando-se como base para a dinamização do Programa P.

Neste sentido, nesta nova edição do Programa H, propomos essa mesma metodologia para a transformação dos conceitos, aqui trabalhados, em programa de disseminação de tecnologias sociais. Acreditamos que o ciclo SEPA possui muitas

²¹ Disponível em: <https://www.promundo.org.br/programapmanualparaexerciciodapaternidade/>

potencialidades. O principal marcador de impacto é a dinâmica metodológica de quatro etapas que visam garantir a adesão das políticas públicas e o envolvimento dos grupos sociais. Essas etapas (**Sensibilização, Engajamento, Participação e Avaliação**) compõem o ciclo SEPA (ver diagrama abaixo).



Na próxima seção, descreveremos cada etapa que integra o método SEPA.

SEPA EM AÇÃO NO PROGRAMA H

S – SENSIBILIZAÇÃO

A dinamização da tecnologia social inicia-se com atividades de abordagem junto a representantes dos governos locais, empresas, organizações da sociedade civil (OSCs) e outras partes interessadas.

Essa etapa compreende dois movimentos articulados, a mobilização do território institucional e do território afetivo dos homens. Essa articulação é essencial para garantir o apoio e a adesão das partes envolvidas durante a implementação das etapas seguintes, repercutindo diretamente na construção coletiva do percurso dos grupos.

1) Encontro com as equipes da rede: alinhamento e adesão.

Recomenda-se a realização de um encontro de sensibilização com profissionais da rede socioassistencial, com duração aproximada de 2h. Esse momento busca promover alinhamento conceitual, mobilização institucional e adesão capilarizada à proposta do Programa H.

Sugere-se iniciar com a exibição de alguns materiais mobilizadores e audiovisuais, tais como os sugeridos abaixo (todos do Promundo):

[Minha Vida de João](#) (Animação, 23 min., 2001): Este vídeo apresenta a história de um jovem e as expectativas e desafios que ele enfrenta ao crescer. Aborda uma diversidade de questões, incluindo violência doméstica, homofobia, sexualidade, primeiros relacionamentos sexuais, gravidezes não planejadas, infecções sexualmente transmissíveis (IST) e paternidade.

[Vozes dos Homens pela Vida](#) (Curta Metragem, documentário, 24 min., 2025: O documentário Vozes dos Homens, lançado pelo Instituto Promundo em parceria com a Fondation Chanel e com apoio da Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul, retrata a vivência de homens no município de Colinas, no Vale do Taquari (RS), após as enchentes de 2023 e 2024. Com 30 minutos de duração, o filme documenta rodas de conversa, como o “Clube do Bolinha”, onde os participantes compartilham relatos de perdas, reconstrução e transformações em suas relações familiares e comunitárias. A produção evidencia como grupos reflexivos voltados para o afeto, o autocuidado e a construção de políticas públicas podem fortalecer a saúde mental masculina e impulsionar a recuperação coletiva em cenários de crise. Além de Colinas, o projeto também se estende a outros municípios gaúchos, abordando as novas formas de ser homem em contextos de vulnerabilidade e reconstrução social. Vozes dos Homens é um convite à reflexão sobre como o acolhimento, o diálogo e o fortalecimento comunitário são fundamentais para superar traumas e construir novas masculinidades mais saudáveis e solidárias.

[História de Márcio](#) (Curta Metragem, Documentário; 06 min.; 2011): Este vídeo faz parte de uma campanha internacional chamada Você é meu pai, a versão brasileira de Men Care, campanha para reduzir a violência masculina contra mulheres e crianças, coordenada pelas ongs Sonke Gender Justice Network (África do Sul) e Promundo (Brasil).

Após a exibição do material audiovisual, proponha uma roda de diálogo sobre os temas emergentes, como a ausência de espaços para homens em sofrimento, os

impactos das emergências em sua saúde e subjetividades e as possibilidades de cuidado e transformação.

A conversa pode ser guiada por perguntas como:

Que experiências vocês já tiveram com ações voltadas a homens?

Que desafios ou resistências aparecem no cotidiano?

Por que, para vocês, essa proposta pode (ou não) fazer sentido?

Esse momento é fundamental para construir compromisso coletivo, desnaturalizar estigmas e ampliar o entendimento sobre a importância de trabalhar com homens como sujeitos de cuidado, reconstrução e pertencimento.

2) Encontro inaugural com os homens: escuta e pertencimento.

Antes de iniciar os encontros dos grupos reflexivos, orientados na etapa P da SEPA (Participação), recomenda-se a realização de um primeiro encontro de acolhida com os homens, com duração aproximada de 1h30 a 2h.

Mais do que apresentar o Programa H, esse momento funciona como uma roda inaugural de escuta qualificada, sem julgamentos nem orientações antecipadas, um espaço em que muitos, pela primeira vez, vejam-se em grupo, entre pares, em diálogo coletivo.

Esse encontro não deve ser tratado como uma etapa preparatória, mas como parte fundante da construção do vínculo e da confiança. Ao estimular de forma leve e respeitosa os temas que serão abordados nos encontros — como masculinidades, cuidado e autocuidado, paternidade e equidade de gênero —, os mediadores podem perceber o que já é familiar ao grupo, o que pode ser mantido e o que deve ser ajustado no roteiro, de acordo com a realidade e a linguagem local.

Destaca-se que muitos homens podem encontrar, nesse momento, um amparo inédito para tudo o que está represado, seja por sua trajetória de vida, seja pelos obstáculos enfrentados atualmente.

O foco desse encontro é perguntar e amparar, adotando uma escuta profunda de suas vozes em sua inteireza, sem a necessidade de explicar, conduzir, falar ou antecipar os diálogos previstos para os Grupos Reflexivos.

Esse momento é, sobretudo, um convite à participação e ao pertencimento, permitindo que os homens se reconheçam no processo desde o início.

Para garantir o engajamento dos homens e da comunidade ao longo do Programa H, recomenda-se a adoção de estratégias de Marketing social e Comunicação em, pelo menos, seis direções complementares:

1. Espaços

Promover ambientes acolhedores, reservados e cuidados nos detalhes. Se possível, oferecer água, café, algum lanche coletivo nos encontros inicial e final, lencinhos. Esse cuidado sensível gera engajamento pela experiência de ser percebido e acolhido de forma integral.

2. Demarcação de Fases

Divulgar o lançamento, o andamento e o encerramento do Programa H nos canais oficiais da rede e da imprensa local, com registros visuais e narrativos desses momentos. A visibilidade social é um dos elementos-chave que aciona percepções de importância e autoimportância, favorecendo o envolvimento dos participantes e da comunidade, além de ampliar o alcance do impacto.

3. Brinde

Definir um presente simbólico a ser entregue ao final, em agradecimento pela participação. O brinde deve ter valor afetivo ou prático, de acordo com o contexto do grupo. Essa ação aciona o sistema de recompensa direta pela oferta de um benefício percebido, incentivando a permanência e a regularidade dos participantes ao longo do processo.

4. Nome e Identidade Visual

Estimular que cada grupo escolha um nome próprio e, se possível, elabore camisas ou símbolos visuais. Esse movimento reforça o senso de identidade, pertencimento e protagonismo coletivo. Essa estimulação está prevista no roteiro no primeiro encontro dos Grupos Reflexivos, mas pode requerer mais tempo de vínculo para que seja, de fato, protagonizada pelos próprios homens participantes.

5. WhatsApp

Criar grupos informativos no WhatsApp, com regras de uso claras e respeitando a privacidade dos participantes. Esses grupos devem ser utilizados para envio de cronogramas, lembretes e orientações semanais, com uma dinâmica mais infor-

macional do que interativa, para não excluir homens sem acesso ao aplicativo ou que optem por não participar desses canais. A criação está prevista no roteiro no primeiro encontro dos Grupos Reflexivos.

6. Circulação

Favorecer e estimular que os participantes circulem por outros espaços, grupos ou eventos, compartilhando seus testemunhos e experiências com o Programa P. Isso fortalece o sentimento de protagonismo e de contribuição para um movimento coletivo que transforma vidas, a deles e a de outros homens também, ampliando os indicadores de impacto.

P – PARTICIPAÇÃO

Como funcionam os Grupos Reflexivos?

Dez encontros | Periodicidade semanal | 1h30 de duração por encontro | Dinâmicas acessíveis | Linguagem simples | Ênfase na participação dos homens | Máximo de 20 participantes por grupo

Sugerimos essa configuração mínima para favorecer aos homens e às equipes uma modelagem inicial que pode suscitar, conforme atestamos em nossas avaliações, o desejo de continuidade. Nesse sentido, para o caso de continuidade, sugerimos que as equipes estruturem com os grupos as temáticas sequenciais, possibilitando a cocriação, mantendo a regularidade e o propósito de ser um Programa voltado aos homens e às temáticas sugeridas no eixo principal.

Roteiro: Dez Encontros dos Grupos Reflexivos do Programa P

*Antes de tudo, de mediador para mediador,
10 dicas com afeto:*

- 1. Melhor fórmula = Presença.**
- 2. Repasse o roteiro? Sim! Separe os materiais? Claro! Mas não se esqueça: o clima que se cria conta muito.**
- 3. Chegue antes. Mas, antes de tudo, chegue inteiro.**
- 4. Gente chegando é ritual. Receber bem constrói pontes.**
- 5. Começou? Comece! Combinar horário e cumprir é validar cada presença.**
- 6. O tema do dia é só o começo. O roteiro sempre ganha vida (e desvios!) pelas pautas que o grupo traz. Esse é o verdadeiro Encontro.**
- 7. Contexto ajuda. Dizer por que está ali e o que pretende é acender a fogueira antes da roda.**
- 8. No tempo certo. Fechamento bom é tipo abraço: nem apertado, nem solto demais.**
- 9. Fechou? Fechamos! Destacar um momento ou frase que ficou, um gesto, tudo vai para a memória.**
- 10. Acima de tudo, confia:**
 - Se faltar, adapte.*
 - Se sobrar, respire.*
 - Se sair da ordem, flua.*
 - Muitas vozes? Orquestre.*
 - Silêncios? Escute mais*

Crie. Use a arte. Em muitos dos encontros descritos a seguir, sugerimos que utilize uma playlists com músicas. A proposta é que, por meio da arte, as letras acessem e ampliem os sentidos da experiência compartilhada.

Como participação, sugerimos as atividades abaixo:

1. Cartografias da Masculinidade

- **Temas:** De que masculinidades estamos falando? | Masculinidades de povos tradicionais e seus territórios
- **Objetivo:** Mapear as referências pessoais e territoriais de masculinidade, reconhecendo influências culturais, raciais, sociais e geográficas.
- **Tempo estimado:** 60 a 90 minutos
- **Materiais necessários:** Folhas A4, canetas coloridas, lápis de cor, imagens recortadas, cola, tesoura.
- **Descrição da atividade:**

Inicie com uma breve exposição sobre como as masculinidades são construções sociais, moldadas por território, cultura e história. Distribua a cada participante uma folha com um desenho de corpo humano e peça que representem, ao redor e dentro do corpo, palavras, símbolos, experiências e práticas que influenciaram sua forma de entender e viver a masculinidade. Ao final, promova uma roda de conversa para refletir sobre as diferentes formas de 'ser homem' conforme o contexto vivenciado.

2. Linha do Tempo da Vida Masculina

- **Temas:** Masculinidade e Fases da Vida | Masculinidade e Saúde
- **Objetivo:** Identificar os marcos sociais da masculinidade ao longo da vida e suas implicações para o cuidado e a saúde.
- **Tempo estimado:** 90 minutos
- **Materiais necessários:** Cartolinas, canetões, post-its.
- **Descrição da atividade:**

Organize os participantes em grupos. Cada grupo criará uma linha do tempo destacando os marcos que definem o que é esperado de um homem na infância, juventude, vida adulta e velhice. Inclua temas como sexualidade, trabalho, paternidade e saúde. Após a elaboração, os grupos apresentam suas linhas e discutem como essas expectativas moldam comportamentos e criam pressões. Encerre com uma discussão sobre como transformar essas trajetórias.

3. Retratos de Masculinidades Invisibilizadas

- **Temas:** Masculinidades Negras | Indígenas | Trans | com Deficiência | Gays e Bissexuais
- **Objetivo:** Promover a visibilidade das masculinidades fora do padrão hegemônico e refletir sobre seus desafios e potências.
- **Tempo estimado:** 90 a 120 minutos
- **Materiais necessários:** Cartolinas, revistas para recorte, tesoura, cola, canetinhas.
- **Descrição da atividade:**

Divida os participantes em subgrupos e entregue a cada grupo um conjunto de textos curtos, trechos de entrevistas, imagens ou frases representando diferentes expressões de masculinidades. Cada grupo monta um cartaz que represente visual e conceitualmente aquela masculinidade (ex: indígenas, homens com deficiência, trans, etc.). Os grupos apresentam suas produções e promovem uma conversa sobre visibilidade, respeito e escuta.

4. Quem cuida do homem que cuida?

- **Temas:** Masculinidade e Cuidado | Povos Tradicionais
- **Objetivo:** Refletir sobre o cuidado como dimensão fundamental da construção da masculinidade.
- **Tempo estimado:** 60 minutos
- **Materiais necessários:** Folhas, canetas, espaço para roda.
- **Descrição da atividade:**

Apresente exemplos de práticas de cuidado masculino em diferentes culturas, como o resguardo Wajãpi. Peça que cada participante escreva ou desenhe: “Quem cuidou de mim?” e “De quem eu cuido?”. Depois, compartilhem em círculo os significados do cuidado, como ele é vivido e o que é necessário para que homens cuidem e sejam cuidados.

5. Círculo de Escuta: Fé e Masculinidade

- **Temas:** Masculinidade e Espiritualidade
- **Objetivo:** Abrir espaço para que os participantes reflitam sobre a influência da espiritualidade na construção das masculinidades.

- **Tempo estimado:** 60 a 75 minutos
- **Materiais necessários:** Círculo de cadeiras, velas ou elementos simbólicos de acolhida (opcional).
- **Descrição da atividade:**

Promova uma escuta aberta a partir de perguntas como: “Que imagem de homem sua fé ou religião apresenta?”, “Existe espaço para vulnerabilidade?” Estimule falas voluntárias e respeitosas. Pode-se incluir um momento de canto, meditação ou silêncio coletivo ao final.

6. Jogo das Políticas Públicas

- **Temas:** Masculinidades e Políticas Públicas | PNAISH | Programa H
- **Objetivo:** Refletir sobre como as políticas públicas impactam (ou não) a vida dos homens, com recorte interseccional.
- **Tempo estimado: 90 minutos**
- **Materiais necessários:** Cartões com nomes de políticas e situações fictícias.
- **Descrição da atividade:**

Prepare cartões com políticas públicas (PNAISH, Programa H, SUS, CRAS etc.) e outros com personagens (homem trans rural, homem negro jovem urbano, homem indígena etc.). Cada grupo sorteia um par e monta uma situação real onde aquela política poderia ou não atender às necessidades do personagem. Apresentam o cenário e discutem os limites e potências das políticas públicas.

7. Corpo, Prazer e Sexualidade

- **Temas:** Masculinidade e Sexualidade
- **Objetivo:** Desconstruir mitos e tabus em torno do prazer masculino e promover conversas francas sobre sexualidade.
- **Tempo estimado:** 75 a 90 minutos
- **Materiais necessários:** Papel e caneta, quadro branco.
- **Descrição da atividade:**

Em duplas, cada um escreve duas palavras: uma que associa a “sexo” e outra a “prazer”. Depois, compartilham e observam padrões e ausências.

Facilite um debate sobre o que nos foi ensinado sobre sexualidade masculina e o que precisa ser ressignificado. Pode-se complementar com trechos de textos de Viveros Vigoya ou Connell.

8. Círculo das Violências Silenciadas

- **Temas:** Violência de Gênero e Masculinidades
- **Objetivo:** Sensibilizar os participantes para as formas de violência que atravessam a construção da masculinidade.
- **Tempo estimado:** 75 minutos
- **Materiais necessários:** Papéis com frases, espaço para roda.
- **Descrição da atividade:**

Entregue papéis com frases reais ou simbólicas: “Fui ensinado a não chorar”, “Já bati em alguém que amava”, “Nunca falei sobre meu abuso”. Cada um lê uma frase e compartilha (se quiser) uma experiência relacionada. Conduza a conversa com cuidado e finalize discutindo alternativas e compromissos possíveis para romper com ciclos de violência.

9. Masculinidade e Cuidado com o Corpo

- **Temas:** Masculinidade e Saúde | Autocuidado | Prevenção
- **Objetivo:** Reconhecer a importância do cuidado com o corpo e a saúde como parte integrante das práticas masculinas.
- **Tempo estimado:** 60 minutos
- **Materiais necessários:** Cartões com perguntas, papel kraft ou quadro branco, canetas.
- **Descrição da atividade:**

Inicie com a pergunta provocadora: “O que é cuidar de si?” Escreva as respostas no quadro. Em seguida, entregue cartões com perguntas como: “Você já fez check-up?”, “Com quem você fala sobre saúde?”, “Você se sente confortável para ir ao médico?”. Os participantes respondem em duplas e compartilham com o grupo. Finalize com debate sobre os estigmas e potências do autocuidado masculino.

10. Em busca de saúde: quebrando barreiras

- **Temas:** Masculinidades | Políticas Públicas | Acesso à Saúde
- **Objetivo:** Refletir sobre os desafios e caminhos para o acesso de homens aos serviços de saúde, com recorte interseccional.
- **Tempo estimado:** 75 minutos
- **Materiais necessários:** Cartazes, canetas, cartões com perfis fictícios (ex: homem indígena, homem gay, homem com deficiência, etc.).
- **Descrição da atividade:**

Divida o grupo em equipes e entregue a cada uma um “perfil” fictício de homem em situação de vulnerabilidade. Peça que respondam: “Quais barreiras ele enfrenta para buscar atendimento de saúde?”, “Como a unidade básica de saúde o acolhe (ou não)?”, “O que poderia facilitar esse acesso?”. Compartilhem em plenária e debatam como os serviços podem (ou não) dialogar com realidades plurais.

A – AVALIAÇÃO

A Avaliação no Programa H é, antes de tudo, um ato de cuidado. Ela reforça a escuta, a devolutiva ética e o reconhecimento de que cada percurso é único, que cada homem deixa marcas tanto quanto leva algo com ele. Essa etapa é compreendida como parte ativa de todo o processo, fazendo convergir os usos dos instrumentos com cada gesto de escuta, que amplia a noção de indicadores de impacto e mensuração de resultados. Avaliar é reconhecer a todo momento o caminho percorrido pelos homens, pelos mediadores e pelas redes, e produzir sentido sobre o impacto objetivo, subjetivo e coletivo da experiência.

Avaliar também envolve reconhecer que o impacto é sempre multifacetado e plural, quantitativo e qualitativo, subjetivo e coletivo, imediato e estrutural, visível e invisível.

O PROMUNDO observa diferentes dimensões de impacto:

1. Impacto direto (quantitativo):

Inclui os homens participantes, além de seus círculos familiares mais próximos, esposas, filhos, companheiras e ex-companheiras, totalizando um número mais expressivo ainda diretamente alcançado.

2. Impacto indireto (comunitário):

Abrange as equipes profissionais sensibilizadas, as ações de replicação espontânea, o uso público das informações em estratégias locais e políticas públicas, e os desdobramentos em rede nos municípios envolvidos. Estima-se que o alcance indireto supere centenas ou milhares de pessoas.

3. Impacto ampliado (comunicacional):

Refere-se à circulação do material de divulgação do Projeto, dos eventos de lançamento e encerramento em cada município, das matérias, entrevistas e demais conteúdos produzidos.

4. Impacto simbólico e subjetivo:

Reflete-se na ressignificação de valores, no despertar de reflexões sobre masculinidades, no fortalecimento de vínculos comunitários e na abertura de espaços de escuta para homens em situação de vulnerabilidade. Esses efeitos, ainda que intangíveis, são os mais duradouros e transformadores. Parte deles estão ilustrados nos depoimentos pessoais.

5. Impacto institucional e programático:

Base conceitual e metodológica do Programa H, incorporando o ciclo SEPA, inaugurando novas possibilidades de atuação intersetorial com homens em diferentes contextos.

Embora a etapa de avaliação do Programa H seja única e condicionada às realidades dos territórios em que será implementado, esse histórico de impacto semeado pelo Projeto constitui-se como referência para se confirmar, de antemão, o potencial transformador, direto e indireto, nas vidas de muitos homens, suas famílias e comunidades, além de qualificar as políticas públicas voltadas aos homens.

Do ponto de vista instrumental, sugerimos que no Programa P os gestores e mediadores realizem a avaliação da dinamização da tecnologia social utilizando instrumentos de cunho qualitativo e/ou quantitativo, adaptados ao contexto local e aos perfis dos participantes. Instrumentos sugeridos:

Formulário de Dados de Perfil

Aplicado no início do ciclo (Formulário I), coleta informações básicas dos participantes (nome, idade, escolaridade, gênero, ocupação, etnia, local de moradia, entre outros). Além de compor o perfil do público, esses dados ajudam a compreender os cruzamentos sociais e subjetivos que marcam as

vivências dos homens nos territórios.

Ficha de Avaliação Qualitativa Inicial

Documento estruturado (individual) com perguntas abertas sobre o contexto de cada participante e as expectativas em relação à participação no Programa. Sugere-se poucas perguntas e simples, para atender perfis distintos e pessoas em situação de analfabetismo.

Como você se sente neste momento?

Quais são suas principais dificuldades hoje?

Quais são suas expectativas em relação ao Programa?

O que motivou você a participar?

Como você percebe o papel dos homens no SUAS?

Registro de Diário de Campo dos Mediadores

Documento livre e reflexivo no qual os mediadores anotam percepções ao longo dos encontros: clima do grupo, reações a temas, resistências, emergências emocionais, momentos de abertura ou silêncio. É um instrumento sensível de análise de processo.

Roda de Encerramento com Escuta Avaliativa

Essa ação está prevista no roteiro do Encontro 7 dos Grupos Reflexivos, uma roda de conversa em que os participantes compartilham o que mudou, o que tocou, o que permanece.

Ficha de Avaliação Qualitativa Final

Permite aos participantes expressar seu contexto atual, como se sentiram, o que perceberam como mais importante, sugestões, e impactos percebidos, com perguntas simples do tipo:

O que mudou para você desde o início do Programa?

O que você leva como aprendizado dessa experiência?

Teve algum momento que marcou você? Qual?

Como você se sentiu participando dos encontros?

O que gostaria que fosse diferente ou melhor?

Que mensagem você deixaria para outros homens que poderão participar no futuro?

SEÇÃO 6 CONSTRUA SEU PLANO DE AÇÃO

Toda metodologia se torna concreta quando é colocada em movimento. Planejar é uma forma de visualizar o percurso e garantir que ele aconteça com responsabilidade e intencionalidade.

Cada etapa da SEPA pode ser desdobrada em atividades concretas, articuladas ao tempo, aos recursos, aos desafios e às soluções possíveis.

Por isso, esta seção oferece um quadro, um modelo prático e visualizável, que pode ser utilizado de forma inspiracional por equipes locais para planejar e adaptar a implementação do Programa H às suas realidades.

Este plano é um ponto de partida, uma ferramenta que ajuda a construir uma direção comum, colaborativa e orientada a um impacto transformador.

MODELO DE PLANO DE AÇÃO*

Etapas	Atividades	Prazo	Responsabilidade
Sensibilização	Campanha informativa institucional, reuniões iniciais, materiais educativos	1 mês	Equipe de formação de profissionais
Engajamento	Eventos participativos, incentivos, canais de diálogo com as famílias e comunidade	2 meses	Mobilizadores familiares e comunitários
Participação	Implementação de ações educativas, execução de sessões previstas	2 meses	Equipes de mediadores
Avaliação	Coleta de dados, análise dos resultados, relatórios de impacto	2 meses	Comitê de avaliação

Recursos Necessários	Indicadores de Sucesso	Desafios	Soluções Propostas
Materiais gráficos, canais de divulgação Local para encontros	Alcance da campanha, nível de compreensão	Baixa adesão inicial	Ajustar mensagens, investir em divulgação
Infraestrutura para eventos, orçamento para incentivos	Número de participantes, adesão à iniciativa	Dificuldade na mobilização	Criar incentivos, usar influenciadores locais
Recursos logísticos, treinamentos	Efetividade das ações, feedback dos envolvidos	Resistência às mudanças	Oferecer suporte, evidenciar benefícios
Ferramentas de análise, equipe especializada	Indicadores de desempenho, ajustes necessários	Dados insuficientes para análise	Melhorar coleta de informações, diversificar métodos

GLOSSÁRIO

Este glossário foi elaborado como parte das ações educativas e formativas voltadas à promoção de uma compreensão ampliada e crítica sobre as masculinidades em sua pluralidade, a partir da ótica da tecnologia social Programa H.

Em contextos marcados por desigualdades de gênero, raça, classe, sexualidade, deficiência e pertencimento territorial, torna-se essencial e urgente nomear e compreender os conceitos que estruturam nossos debates, nossas práticas e nossas políticas públicas, bem como nossas ações enquanto agentes de saúde, educação, assistência social e pesquisadores e pesquisadoras da área. Dessa maneira, este glossário busca oferecer definições acessíveis e fundamentadas de termos frequentemente utilizados nas formações, oficinas, rodas de conversa e intervenções comunitárias voltadas ao enfrentamento das violências baseadas em gênero, à promoção do cuidado e ao fortalecimento de masculinidades não hegemônicas.

Os termos aqui reunidos não têm a pretensão de esgotar os debates, mas sim de abrir caminhos para aprofundamentos, escutas e questionamentos. São conceitos em constante construção, como são também os próprios sujeitos e territórios aos quais se referem.

Este glossário pode ser utilizado como material de apoio para mediadores, educadores, profissionais da saúde e assistência social, lideranças comunitárias e demais pessoas comprometidas com a transformação das relações de gênero e com a valorização das identidades e práticas dos homens em suas diversas realidades.

Gênero

Conjunto de valores, normas, símbolos e expectativas sociais atribuídas às pessoas com base em seu sexo biológico. Diferente de “sexo”, que se refere a características biológicas (genitais, hormônios, cromossomos), o gênero é uma construção cultural e histórica que define papéis considerados “femininos” e “masculinos” em determinada sociedade.

Fonte: Scott, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. 1995.

Orientação Afetiva-Sexual

Refere-se à direção do desejo afetivo e/ou sexual de uma pessoa por outras, podendo se manifestar de diversas formas: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, assexualidade, entre outras.

Fonte: Ministério da Saúde. Cartilha LGBT – Cidadania e Saúde. Brasília: 2010.

Sigla LGBTQIANPN+

Representa a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Não-binários, Pansexuais e outras identidades representadas pelo “+”. A sigla é dinâmica e visa representar a pluralidade das experiências.

Fonte: Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Glossário LGBT. 2023.

Heterossexualidade

É a orientação sexual de pessoas que sentem atração afetiva e/ou sexual por indivíduos de sexo ou gênero diferente do seu. A heterossexualidade é amplamente naturalizada como norma social, mas constitui apenas uma entre diversas orientações possíveis.

Fonte: Judith Butler. Problemas de Gênero. 2003.

Povos e Comunidades Tradicionais

Grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais, com formas próprias de organização social, ocupação de territórios e uso sustentável dos recursos naturais, fundamentais para sua reprodução cultural, social, econômica e religiosa. Incluem indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros.

Fonte: Decreto n.º 6.040/2007 | Portal Gov.br (2024).

ISTs – Infecções Sexualmente Transmissíveis

Conjunto de infecções causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos, transmitidas principalmente por meio de relações sexuais desprotegidas. Entre as principais ISTs estão: sífilis, HIV, hepatites virais, gonorreia, HPV, entre outras.

Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS) | Ministério da Saúde (Brasil), 2023.

Masculinidades

Conjunto de práticas, valores, símbolos e expectativas atribuídas aos homens em uma sociedade. O termo no plural reconhece que existem múltiplas formas de viver a masculinidade, que variam segundo cultura, classe, raça, sexualidade, geração etc.

Fonte: Connell, Raewyn. Masculinidades. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

Colonialidade de Gênero

Conceito que evidencia como o colonialismo impôs um sistema de gênero binário e hierarquizado, desumanizando os corpos colonizados e apagando saberes, sexualidades e organizações sociais distintas das europeias.

Fonte: Lugones, María. Colonialidade e gênero: rumo a um feminismo decolonial. Revista Estudos Feministas, v. 22, n. 3, 2014.

Masculinidade Hegemônica

Modelo dominante de masculinidade que sustenta a superioridade dos homens sobre as mulheres e sobre outras masculinidades consideradas desviantes. Está associada à heterossexualidade compulsória, dominação, virilidade e negação da vulnerabilidade.

Fonte: Connell, Raewyn. Masculinidades. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

Interseccionalidade

Ferramenta analítica que compreende como diferentes marcadores sociais — como raça, gênero, classe, sexualidade e deficiência — se entrecruzam e produzem experiências singulares de opressão ou privilégio.

Fonte: Crenshaw, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. Stanford Law Review, v. 43, n. 6, 1991.

Violência baseada em gênero

Ato de violência dirigido contra uma pessoa em razão de seu gênero. Envolve violência física, sexual, psicológica e simbólica, e pode afetar mulheres, homens e pessoas não binárias.

Fonte: ONU Mulheres Brasil. Violência baseada em gênero. 2023.

Patriarcado

Sistema social em que os homens detêm o poder predominante em papéis de liderança política, autoridade moral, privilégios sociais e controle sobre propriedade. Reforça desigualdades de gênero e hierarquias.

Fonte: Hooks, bell. O feminismo é para todo mundo. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2018.

PNAISH – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem

Política criada pelo Ministério da Saúde do Brasil em 2009 com o objetivo de promover ações específicas para a melhoria das condições de saúde da população masculina, considerando seus contextos socioculturais e vulnerabilidades.

Fonte: Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Brasília: MS, 2009.

Programa H

Programa criado pelo Instituto Promundo com o objetivo de promover a equidade de gênero por meio da reflexão crítica sobre normas sociais entre homens jovens. Utiliza oficinas, campanhas e ações comunitárias para estimular mudanças positivas nas masculinidades.

Fonte: Instituto Promundo. Programa H – Manual de Ação. Rio de Janeiro, 2002.

Cuidado (como prática social e política)

Cuidado é entendido como ação ética e política de se responsabilizar por si, pelos outros e pelo ambiente. Envolve escuta, acolhimento, afeto e corresponsabilidade, sendo fundamental para transformar relações de poder desiguais.

Fonte: Boff, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

Corpos dissidentes

Termo que se refere a corpos que fogem às normas sociais hegemônicas de gênero, sexualidade, raça ou funcionalidade. Esses corpos desafiam padrões e são frequentemente alvo de violência simbólica ou material.

Fonte: Preciado, Paul B. Manifesto contrassexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

Território e Territorialidade

Território é o espaço apropriado cultural e politicamente por grupos sociais. Territorialidade é o conjunto de relações simbólicas e materiais que vinculam esses grupos ao espaço vivido. Para os povos tradicionais, território é identidade, memória e continuidade.

Fonte: Haesbaert, Rogério. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.



 **PROMUNDO**

ISBN: 978-65-84523-22-7

CD



9 786584 523227